



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA ROCHA FONTES

INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR
ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE,
NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE (2003-2019)

ARACAJU - 2020

ADRIANA ROCHA FONTES

**INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR
ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE,
NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE (2003-2019)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes para obtenção do título de Doutora em Educação, na Linha de Pesquisa 1 – Educação e Comunicação.

ORIENTADOR: PROF. DR. RONALDO NUNES LINHARES

ARACAJU – 2020

Fontes, Adriana Rocha
F682i Incluir e não apenas integrar: análise do programa educação inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE (2003-2019) / Adriana Rocha Fontes; orientação [de] Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares – Aracaju/SE, 2020.

246 f ; il.

Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Tiradentes, 2020

1. Educação especial 2 Formação 3. Inclusão 4. Pessoa com deficiência I. Fontes, Adriana Rocha II. Linhares, Ronaldo Nunes (orient.) III. Universidade Tiradentes IV. Título.

CDU:376(813.7)

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

ADRIANA ROCHA FONTES

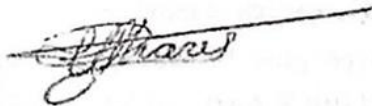
**INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR
ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE,
NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE (2003-2019)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes para obtenção do título de Doutora em Educação, na Linha de Pesquisa 1 – Educação e Comunicação.

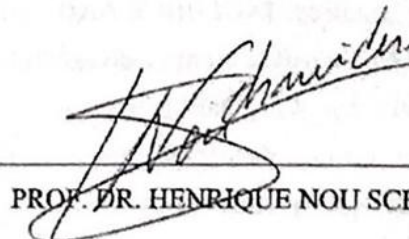
Aprovada em: 06/04/2020

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a)

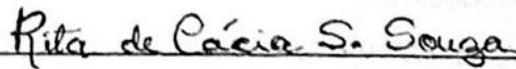


Examinador(a) Externo(a):



PROF. DR. HENRIQUE NOU SCHNEIDER - UFS

Examinador(a) Externo(a):



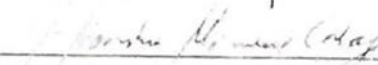
Rita de Cácia S. Souza

Examinador(a) Interno(a):



Prof. Dr. ILKA MIGLIO - UNIT

Examinador(a) Interno(a):



Prof. Dr. ALEXANDRE CHAGAS

ARACAJU - 2020

*Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza;
e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.*

*Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças
e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.*

Boaventura de Souza Santos

DEDICATÓRIA

À minha família, fonte de inspiração constante,
que me apoia, sonha os meus sonhos e caminha
ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus onipotente e soberano, que me nutre com força e sabedoria dia a dia e me faz superar todos os obstáculos. A Ele entrego, confio, aceito e agradeço!

Aos meus filhos amados, Alanna e Arthur, por me amarem nas minhas maiores imperfeições, por entenderem minhas ausências, por estarem comigo sempre. Amor incondicional!!!!

Ao meu esposo Gilberto, pelo exemplo de companheiro, sempre me transmitindo segurança, levantando minha autoestima diante das dificuldades e tropeços da vida. Sempre ao meu lado em todas as situações. Meu grande motivador!

Ao meu xodozinho, minha netinha Helena, ser de luz que chegou para trazer mais amor e alegria a nossa família! Vovó ama muito!

Aos meus pais, Pedro e Alda (*in memoria*), mesmo não entendendo que tanto estudo é esse, me transmitiram os maiores ensinamentos: a humildade e o respeito ao próximo. Amor eterno!

Aos meus irmãos Alexandre, André e Amália pelo incentivo diário, não precisamos estar juntos todos os dias para sabermos que nos pertencemos e nos amamos.

Ao meu genro George e minha nora Nathália por estarem sempre presentes e na torcida para que tudo desse certo. Família Rocha e agregados, unidos, sempre!

Aos meus sobrinhos (todos), cunhados e cunhadas (todos), amigos (muitos), companheiros de labuta que de alguma maneira me ajudaram na caminhada, entendendo minhas ausências e distanciamento para me dedicar a pesquisa, respeitando meu momento, perdoadando as minhas falhas... agradecida por tudo!

À minha querida Jessica Fontes, que caminha comigo lado a lado e me ajudou muitas vezes a segurar essa bagagem tão pesada. Não sei o que seria de mim sem você. Só Deus retribuirá tanto amor e lealdade!

À Universidade Tiradentes em nome da família Uchôa, pelo reconhecimento e oportunidades acadêmicas e profissionais que têm me proporcionado. Meu reconhecimento a essa instituição que me faz crescer!

À D. Amélia Uchôa pela atenção, apoio e toda ajuda dispensada nessa minha tão importante fase acadêmica, meu muito obrigada! Que Deus em sua infinita bondade possa agracia-la com o que há de mais importante nessa vida. Sou eternamente grata!

À minha família UNIT Campus Estância, sei o quanto me consideram e torcem pelo meu sucesso! Estamos juntos!

À minha família SEME, meu laboratório diário, que me proporciona aprendizagens diversas, local em que encontrei e consolidei muitas amizades.

Ao meu nobre MESTRE, orientador RONALDO NUNES LINHARES, pela paciência, compreensão, homem sábio, que transmite calma e confiança. Sua humildade é exemplo a ser seguido. Sua inteligência é admirável. Sou eternamente grata e você não dimensiona o muito que me ensinou! Sua competência é inquestionável! Você é inspirador! Deus esteja contigo sempre!

Aos professores do PPED, agradeço o conhecimento compartilhado nas aulas durante as disciplinas. Vocês são geniais!

Aos queridos colegas e amigos que encontrei e reencontrei no Doutorado: Maryluze, Kaio Eduardo, Gustavo, Mirianne, Soane, Alice, Acácio, Lourdes... minha turma!

Aos Professores Doutores Henrique Nou Schneider, Rita de Cácia S. Souza, Rita de Cassia Amorim Barroso e Ilka Miglio de Mesquita pelas importantes e significativas considerações feitas durante a minha qualificação, contribuindo para o rigor científico, qualidade e aperfeiçoamento do meu trabalho.

Aos Gestores, Professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Professores da sala regular da rede pública municipal de ensino de Estância que contribuíram com a pesquisa! Muito, muito, obrigada!

A todos que contribuíram em algum momento com a minha pesquisa ao longo desses quatro anos... sou eternamente grata!

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a implantação do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/SE, tendo como marco temporal da pesquisa o período de 2003 a 2019. O referido programa destinava-se a formação de gestores e professores para transformação das unidades escolares em ambientes inclusivos. A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causaram prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância. Com efeito traçou-se os seguintes objetivos específicos: i) compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; ii) examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; iii) observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; iv) verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; v) descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, vi) avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância. A metodologia utilizada para desenvolver esta pesquisa encontra aporte nas pesquisas qualitativas, mais especificamente no estudo de caso, e tem como fontes principais os documentos legais produzidos nas políticas públicas do Ministério da Educação, os documentos do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, os relatórios de trabalhos desenvolvidos na rede pública do município de Estância /Se durante o período estudado e as entrevistas estruturadas que foram realizadas com os professores da sala de aula regular, professores do Atendimento Educacional Especializado e Gestores das unidades escolares. Como aporte teórico, nos utilizamos das reflexões de autores como: Souza (2017), Lima (2012), Bianchetti (1998), González (2002), Bueno (1993), Morin (2003), Mantoan (2003) e Stainback (1999) que apresentam discussões sobre inclusão, diversidade, diferenças e que nos dão respaldo teórico nos conceitos estudados e em toda trajetória dos marcos históricos e documentais que compõem a Educação Especial e os rumos percorridos para a proposta da Educação Especial na perspectiva Inclusiva. Avaliamos os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância, consideramos que os recursos financeiros oriundos do programa deram condições para que os investimentos em uma educação inclusiva acontecessem. Sendo que a descontinuidade destas em determinado momento, retrocedeu o processo de inclusão do estudante com deficiência, no âmbito educacional. E ao invés de lhes darem mais possibilidades, ao contrário, lhes foram impostas mais limitações com a falta do atendimento educacional especializado.

Palavras – chave: Educação Especial. Formação. Inclusão. Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the implementation of the Inclusive Education Program: right to diversity, in the municipality of Estância / SE, with the period of research as the period from 2003 to 2019. The referred program was aimed at training managers and teachers to transforming school units into inclusive environments. The thesis defended here is that in relation to the Inclusive Education Program: right to diversity, in the municipality of Estância / Se, the discontinuity of public policies caused losses to government investments and contributed to the inefficiency of the strategies for implementing inclusive education in the middle and long term in the municipality of Estância. In effect, the following specific objectives were outlined: i) to understand the process of disseminating the proposal for inclusive educational policies of the Special Education Secretariat of the Ministry of Education, verifying how the program was implemented in the national territory, in Sergipe and in the city of Estância ; ii) examine whether the public educational network of the municipality of Estância, being one of the Poles of the Program, contemplates inclusive education by identifying the school units that adhered to the program and the legislation implemented; iii) observe the composition of the Multifunctional Resource Rooms for Specialized Educational Assistance, identifying the types of global developmental deficiencies and disorders that are served in the network; iv) verify the types of assistive technologies that exist and which were made available by the program; v) describe how the training of teachers for inclusive education took place and whether these training courses contemplated the proposal and, vi) evaluate the results obtained with the implementation of the program in the municipal public school system in the city of Estância. The methodology used to develop this research finds support in qualitative research, more specifically in the case study, and its main sources are the legal documents produced in the public policies of the Ministry of Education, the documents of the Inclusive Education Program: the right to diversity, the reports of works developed in the public network of the municipality of Estância / Se during the studied period and the structured interviews that were carried out with the teachers of the regular classroom, teachers of the Specialized Educational Service and Managers of the school units. As a theoretical contribution, we use the reflections of authors such as: Souza (2017), Lima (2012), Bianchetti (1998), González (2002), Bueno (1993), Morin (2003), Mantoan (2003) and Stainback (1999) that present discussions about inclusion, diversity, differences and that give us theoretical support in the studied concepts and in the entire trajectory of the historical and documentary milestones that make up Special Education and the paths taken for the Special Education proposal in the Inclusive perspective. We evaluated the results obtained with the implementation of the program in the municipal public school system in the city of Estância, considering that the financial resources from the program provided conditions for investments in inclusive education to take place. Since their discontinuity at a given moment, the process of inclusion of students with disabilities, in the educational scope, went backwards. And instead of giving them more possibilities, on the contrary, they were imposed more limitations with the lack of specialized educational assistance.

Keywords: Special Education. Formation. Inclusion. Disabled person. Formation.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar la implementación del Programa de Educación Inclusiva: derecho a la diversidad, en el municipio de Estância / SE, con el período de investigación como el período de 2003 a 2019. El programa referido estaba dirigido a capacitar gerentes y docentes para transformando las unidades escolares en entornos inclusivos. La tesis defendida aquí es que, en relación con el Programa de Educación Inclusiva: derecho a la diversidad, en el municipio de Estância / Se, la discontinuidad de las políticas públicas causó pérdidas a las inversiones del gobierno y contribuyó a la ineficiencia de las estrategias para implementar la educación inclusiva en el medio y a largo plazo en el municipio de Estância. En efecto, se delinearon los siguientes objetivos específicos: i) comprender el proceso de difusión de la propuesta de políticas educativas inclusivas de la Secretaría de Educación Especial del Ministerio de Educación, verificando cómo se implementó el programa en el territorio nacional, en Sergipe y en la ciudad de Estância ; ii) examinar si la red educativa pública del municipio de Estância, al ser uno de los polos del programa, contempla la educación inclusiva al identificar las unidades escolares que se adhirieron al programa y la legislación implementada; iii) observar la composición de las salas de recursos multifuncionales para asistencia educativa especializada, identificando los tipos de deficiencias y trastornos del desarrollo global que se atienden en la red; iv) verificar los tipos de tecnologías de asistencia existentes y las que el programa puso a disposición; v) describa cómo se realizó la capacitación de docentes para la educación inclusiva y si estos cursos de capacitación contemplaron la propuesta y, vi) evalúe los resultados obtenidos con la implementación del programa en el sistema de escuelas públicas municipales de la ciudad de Estância. La metodología utilizada para desarrollar esta investigación encuentra apoyo en la investigación cualitativa, más específicamente en el estudio de caso, y sus principales fuentes son los documentos legales producidos en las políticas públicas del Ministerio de Educación, los documentos del Programa de Educación Inclusiva: el derecho a la diversidad, los informes. de los trabajos desarrollados en la red pública del municipio de Estância / Se durante el período estudiado y las entrevistas estructuradas que se llevaron a cabo con los docentes del aula regular, docentes del Servicio Educativo Especializado y Gerentes de las unidades escolares. Como contribución teórica, utilizamos las reflexiones de autores como: Souza (2017), Lima (2012), Bianchetti (1998), González (2002), Bueno (1993), Morin (2003), Mantoan (2003) y Stainback (1999) que presentan discusiones sobre inclusión, diversidad, diferencias y que nos brindan apoyo teórico en los conceptos estudiados y en toda la trayectoria de los hitos históricos y documentales que conforman la Educación Especial y los caminos tomados para la propuesta de Educación Especial en la perspectiva inclusiva. Evaluamos los resultados obtenidos con la implementación del programa en el sistema de escuelas públicas municipales de la ciudad de Estância, considerando que los recursos financieros del programa proporcionaron condiciones para que se realicen inversiones en educación inclusiva. Desde su discontinuidad en un momento dado, el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad, en el ámbito educativo, retrocedió. Y en lugar de darles más posibilidades, por el contrario, se les impusieron más limitaciones con la falta de asistencia educativa especializada.

Palabras clave: Educación Especial. Formación. Inclusión. Persona discapacitada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – SRM da E. João Nascimento (1) & SRM da E. Nilson Barreto (2).....	100
Figura 2 – SRM da E. Júlio Leite (1) & SRM da E. Ana Lima (2).....	100
Figura 3 – SRM da E. M ^a Izabel (1) & SRM da E. Júlio Leite (2).....	101
Figura 4 – Exemplo de Vocalizador.....	110
Figura 5 – Exemplo de Teclado IntelliKeys.....	111
Figura 6 – Exemplo de acionadores.....	111
Figura 7 – Exemplo de Softwares de reconhecimento de voz.....	112
Figura 8 – Exemplo de ponteira de cabeça.....	112
Figura 9 – Exemplo de Monitor sensível ao toque.....	113
Figura 10 – Exemplo de sistema de controle de ambientes.....	113
Figura 11 – Exemplo de impressora Braille.....	114
Figura 12 – Exemplo de Linha Braille.....	114
Figura 13 – Exemplo de Teclado Virtual da Versão Windows XP.....	118
Figura 14 – Exemplo Software Teclado Amigo.....	118
Figura 15 – Exemplo Software Rata Plaphoons.....	119
Figura 16 – Exemplo Software HeadDev.....	119
Figura 17 – Exemplo Software Jaws.....	120
Figura 18 – Exemplo Lente de aumento do Sistema Operacional Windows.....	120
Figura 19 – Exemplo Opções de acessibilidade.....	120
Figura 20 – Exemplo Software Plaphoons.....	121
Figura 21 – Exemplo Software Eugênio.....	121
Figura 22 – Exemplo Software microFênix.....	122
Figura 23 – Exemplo Sistema Educacional – HOLOS.....	122
Figura 24 – Relação dos municípios pertencentes ao polo Aracaju/SE & ao polo Estância/SE.....	137
Figura 25 – Demonstrativo da matrícula na Educação Especial.....	141
Figura 26 – Análise da matrícula dos estudantes com deficiência.....	142
Figura 27 – AEE na sala de recursos da escola Laura Cardoso Costa.....	144
Figura 28 – SRM da E. Maria Izabel.....	144
Figura 29 – SRM da E. Laura Costa.....	145
Figura 30 – Seminário sobre Autismo.....	146

Figura 31 – Caminhada de sensibilização.....	146
Figura 32 – Seminário sobre Inclusão.....	147
Figura 33 – Participação Coral dos Canarinhos.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese do Estado da Arte sobre Educação Inclusiva	35
Quadro 2 – Classificação da Deficiência Mental	49
Quadro 3 – Categorias de Tecnologias Assistivas	105
Quadro 4 – Estrutura curricular das graduações em licenciaturas.....	125
Quadro 5 – Registro dos tipos de Deficiência matriculados nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Estância/2018.....	134
Quadro 6 – Relação das salas de recursos multifuncionais e atendimentos realizados na rede pública municipal de Estância	143
Quadro 7 – Cartografia dos Gestores e Professores participantes da pesquisa.....	160
Quadro 8 – Síntese das entrevistas realizadas com Gestores e Professores da rede pública municipal de ensino de Estância/Se.....	178

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AH	Altas Habilidades
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAEESP	Centro de Atendimento Educacional Especializado de Estância
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CNE	Conselho Nacional da Educação
CONMEE	Conselho Municipal de Educação de Estância
DA	Deficiência Auditiva
DI	Deficiência Intelectual
DF	Deficiência Física
DM	Deficiência Mental
DM	Deficiência Múltiplas
DV	Deficiência Visual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NAAH/S	Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Projeto Político Pedagógico
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PHC	Pedagogia Histórico Crítica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais
PMEE	Plano Municipal de Educação da Estância
PNE	Plano Nacional Da Educação
PNEE	Portadores de Necessidades Educacionais Especiais
PROESP	Programa de Apoio à Pesquisa em Educação Especial
RENAFORM	Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SECADI	Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão
SEME	Secretaria Municipal de Educação de Estância
SIGETEC	Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação
SMEE	Sistema Municipal de Ensino de Estância

SRM	Sala de Recurso Multifuncional
TA	Tecnologia Assistiva
TC	Transtorno de Conduta
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

-

SUMÁRIO

1 CAMINHOS PERCORRIDOS DE UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL RUMO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	19
1.1 Sistematização da experiência: encontros e reencontros com meu objeto.....	19
1.2 A pesquisa e a tese: continuidade e descontinuidade de um processo de política pública educacional.....	23
1.3 Estudos e pesquisas sobre Educação Especial no Brasil.....	33
1.4 Estrutura da tese.....	37
2 ARCABOUÇO TEORICO CONCEITUAL.....	40
2.1 Marcos conceituais de uma Educação Especial: perspectivas para uma educação inclusiva.....	40
2.2 Conceitos que instigam reflexões sobre o processo de inclusão educacional.....	47
2.2.1 Segregação/Exclusão.....	48
2.2.2 Integração/Inclusão.....	52
2.2.3 Diversidade/Diferença.....	55
2.2.4 Educação Especial/Educação Inclusiva.....	59
2.3 Marcos jurídicos de uma Educação Especial no Brasil.....	62
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E TECNOLOGIAS: RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO.....	88
3.1 O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais...88	
3.1.1 Legislação e normas que regulamentam o AEE.....	93
3.1.2 Tecnologias Assistivas para o AEE.....	101
3.1.3 O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC na Educação Especial.....	116
3.2 Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Especial.....	123
3.2.1 Formação para o uso das tecnologias analógicas e digitais.....	128
4 ESPAÇOS E TEMPOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA.....	130
4.1 Políticas Públicas da Educação Especial executadas na rede pública municipal de Estância.....	132
4.2 Programa Educação Inclusiva: Direito a diversidade – Polo Estância.....	136
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE EM ESTÂNCIA.....	149
5.1 Relatos dos gestores e professores sobre o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade e suas formações.....	155
5.2 Do discurso a prática: análise dos investimentos e relatos dos gestores e professores sobre o programa Educação Inclusiva: direito a diversidade.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
REFERÊNCIAS.....	193
ANEXOS.....	199

1 CAMINHOS PERCORRIDOS DE UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL RUMO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1. Sistematização da experiência: encontros e reencontros com meu objeto

Desenvolver uma pesquisa sobre Educação Especial, sob a ótica de uma perspectiva inclusiva, é uma proposta provocadora para mim que tive alguns significativos encontros com essa modalidade educacional¹ na minha trajetória acadêmica e profissional. O meu primeiro contato com essa modalidade educacional aconteceu no início da minha vida acadêmica, e posteriormente na minha vida profissional e a partir de então sempre entive envolvida com esta modalidade educacional.

E por caminhos desconhecidos resolvi trilhar esse percurso no qual tive encontros, desencontros e reencontros até definir a Educação Especial como meu objeto de estudo desta Tese de Doutorado. Desde 2001, ainda graduanda do Curso de Pedagogia, quando cursando a disciplina da Educação Especial, fui solicitada a visitar uma instituição de ensino de pessoas com deficiência para observar o ambiente e a metodologia de trabalho realizada. Na cidade de Estância tinham apenas duas escolas com classes especiais e, em uma dessas unidades fui observar uma das classes especiais, as atividades que obtive ali guardo até hoje em minhas memórias.

Após autorização para realizar a observação como estudante do curso de Pedagogia, fui apresentada à professora, que em breve entrevista relatou não ter formação específica na área e desconhecia até os tipos de deficiência que tinha em sua turma. Observei que a professora tinha um espelho na sala e não sabia sua utilidade, mas como havia encontrado ali... não fazia diferença para ela. Tempos depois, em estudos mais aprofundados sobre as pessoas com deficiência pude compreender que o espelho era um instrumento utilizado para o ensino de pessoas com deficiência auditiva.

Outro fato relevante observado durante a visita à instituição foi que estava tocando uma música clássica, e me questionei o porquê de a professora colocar música para tocar se os estudantes eram surdos. Observei também naquele momento que a professora estava a recortar algo e que o processo durou quase toda “aula” e os poucos alunos ficavam “soltos” sem uma

¹ De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em seu **Art. 58**. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

atividade dirigida. Registrei que a sala de aula possuía muitos recursos pedagógicos e alguns tecnológicos, porém, segundo afirmou a professora, não sabia como utilizar estes recursos com os estudantes.

E esse foi meu primeiro contato com a Educação Especial. Confesso que naquele momento foi apenas um cumprimento de tarefa, sem um interesse maior. Tempos depois considerei uma parte da minha história na educação, mesmo tendo sido meu processo de formação inicial, já deixou marcas em minha trajetória educacional.

Em 2004, formada em Pedagogia, após adentrar no ensino público através de concurso, iniciei as minhas atividades profissionais ensinando nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Minha primeira turma foi a do 1º Ano do Ensino Fundamental, dentre os alunos, tinha uma pessoa com deficiência auditiva. Como trabalhar com ele? Nem eu e nem outros profissionais da escola sabíamos ou tínhamos sido preparados para responder a esta questão. Percebi que ele era muito inteligente, queria interagir, fazer as atividades, ficava inquieto. Eu não sabia como ensinar, não sabia como me comunicar com ele. Foi uma experiência angustiante.

No ano seguinte ao encontrar uma amiga que estava diretora pedagógica da rede de ensino de Estância em 2005, foi comentado por ela sobre um curso de Atendimento Educacional Especializado, o “AEE”. Naquele momento meu desejo era apenas aprender coisas novas, me capacitar. E logo questionei quais os critérios para escolher os participantes de tão seletivo curso (na época). Dias depois ela me telefonou para perguntar se eu gostaria de cursá-lo, sendo minha resposta automaticamente positiva.

Nesse momento ocorreu minha primeira formação no AEE, com um grupo de aproximadamente oito cursistas, sendo quatro do município de Estância e quatro do município de Boquim. O curso foi promovido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com carga horária de 200 horas. Cujo objeto de estudo eram pessoas com deficiência. Um curso preparatório para professores atuarem em salas de recursos multifuncionais, onde eram ensinados aspectos das pessoas com deficiências físicas, auditivas, visuais e intelectuais. Nessa época eu não sabia e nem fui informada que esse curso era específico para formar professores para atuar no AEE, nas salas de recursos multifuncionais. Foi um investimento do governo federal dentro da proposta de formação continuada para o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

Após esse momento, concluída essa etapa, não fui trabalhar na sala de recursos multifuncionais, recebi um convite para trabalhar na função de diretora pedagógica de uma unidade educacional da rede de ensino de Estância. Ressalto, que já neste primeiro momento de investimento do programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, dos quatro cursistas do

município de Estância, nenhum trabalhou na sala de recursos, fato que impediu que o curso atingisse seu objetivo.

Em 2008, aceitei o convite para assumir a função de Assessora de Modalidades Temáticas Especiais de Ensino e então passei a atuar como Diretora Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância, onde me reencontrei com meu que futuramente seria o meu objeto de estudo. Assim, inicialmente, tive minha equipe na Diretoria da Educação Especial e posteriormente fui Coordenadora do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, o qual foi implementado um Polo na cidade de Estância.

Nesse momento em especial, foi quando o Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI), intensificava a disseminação das políticas públicas da educação especial na perspectiva inclusiva. Momento de grande aprendizagem e participação no processo de implantação das políticas públicas da inclusão no município de Estância e de formação continuada para professores e gestores, conforme preconizava o referido programa.

Durante o período de 2008 a 2012, Estância com adesão feita ao Programa governamental, a equipe da Diretoria da Educação Especial passou a receber orientações para participar de formações, organizar e multiplicar outras formações para gestores e professores das redes públicas dos 21 municípios da área de abrangência do Polo de Estância. Além disso, o município recebeu móveis, materiais didáticos, jogos pedagógicos e equipamentos tecnológicos para implantação das Salas de Recursos Multifuncionais para a realização do AEE aos estudantes com algum tipo de deficiência, e que estivessem regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino.

Assim, foram promovidos vários cursos de formação continuada na perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência nas escolas públicas, na sala regular de ensino. A formação de professores estava direcionada para aqueles que iriam atuar também nas Salas de Recursos Multifuncionais que chegavam em algumas escolas da rede, para serem implantadas e funcionar o AEE. Nesse período, a rede pública municipal de ensino da cidade de Estância foi contemplada com 22 Salas de Recursos Multifuncionais (SEM). O MEC enviou todos os equipamentos necessários para a implementação das referidas salas, cabendo ao município em contrapartida, disponibilizar o espaço físico de uma sala e um profissional para o atendimento aos estudantes com deficiência.

Foi um período de grande revolução/transformação cultural e atitudinal no campo da educação. Receber na escola pública, nas salas regulares, crianças com algum tipo, ou vários tipos de deficiência, para um convívio com os ditos normais. Isso causou grandes impactos,

principalmente a resistência de alguns gestores como também de professores em receber esses alunos. Não se sabe se apenas por desconhecimento e medo de enfrentar coisas novas, o desconhecido, ou se por preconceitos, enfim, esses estudantes chegaram, crianças e adolescentes necessitando de atenção e cuidados específicos.

E mesmo com os professores sendo capacitados através da Secretaria Municipal da Educação com várias temáticas correlatas à educação especial e inclusão da pessoa com deficiência, no dia a dia, as coisas eram diferentes, e assim, tanto os gestores, quanto os professores, permaneciam com inúmeras dúvidas e não sabiam lidar com a situação.

Com o final da gestão do governo municipal de Estância em 2012, voltei à sala de aula e solicitei trabalhar na Sala de Recursos Multifuncionais para dar continuidade ao trabalho específico com os estudantes com deficiência, tendo em vista me sentir preparada para tal. A nova gestão, indeferiu a solicitação, e fui encaminhada para uma sala regular. Mesmo tendo recebido investimento governamental em capacitação para atuar na área, a descontinuidade das políticas públicas se efetivava, na ação da nova gestão que por motivos desconhecidos não deu continuidade ao projeto e não motivou a continuidade das ações, como também não utilizou parte da mão de obra qualificada para desenvolver atividades nas Salas de Recursos Multifuncionais que foram implantadas. Este fato resultou em salas de recursos desativadas e muitos estudantes com deficiência ficaram desassistidos.

Em 2015 retomei as pesquisas e iniciei um processo de preparação para tentar aprovação no Doutorado em Educação. Continuei minhas pesquisas sobre a Pedagogia Hospitalar, uma área da Educação Especial, cujo estudo havia realizado no Mestrado em Educação. No ano seguinte, fui aprovada no processo seletivo para o Doutorado em Educação, inicialmente com o objeto de estudo sobre a Pedagogia Hospitalar. Porém, em 2017, já afastada de sala de aula em licença para estudo, fui convidada para voltar às atividades profissionais para assumir a Diretoria Pedagógica da rede municipal de ensino e ocorreu um novo reencontro com meu futuro objeto de estudo. O reencontro me fez mudar o foco de meus estudos e construir uma nova proposta de Tese.

Eu estava diretamente ligada à Educação Especial e comecei a observar que parte do trabalho realizado durante o período de 2008 a 2012 tinha entrado em retrocesso. Das 22 Salas de Recursos Multifuncionais recebidas através de recursos federais, apenas cinco estavam funcionando. Diversos materiais recebidos para implantação dessas salas de recursos não foram localizados, sendo constatada também a dificuldade em encontrar profissionais preparados para o AEE nas referidas salas. Assim, enfrentei mais uma angústia ao constatar um número

significativo de estudantes com algum tipo de deficiência, matriculados nas unidades escolares da rede sem atendimento especializado.

A situação encontrada em relação às Salas de Recursos Multifuncionais indicou a hipótese de que o investimento financeiro destinado à implementação das políticas públicas para a inclusão, através da implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade não foi bem aplicado. Os recursos foram oriundos do governo federal e estava destinado à formação de gestores e professores, contemplando também investimentos na estrutura arquitetônica das escolas e criação de Salas de Recursos Multifuncionais. Foi verificado que algumas das referidas salas foram desativadas, supondo uma descontinuidade das políticas públicas para a inclusão da pessoa com deficiência nas unidades escolares do ensino público, nas salas regulares. É também um indício de que houve mal investimento dos recursos governamentais, que supostamente tenham causado prejuízos ao longo desse período, o que me suscitou o desejo da investigação para elucidar o que teria motivado a interrupção das ações do Programa.

Assim, novos rumos foram tomados e passei a ter um novo enfoque na pesquisa no campo das políticas públicas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, tendo como foco o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, no município de Estância, que passou a ser meu objeto de estudo da Tese de Doutorado.

1.2 A pesquisa e a tese: continuidade e descontinuidade de um processo de política pública educacional

A educação brasileira preconiza uma educação para todos em igualdade e equidade, assim o MEC tem elaborado Políticas Públicas que vêm sendo difundidas e implementadas em todo território nacional na tentativa de disseminar a proposta de uma educação inclusiva e fazer das unidades educacionais espaços onde se evidencie a inclusão em todos os aspectos, sejam sociais, culturais ou educacionais.

A Educação Especial sempre foi um grande desafio, dentre os muitos já enfrentados pela educação brasileira, este carrega uma grande complexidade por fazer parte de sua composição, sujeitos com deficiências físicas, cognitivas, sensoriais e transtornos globais do desenvolvimento, excluídos de um processo social e educacional durante séculos e que até os dias atuais sofrem discriminações e exclusões. Apesar de observarmos muitos avanços, também visualizamos outros retrocessos quanto à garantia de seus direitos.

Na história da educação registram-se as fases e movimentos de mudanças que ocorreram para que as propostas educacionais de uma educação especial também se fizessem inclusivas e atendessem a todas as pessoas diferentes em igualdade de direitos. Estudando essa trajetória, investigando e desenvolvendo pesquisas relacionadas aos marcos teóricos das políticas públicas voltadas para a educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva, observei que apesar dos investimentos disponibilizados pelo governo federal através de seus programas, em muitos casos não há a concretização da proposta. Ao contrário, ainda me deparo com algumas escolas sem acessibilidade arquitetônica, crianças com deficiência sendo matriculadas em escolas comuns, em salas regulares de ensino, sem nenhum acompanhamento no atendimento educacional especializado, professores que não sabem como receber e muito menos ensinar essas crianças.

Encontrei um processo de inclusão, que na verdade muitas vezes exclui silenciosamente essas crianças. Pois, são integradas ao sistema educacional, mas não são incluídas, ficam à parte do processo, não interagem, não participam das atividades, apenas estão lá. Mesmo as escolas que disponibilizam de estrutura física e materiais didático-pedagógicos para o atendimento a essas crianças, em muitos casos, os professores não os utilizam.

Outro fator relevante foi constatar desativadas Salas de Recursos Multifuncionais para realização do AEE a crianças e adolescentes com deficiência, matriculados na rede pública de ensino, como também profissionais que receberam formação específica para o AEE durante o processo de implantação do Programa, e que estavam realizando esse atendimento, agora encontram-se exercendo outras funções, como sendo gestores em unidades escolares, ou em salas de aulas do ensino regular.

Observei também que o município de Estância ainda não possui lei que regulamente a contratação de interpretes em Libras e cuidadores, que são profissionais necessários nas escolas, para dar apoio ao atendimento de estudantes com deficiências auditivas, intelectuais, físicas e/ou múltiplas. Sendo visíveis as dificuldades enfrentadas pela escola no atendimento desses alunos, que foram integrados ao sistema, porém, acabam sendo excluídos do processo educacional nas unidades escolares.

Notei o despreparo de alguns gestores, professores e profissionais da educação, em lidar com essas situações, alegando não saberem se relacionar com essas crianças, se comunicar e ensinar, apesar de terem sido ofertadas, pela rede de ensino, diversas formações continuadas, quando da implantação do Programa, suscitando questionamentos sobre a participação destes profissionais nas formações realizadas. Onde estão os que educadores que participaram dos cursos? E onde atuam aqueles que participaram de formações específicas para atuar no AEE

nas salas de recursos? Foram observações que provocaram ainda mais a realização desta pesquisa.

Diante disso, surgiram várias inquietações, às quais referiam-se às propostas do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, implantado em 2005 pelo governo federal. Sendo que, de acordo com os referenciais do programa, estes deveriam disponibilizar recursos para melhoramentos na estrutura arquitetônica das escolas para proporcionar acessibilidade a todos os estudantes com deficiência, diante de suas necessidades físicas, auditivas, visuais ou intelectuais. Será que essas exigências de fato foram atendidas em sua plenitude ou não? As verbas destinadas ao Programa tiveram seus investimentos direcionados conforme orientações e se foram satisfatórias no atendimento aos seus objetivos?

Outras questões foram suscitadas, como se vê a seguir: Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades foram atendidos e tiveram resultados satisfatórios na aprendizagem? Os profissionais da educação, como gestores, professores, técnicos, coordenadores, conceberam a proposta e aderiram a formação e como essas formações aconteceram, de que maneira foram realizadas e quais os resultados alcançados? Em uma perspectiva inclusiva, todas as escolas foram contempladas ou não, e por quê? Quais os critérios utilizados para a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais em uma escola? Elas funcionaram e continuam em funcionamento? Existem registros dos atendimentos e dos resultados alcançados pelos alunos deficientes atendidos?

Existiam muitas lacunas que necessitavam ser esclarecidas, pois, diante de tantos investimentos observados ao longo do tempo e prescritos no Programa implantado e aderido pelos municípios polos, encontrei uma rede educacional no município de Estância/Se, ainda distante do processo inclusivo que buscava atender o Programa, visto não haver em 2017 uma política pública consolidada para Educação Especial, não haver leis municipais que regularizem a contratação de intérpretes em libras e cuidadores, profissionais que auxiliam os professores no atendimento educacional dos alunos em salas de aula regular. Constatei em seu quadro de docentes um número suficiente de profissionais capacitados e/ou sensibilizados para atenderem nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Dessa maneira, justifico a necessidade de realizar esta investigação científica para identificar as possíveis falhas existentes no processo de implantação e funcionamento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, e estas sendo identificadas e analisadas, contribuir para o entendimento, avaliação e quiçá contribuir para reestruturação e implementação de novas políticas educacionais inclusivas na rede pública do município de Estância/Se.

Para a realização da pesquisa, inicialmente foi efetivado um levantamento bibliográfico e documental que deu subsídio para compreensão do processo de implantação de políticas públicas municipais referentes à educação especial. A investigação dos fatos me proporcionou entender como se deu a evolução do processo, as características dos sujeitos, os tipos de deficiência identificados, a formação dos profissionais para o atendimento especializado, os programas implementados para o atendimento desses estudantes, os recursos disponibilizados para a implantação e desenvolvimento da proposta.

Assim, tomei como objeto de estudo desta pesquisa o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Nesse sentido, tracei como objetivo geral: Analisar a implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, no município de Estância no período de 2003 a 2009. E como objetivos específicos: Compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; Examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; Caracterizar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; Verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas ao município de Estância pelo Programa; Descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta; E avaliar os resultados obtidos com a implantação do Programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância.

No contexto da formulação da pesquisa, levantei a seguinte hipótese: Apesar dos investimentos realizados para implementação de escolas inclusivas e das formações disponibilizadas aos gestores e professores, aquisição de Salas de Recursos Multifuncionais com tecnologias assistivas, as escolas da rede pública municipal da cidade de Estância, não são totalmente inclusivas, pois gestores e professores continuam integrando crianças e adolescentes em suas unidades educacionais em um processo visível de inclusão, excludente, visto que, ainda constam na rede, crianças e adolescentes excluídas do processo educacional, que apenas estão na sala de aula, sem participação nas atividades e sem atendimento educacional especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Minha hipótese se construiu, quando do retorno às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação na cidade de Estância, em janeiro de 2017, observei que um número

expressivo de 315 (trezentos e quinze) estudantes regularmente matriculados na rede, com laudo médico apresentado, registrando uma variedade de deficiências e, um número três vezes maior de “queixas” de professores e diretores de escolas, levados a Secretaria de Educação como sendo de crianças com “problemas”, ou seja, com alguma deficiência, ou com suspeitas de algum tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento.

Para atender a diversidade dos alunos e as suas condições físicas, cognitivas, culturais, emocionais, psicossociais, dentre outros aspectos específicos, pressupõe-se uma educação que inclua as diferenças e atendam às suas necessidades. Atender a diversidade inerente a espécie e condição humana, buscando perceber, entender e atender as necessidades educativas especiais no âmbito escolar, em um sistema educacional com ensino comum, em salas regulares, promovendo a aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos. Com práticas pedagógicas flexíveis, dinâmicas, métodos variados para atender a cada situação. Entende-se ser um processo que provoca mudanças culturais de reestruturação não apenas educacional, mas social. É desafiador!

Nesse sentido, a minha Tese é que as políticas públicas governamentais para a Educação Especial no município de Estância ocorreram de forma descontínua, pois apesar da implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em 2003 utilizando recursos e orientações do governo federal, as ações no município ocorreram de forma incompleta e com interrupções na oferta dos serviços propostos pelo Programa, como cursos de formação para professores e gestores e abertura de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais, causando prejuízos ao desenvolvimento e à inclusão do estudante com deficiência no ambiente escolar.

O método qualitativo se firma por sua eficácia em descrever e explicar fenômenos. Segundo Neves (1996), esse método surgiu inicialmente no seio da Antropologia e da Sociologia e nos últimos anos ganhou espaço em áreas como a Psicologia, Educação e Administração de Empresas. Faz parte da pesquisa qualitativa a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo, proporcionando maior aproximação do pesquisador com o objeto ou situação pesquisada.

Quanto à abordagem, utilizei a pesquisa quantitativa para verificação dos dados relacionados ao crescimento da matrícula dos estudantes com deficiência na rede, dos atendimentos realizados nas Salas de Recursos Multifuncionais, dos professores que participaram das formações para análise das participações frente ao Programa. Utilizei também a pesquisa qualitativa, essa de fundamental importância para análise do processo de implantação do Programa e sua proposta de transformação educacional a partir da percepção

dos envolvidos – professores, gestores e técnicos. Em relação aos objetivos trata-se de uma pesquisa explicativa onde os estudos identificaram as causas, os registros do processo, possibilitando uma análise minuciosa do Programa estudado.

A metodologia utilizada para desenvolver esta pesquisa encontra aporte nas pesquisas qualitativas, mais especificamente no estudo de caso, e teve como fontes principais os documentos legais produzidos nas políticas públicas do Ministério da Educação, os documentos do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, os relatórios de trabalhos desenvolvidos na rede pública do município de Estância/Se durante o período de 2003 a 2019. Foi realizada também uma pesquisa de campo por meio da aplicação de entrevistas a 21 (vinte e um) educadores. Participaram professores da sala de aula regular, professores do AEE e Gestores das unidades escolares.

Estabeleci como marco temporal para desta pesquisa o período de 2003 a 2019. Esse período justifica-se iniciar em 2003 em Estância e em todo o território nacional o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Foi implantado pelo MEC, como uma das políticas públicas da educação especial, na perspectiva inclusiva, com vista a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. O mesmo visou promover um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à garantia da acessibilidade.

Para Neves (1996), o marco temporal define o campo e o espaço em que a pesquisa será desenvolvida. Para esse estudo o trabalho de descrição é essencial, pois os dados foram coletados através dele.

Em certa medida, os métodos qualitativos se assemelham a procedimentos de interpretação dos fenômenos que empregamos no nosso dia-a-dia, que tem a mesma natureza dos dados que o pesquisador qualitativo emprega em sua pesquisa. Tanto em um como em outro caso, trata-se de dados simbólicos, situados em determinado contexto; revelam parte da realidade ao mesmo tempo que escondem outra parte (NEVES, 1996, p. 1).

Este autor, ainda alerta para a necessidade de observar com bastante atenção os dados simbólicos, com os quais o pesquisador se depara, pois há sempre um contexto, parte da realidade está contida neste fragmento, mas muitas outras estão escondidas. Assim, as interpretações podem ser equivocadas, caso não se leve em conta essas características da pesquisa qualitativa.

Optei neste trabalho pela utilização do método de estudo de caso, imbuída no desejo de compreender o fenômeno social existente. Ancorada em Yin (2010), observei que este método contribui para pesquisas do conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. É um método de pesquisa comum às áreas da Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Assistência Social, Administração, Educação, Enfermagem e Planejamento Comunitário.

O método de estudo de caso permite que os investigadores retenham características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias (YIN, 2010, p. 24).

Nessa perspectiva, com a utilização desse método busquei dados que subsidiassem a pesquisa, na qual analisei um programa educacional como um estudo de caso de uma rede de ensino municipal. De acordo com Yin (2010), o estudo de caso é o método preferido no exame dos eventos contemporâneos e conta com muitas técnicas que também são utilizadas na pesquisa histórica; todavia, adiciona duas fontes de evidência geralmente não incluídas na referida pesquisa, sendo elas a observação direta do evento estudado e a realização de entrevistas com as pessoas envolvidas no evento.

Embora o estudo de caso e as pesquisas históricas possam se sobrepor, a força exclusiva do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como a observação participante, pode ocorrer a manipulação informal (YIN, 2010, p. 13).

Para Yin (2010), nesse estudo os experimentos são realizados quando o pesquisador pode manipular o comportamento diretamente, precisa e sistematicamente, podendo ocorrer em ambientes diferenciados, a exemplo de laboratórios ou em campo. Assim, o autor afirma que “[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

Com essa premissa, o método utilizado na pesquisa nos dará condições para entender o fenômeno estudado em suas especificidades. Nesse sentido, de acordo com Yin (2010), uma das mais importantes fontes de informação para o estudo de caso é a entrevista. Assim, utilizei

esse instrumento de coleta de dados que me deu mais subsídios para compreender o objeto da pesquisa.

Em geral, as entrevistas são uma fonte essencial de evidência do estudo de caso porque a maioria delas é sobre assuntos humanos ou eventos comportamentais. Os entrevistados bem informados podem proporcionar insights importantes sobre esses assuntos ou eventos. Eles também podem fornecer atalhos para a história prévia dessas situações, ajudando-o a identificar outras fontes relevantes de evidência (YIN, 2010, p. 117).

As informações adquiridas através das entrevistas contribuíram para legitimar as evidências que observei no decorrer da pesquisa. Estimei que os entrevistados poderiam fornecer informações significativas quanto aos fatos que ocorreram durante o processo de realização das atividades do Programa em estudo nas quais estavam envolvidos.

Vasconcelos (2016) também assevera que uma das técnicas utilizadas na pesquisa etnográfica a entrevista, que busca completar as informações colhidas durante o processo de investigação.

Em investigação etnográfica, a entrevista faz parte integrante do trabalho de campo. A investigadora recorre a entrevista como forma de completar os dados recolhidos na observação participante, de modo a registrar, nas palavras do próprio sujeito, informação relevante para o tema em estudo (VASCONCELOS, 2016, p. 6).

As entrevistas seguiram um roteiro estruturado de perguntas e, enquanto observadora direta da pesquisa, seguindo os preceitos éticos, procurei manter a imparcialidade durante a sua realização.

Como o estudo de caso deve ocorrer no ambiente natural do “caso”, você está criando a oportunidade para as observações diretas. Presumindo que os fenômenos de interesse não tenham sido puramente históricos, alguns comportamentos relevantes ou condições ambientais estarão disponíveis para a observação. Essas observações servem ainda como outra fonte de evidência no estudo de caso (YIN, 2010, p. 118).

Outra técnica de pesquisa utilizada foi a observação direta. As observações diretas contribuíram para análise do fenômeno pesquisado e me ajudaram a compreender melhor sobre o processo de implementação das políticas públicas da educação inclusiva em Estância.

Tendo como produto de toda pesquisa a construção de um texto que apresente seu processo e resultados, a escrita é o resultado final, fazendo parte do ato interpretativo da investigação.

A escrita faz parte do ato interpretativo na investigação. Os investigadores que trabalham com estudos de caso estão constantemente a escrever, sendo que o relatório final da investigação é apenas uma parte desse processo de escrita. A escrita é também parte do processo analítico, é uma reflexão daquilo que a observadora viu e sentiu (VASCONCELOS, 2016, p. 7).

A produção e resultados alcançados com todo processo percorrido durante a pesquisa podem colaborar muito para compreensão da evolução das políticas da educação especial rumo a uma educação inclusiva das instituições educacionais formadora de uma sociedade que inclua, reconheça e respeite as diferenças.

O *lócus* da pesquisa compreende 43 unidades educacionais que atendem as modalidades de Educação Infantil, que compreende Creche e Pré-escola, Ensino Fundamental do 1º ao 9º Anos e Educação de Jovens e Adultos do 1º ao 9º Anos. Realizamos um mapeamento da rede para identificar se todas as unidades atendem alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento e os tipos de deficiência. Os sujeitos da investigação foram estudantes com deficiência atendidos nessas unidades, os gestores das unidades educacionais, professores da sala regular e professoras do atendimento educacional especializado.

Os instrumentos de investigação utilizados durante a pesquisa foram a observação in loco, ou seja, nas escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionais e a aplicação de entrevistas semiestruturadas em perguntas e respostas abertas, dando condições dos sujeitos entrevistados para se posicionarem abertamente, tendo a intencionalidade de colher informações sobre o processo educacional inclusivo nas unidades pesquisadas.

Após levantamento e coleta dos dados, foram organizados e analisados os dados quantitativos e qualitativos da pesquisa e realizada análise interpretativa do processo estudado, sendo os resultados utilizados para compreensão do objeto de estudo e contribuição do processo educacional inclusivo na rede pública do município de Estância/Se.

O município de Estância aderiu a proposta do Programa e a Secretaria Municipal da Educação tornou-se uma das entidades coordenadoras do Programa, sendo que Estância foi um dos municípios Polos, tendo mais 21 (vinte e um) municípios integrados a sua área de abrangência para formação de gestores e professores participantes do Programa.

De fato, foi um período onde evidenciamos muitas transformações nas unidades educacionais, com destaque para modificações em sua estrutura arquitetônica para proporcionar a acessibilidade, a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, a obrigatoriedade da matrícula em salas regulares de ensino e a ampla formação dos gestores e professores para garantia da inclusão.

Durante o período de 2003 a 2008 no Brasil foram produzidos documentos que resultaram na constituição de uma nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, conceituando a Educação Especial e definindo como público os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Foi um período marcado por muitas transformações na cultura escolar, na reformulação de conceitos e de novas compreensões, gerando informações e novos conhecimentos. Foi um período de muita aprendizagem. Era necessário compreender a nova cultura escolar da inclusão de pessoas com comportamentos atípicos dos vistos no cotidiano da vida escolar. Foi preciso notar as pessoas com limitações para locomoção, com dificuldades na fala e compreensão, dificuldades de aprendizagem, enfim ver as pessoas que precisavam de auxílio em quase tudo, que precisavam ser compreendidas e aceitas.

Para que a proposta da inclusão fosse incorporada no ambiente escolar da rede de ensino municipal de Estância, diversas capacitações e formações continuadas com gestores e professores foram realizadas, como também o ambiente escolar em termos de estrutura arquitetônica também teve modificações. Mas, a maior transformação teria que acontecer em termos de atitude. As pessoas tinham que sofrer transformações intrínsecas, nos seus comportamentos, na maneira de ser e agir. Essas transformações atitudinais foram acontecendo paulatinamente, e a partir de 2009 observei um processo mais amplo de integração de estudantes com deficiência nas escolas comuns na rede regular do ensino público.

Quanto à análise das informações adotei o processo de análise de conteúdo, ancorados em Bardin (2009), utilizando um conjunto de técnicas de análise das comunicações e das categorias estudadas. Observei que estes métodos contribuem para pesquisas do conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. Enquanto método de análise de conteúdo, refere-se há um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para este estudo, torna-se imprescindível a utilização desse método, cujos procedimentos me ajudou na análise dos resultados obtidos, através das interpretações dos dados coletados.

Inicialmente, para realização da pesquisa verifiquei as referências bibliográficas, os documentos e legislação acerca da história da Educação Especial em Sergipe e em Estância. Como aporte teórico, utilizei das reflexões de autores como: Souza (2017), Lima (2012), Bianchetti (1998), González (2002), Bueno (1993), Morin (2003), Mantoan (2003) e Stainback (1999) que apresentam discussões sobre inclusão, diversidade, diferenças e que me deram respaldo teórico nos conceitos estudados e em toda trajetória dos marcos históricos e

documentais que compõem a Educação Especial e os rumos percorridos para a proposta da Educação Especial na perspectiva Inclusiva.

Também procedi uma revisão de literatura para construir o estado da arte com a função de memória (registro) e de alerta (MOREIRA, 2004). Analisei os registros do processo de implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, no município de Estância/Se, e procurei alertar para as necessidades existentes, ora constatadas. Respaldei-me nos atuais marcos legais, políticos e pedagógicos da educação brasileira e do MEC, que atua em parceria com os Estados e Municípios, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para assegurar o direito de todas as pessoas a educação e para transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

Compõem o acervo das fontes documentais estudadas a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), os documentos legais produzidos nas políticas públicas do Ministério da Educação para Educação Especial no período de 2003 a 2016, os documentos do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, manuais, notas técnicas, os relatórios sobre a Educação Especial dos trabalhos desenvolvidos na rede pública do município de Estância /Se durante o período estudado e as entrevistas estruturadas realizadas com profissionais da educação, professores da sala de aula regular, professores do AEE que atuam nas salas de recursos multifuncionais e Gestores das unidades escolares.

1.3 Estudos e pesquisas sobre Educação Especial no Brasil

Na construção contínua do conhecimento, a modalidade da Educação Especial tem instigado muitos pesquisadores e educadores que buscam compreender melhor como se dão as relações entre os sujeitos, a construção do conhecimento, a formação dos professores, a avaliação da aprendizagem e os recursos investidos, dentre vários outros aspectos importantes que possam contribuir para a implementação de políticas públicas eficazes na área da educação especial, sob o enfoque da inclusão que permitem os sistemas de ensino ofertarem atendimento e atendam as necessidades constantes de informações e conhecimentos a toda sociedade.

Para compreender melhor esse vasto campo do conhecimento, busquei apresentar dados relevantes sobre a produção do conhecimento científico produzido no Brasil no período de 2003 a 2016. Esse marco teórico envolve o processo em que a Educação Especial propõe a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

Este foi um período de muitas mudanças, onde foram publicados documentos, notas técnicas, pareceres, decretos, resoluções, programas e vários documentos orientadores publicados pelo Ministério da Educação objetivando normatizar, orientar e subsidiar as ações e o controle social das políticas públicas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em todo território nacional.

Diante disso, busquei conhecer a produção científica resultante desse processo através da análise de Dissertações e Teses produzidas na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, registrados nos Cadernos de Indicadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na busca ativa da pesquisa no banco de dados da CAPES, percorri informações de produções que apresentassem no título da pesquisa, os seguintes descritores, Educação Especial; Educação Inclusiva; Políticas Públicas da Educação Especial, Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade.

Nos resultados apresentados no banco de dados da CAPES pertinentes a Dissertações e Teses sobre “Educação Especial” encontrei 4.918 (quatro mil, novecentas e dezoito) pesquisas que em algum aspecto contemplam a referida temática. Destas 3.568 (três mil, quinhentas e sessenta e oito) Dissertações de Mestrado e 925 (novecentas e vinte e cinco) Teses de Doutorado. Dissertações e Teses relacionadas à temática da “Educação Inclusiva” foram registradas 2.273 (dois mil, duzentos e setenta e três), sendo 1.579 (mil, quinhentas e setenta e nove) Dissertações de Mestrado e 367 (trezentas e sessenta e sete) Teses de Doutorado. E sobre a temática das “Políticas Públicas da Educação Especial” foram encontradas apenas 08 (oito), sendo 07 (sete) Dissertações de Mestrado e 01 (uma) Tese de Doutorado.

Especificamente sobre o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, objeto da minha pesquisa, foram registradas 10 (dez) pesquisas sobre o referido programa. Dessas 10 (dez) pesquisas, 08 (oito) são produções de Dissertações e 02 (duas) são Teses. Analisei o resumo das 10 (dez) pesquisas selecionadas na base de dados da CAPES que trazem em seu título o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Elenquei no quadro abaixo, categorizando as pesquisas por classificação, ano, título e objetivo geral. Esse processo se deu especificamente com esse programa, por se tratar de uma política pública do governo federal, disseminada através do MEC, cujo objetivo principal foi atuar na transformação dos sistemas de ensino de todo território brasileiro, através de investimentos financeiros para que os sistemas de ensino se tornassem sistemas de ensino inclusivos.

Com a intenção de verificarmos as finalidades pretendidas pelos autores, realizei o estudo dos resumos, extraindo seus objetivos, conforme apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 1 – Síntese do estado da arte sobre Educação Inclusiva

Nº	Classificação /Ano	Título da pesquisa	Objetivo geral
01	Doutorado 2009	Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade no Município-pólo de Campina Grande/PB- da política oficial à prática explicitada.	Desvelar concepções subjacentes ao Projeto Educar na Diversidade: material de formação docente e aos relatórios do município pólo de Campina Grande.
02	Doutorado 2014	O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” no contexto das políticas educacionais: Implementação nos municípios-polo de Campo Grande e Paranaíba/MS – 2003 a 2010.	Analisar como o Programa se constituiu no âmbito das políticas educacionais e sua implementação nos municípios-polo sul-mato-grossenses de Campo Grande e Paranaíba, no período de 2003 a 2010.
03	Mestrado 2008	Inclusão escolar e formação continuada: o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.	Analisar o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, realizado em âmbito nacional pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação a partir de 2003.
04	Mestrado 2010	Programa Educação Inclusiva direito à Diversidade: estudo de caso sobre estratégia de multiplicação de políticas públicas.	A estratégia de multiplicação no âmbito de políticas públicas de inclusão do Ministério da Educação – MEC.
05	Mestrado 2011	Programa educação inclusiva: direito à diversidade - proposição/implementação no município de Feira de Santana-BA.	Analisar as suas implicações no âmbito da gestão das políticas de educação especial neste município.
06	Mestrado 2011	A Educação Especial e a formação de professores proposta pelo Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.	Estudar a constituição do atendimento educacional às pessoas com deficiência e a formação de professores que demanda.
07	Mestrado 2012	Condições de formação continuada do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.	Conhecer e analisar a visão que o profissional que participa de cursos de formação continuada para Educação Especial dentro do movimento de Educação Inclusiva possui sobre tais cursos.
08	Mestrado 2012	Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade: uma análise no município-Pólo de Maringá, PR.	Analisar a Política Pública de Educação disseminada pelo Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade no município-pólo de Maringá, Paraná.
09	Mestrado 2014	Gestão e Inclusão escolar: A formação do Gestor Escolar no Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade” (2003-2013).	Analisar a formação do gestor escolar para a efetivação de uma escola inclusiva, desenvolvida pelo Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, nos últimos dez anos (2003-2013).
10	Mestrado 2015	A ordem do discurso e seus atravessamentos frente às estratégias de multiplicação derivadas do programa educação inclusiva: direito à diversidade	Discutir e dar sustentação sobre essa temática.

Fonte: Elaborado pela autora em 2020.

Pode-se observar que existem produções científicas relacionadas a Educação Especial no Brasil, sobre diversos vieses, histórico, documental, de formação docente, estudos de casos, outros específicos para cada tipo de deficiência, os sobre políticas públicas e tantos outros nos aspectos mais atuais que versam sobre a inclusão do deficiente no âmbito escolar.

Ao analisar as 10 (dez) pesquisas apresentadas no quadro anterior busquei conhecer as abordagens que versam sobre as políticas públicas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mais especificamente sobre o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Nestes trabalhos constatei as seguintes abordagens realizadas por seus autores: a proposta da política oficial governamental comparada às práticas nos municípios polos; suas proposições e implementação nos referidos municípios; inclusão escolar e a formação continuada dos professores; as estratégias de multiplicação das políticas públicas; as condições da formação continuada; a ordem do discurso e as estratégias de multiplicação; e sobre a formação do gestor escolar no Programa.

Os autores traçaram em seus objetivos gerais: analisar como o Programa se constituiu no âmbito das políticas educacionais e sua implementação nos municípios polos; os materiais de formação docentes e relatórios dos municípios polo investigados; a estratégia de multiplicação no âmbito de políticas públicas da Educação Especial e de Inclusão do MEC; as suas implicações no âmbito da gestão das políticas de Educação Especial; estudar a constituição do atendimento educacional às pessoas com deficiência e a formação de professores; conhecer a visão que o profissional que participa de cursos de formação continuada para Educação Especial dentro do movimento de Educação Inclusiva possui sobre tais cursos; a formação do gestor escolar para a efetivação de uma escola inclusiva; discutir e dar sustentação sobre essa temática.

Observei uma preocupação em relatar e registrar os processos de implantação e implementação das políticas da inclusão nos municípios polos, como também quanto a disseminação das formações docentes e da gestão das unidades, a atenção a implantação do AEE para atender aos alunos com deficiência, dentre outros aspectos discursivos sobre a implementação do referido programa em seus lócus/municípios/polos.

Todavia, não foram objetivos destacados nas pesquisas examinadas, os seguintes aspectos: analisar os recursos destinados à implantação do Programa e sua manutenção, a formação das salas de recursos e os materiais enviados para constituição das mesmas, a formação específica para os professores desses ambientes; se os recursos foram de fato aplicados no programa e quais resultados foram alcançados. Considerei esses aspectos de suma importância para uma análise dos investimentos realizados nas políticas públicas da inclusão,

através do programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo investimento governamental foi significativo, apresentando algumas questões que devem ser consideradas para estudos e apresentações de seus resultados.

Assim, a relevância dessa pesquisa em abordar fatores não apresentados nas pesquisas realizadas, sendo de suma importância a investigação efetiva sobre os investimentos dos recursos financeiros destinados ao Programa e sua aplicação em cumprimento aos objetivos do mesmo, como a formação continuada dos gestores e professores, e implantação das salas de recursos multifuncionais para o AEE.

1.4 Estrutura da Tese

O trabalho é composto por cinco seções. A primeira intitulada “Caminhos percorridos de uma Educação Especial rumo a uma Educação Inclusiva” contempla a introdução da Tese, sendo abordada a sistematização da minha experiência com a Educação Especial e meu encontro com o objeto estudado. Apresento os objetivos geral e específicos, a Tese, a problemática existente, as questões da pesquisa, a justificativa para a tese, o referencial teórico-metodológico utilizado na investigação da pesquisa, os procedimentos e instrumentos utilizados nos levantamentos dos dados, as características do “*lócus*” de pesquisa e dos sujeitos envolvidos, os instrumentos utilizados para organização e análise dos dados quantitativos e qualitativos.

Na segunda Seção intitulada “Arcabouço Teórico Conceitual”, foram analisados os marcos conceituais de uma Educação Especial e perspectivas para uma educação inclusiva, sendo analisados conceitos que instigam reflexões sobre o processo e trajetória da Educação Especial sobre a perspectiva inclusiva. Trabalhei os conceitos apresentando seus significados e como foram surgindo no contexto histórico da educação especial. Ainda, nesta seção apresentei os marcos jurídicos da Educação Especial no Brasil, apresentando os documentos legais que regulamentam as ações da Educação Especial.

Na terceira Seção intitulada “Educação Especial e Tecnologias: relação em construção” onde analisei os procedimentos organizacionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais, a institucionalização da legislação e normas que norteiam os trabalhos, a utilização das Tecnologias Assistivas (TA) para o AEE nas salas de recursos multifuncionais e apresentei também a legislação e normativos para funcionamento das salas de recursos. Verifiquei a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), enfatizando as tecnologias utilizadas como recursos didático-

pedagógicos no processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. A formação dos profissionais que atuam na Educação Especial, as formações continuadas que foram realizadas durante o processo de implantação e duração do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade no município de Estância/SE, a formação dos professores para o uso das TA analógicas e digitais, realizei um levantamento documental da formação inicial dos professores em Educação Especial, investigando os cursos que apresentam disciplinas da educação especial nos programas de graduação em licenciaturas.

Na quarta Seção intitulada “Espaços e tempos da Educação Especial no município de Estância” abordei as Políticas Públicas da Educação Especial executadas na rede pública de ensino de Estância/Se, a caracterização da rede de ensino, as unidades escolares, os sujeitos envolvidos no processo e o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Apresentei o referido Programa, seus objetivos, como foi implementado no município de Estância, as ações que foram desenvolvidas, os recursos recebidos, as formações realizadas com os gestores, professores e profissionais da educação, os tipos de deficiências atendidas e a composição das Salas de Recursos Multifuncionais.

Na quinta Seção intitulada “Apresentação e análise dos dados da pesquisa” apresentei os resultados da pesquisa, os investimentos recebidos pelo município, a forma como foram realizados os investimentos, o público atendido, as prestações de contas encaminhadas, análise das entrevistas com os sujeitos envolvidos e os resultados alcançados. E por fim, as Considerações Finais, onde teci uma análise da pesquisa realizada, do cumprimento dos objetivos, dos resultados obtidos e das possíveis propostas de intervenções.

Acredito que esse trabalho apresenta grandes contribuições para a compreensão do processo educacional da criança e do adolescente com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento nas escolas públicas do município de Estância e contribuirá para prática de políticas públicas que resguardecem o direito a uma educação inclusiva de qualidade, com equidade, sendo instintos o procedimento integrador pelo qual passam as crianças com deficiência, que acabam sendo excluídas do processo educacional, porque os sujeitos responsáveis pelos procedimentos não sabem ou não se interessam em trabalhar a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO CONCEITUAL

2.1 Marcos conceituais de uma Educação Especial: rumos para uma educação inclusiva

Para entender melhor sobre os conceitos utilizados na modalidade da Educação Especial, faz-se necessário conhecer um pouco da história dos sujeitos envolvidos no processo, ou seja, da pessoa com deficiência, público alvo dessa modalidade educacional, compreender no caminhar dessa construção histórica os conceitos que foram sendo utilizados em cada espaço temporal e assim poder refletir e discutir sobre os principais conceitos que destaco nessa pesquisa que são: segregação/exclusão, integração/inclusão, diversidade/diferença, educação especial/educação inclusiva.

Antes de refletir sobre os conceitos supracitados, importa conhecer os caminhos percorridos para entendermos as questões atuais. Do processo educacional para uma educação especial e hoje na perspectiva de uma educação inclusiva. Há pouco mais de três décadas atrás pouco se falava sobre Educação Especial, e esse público, estudantes com deficiência, não frequentavam os mesmos espaços das pessoas com características “típicas” ou “ditos normais”. E muito menos se falava em inclusão ou educação inclusiva.

Em um processo de transformação social, cuja sociedade tem se imbuído de mudanças no contexto social, político, científico, econômico, ideológico, cultural, muita coisa na educação também mudou. Novos conceitos têm sido apreendidos. A história da educação nos seus escritos apresenta que a sociedade tem uma dívida grande com as pessoas com deficiência, que por séculos foram excluídas do convívio social e educacional. Em uma visão humanística e por motivações sociais e políticos, os rumos pensados para a educação da pessoa com deficiência foram adquirindo formas e sendo formalizados para que de fato acontecesse.

Entendo que compreender um conceito implica em conhecer seu contexto histórico, sua origem, momento e significados. São terminologias que acompanham essa trajetória conceitual e que sofrem mudanças e adequações conforme surgem as interferências sociais. Com ênfase dada aos direitos humanos, por igualdade de direitos e respeito a todo e qualquer cidadão, não só o Brasil, mas o mundo todo tem mobilizado esforços para sensibilizar a população em favor dos que fogem aos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade, sejam eles físicos, intelectuais ou sensoriais, características peculiares de pessoas com algum tipo de deficiência.

Sabe-se que desde os primórdios que as sociedades primitivas eliminavam ou abandonavam as pessoas com deficiência por serem dependentes, terem algum tipo de deficiência que impossibilitasse sua locomoção e procedimentos de sobrevivência, como a caça,

pesca, construções de abrigos e alto defesa. Assim, eram abandonados à sua própria sorte. O matricídio de crianças com deficiência também era uma prática constante em várias culturas, inclusive no Brasil em várias tribos, como também o sacrifício de crianças que nasciam gêmeas, uma delas era sacrificada independente de ter ou não alguma anomalia. Era a lei da sobrevivência, prevalecia os mais fortes (BIANCHETTI, 2001).

Segundo Bianchetti (2001, s/p),

É por essa perspectiva que vamos entender a formação e a constituição das sociedades primitivas, tanto as que se constituíram nos primórdios dos tempos, quanto as mais próximas de nós, bem como sua forma de tratar aleijados, cegos, surdos, coxos, paralíticos, enfim, aqueles que nasciam ou eram acometidos por alguma diferença em relação aos seus semelhantes, considerados normais.

Na Pré-História a característica marcante nesses povos, era o nomadismo, e sua sobrevivência se dava através dos elementos da natureza, que eram explorados pelo homem para manutenção da sua sobrevivência. Dadas as condições de cada localidade, esses povos tinham que se deslocar com frequência e aqueles que tinham algum tipo de comprometimento era tido como peso e deixados para trás.

É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa característicos da nossa fase histórica (BIANCHETTI, 2001, s/p).

Assim se deu com outros povos em outros momentos históricos, como na Antiguidade, a exemplo dos espartanos e atenienses, era a apreensão da diferença no período feudal. Crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Em alguns momentos associados a elementos da mitologia, em outros a religião ou cultura. Atribuía-se a deformação física, intelectual ou sensorial aos castigos dados pelas divindades.

No século XIV, surge a primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental² (Da prerrogativa Régis, baixada por Eduardo II, da Inglaterra). O rei era responsável por esses cuidados e recebia a herança como pagamento.

² A terminologia utilizada “deficiência mental” era o termo utilizado no século XIV. Hoje, utiliza-se o termo “pessoa com deficiência intelectual”.

Nada solidário e desinteressado. Nessa lei surge a distinção entre a pessoa com deficiência mental e com doença mental; a primeira, “loucura natural”, pessoas que sofriam de idiotia permanente e, a segunda, “lunática”, aquelas que sofriam de alterações psiquiátricas transitórias. O doente mental tinha direito aos cuidados sem perder os bens. A lei não deixou de marcar a diferença entre eles (RODRIGUES, 2008).

Pode-se observar o cuidado, ou atenção dada na preservação dessa pessoa com deficiência por interesse na tutela dos seus bens. Ao menos essas, que nasciam em famílias que tinham posses, herdeiros dessas posses, não eram deixadas a sua própria sorte.

Segundo Bianchetti (2001) a transição do feudalismo ao capitalismo trouxe mudanças profundas em toda esfera social. Nesse processo civilizatório, não há como negar que o século XVI foi um divisor de águas na história da humanidade. O domínio do homem sobre a natureza, o desenvolvimento da ciência e tecnologia representam grandes marcos na história da humanidade e da educação.

Na Idade Moderna surgem intelectuais que pensam a deficiência mental como passível de cuidados médicos e com possibilidades educacionais. De acordo com Rodrigues (2008), ainda neste século, novas leis definem a loucura e a idiotia como enfermidade ou produto de infortúnios naturais, com o objetivo de disciplinar a administração de bens e heranças dessas pessoas.

Na Idade Contemporânea, no século XVIII, Foderé escreveu o “Tratado do bócio e do cretinismo”. Nesse trabalho, o autor levanta a ideia da hereditariedade da deficiência, o fatalismo genético do cretinismo. Segundo ele, o cretinismo implica, sobretudo, na degradação intelectual que será maior ou menor, conforme o acometimento da doença. Diferentes graus de retardo foram, então, associados a diferentes níveis de hereditariedade, justificando a segregação e a esterilização dos adultos afetados pelo bócio (RODRIGUES, 2008).

Nesse caminhar da história, num salto para o século XIX, Edouard Séguin, foi quem primeiro sistematizou a metodologia da Educação Especial. Criticava a classe médica de não ter observado, tratado ou analisado a idiotia.

A idiotia é uma enfermidade do sistema nervoso que tem por efeito radical subtrair todo ou parte dos órgãos e faculdades da criança à ação regular de sua vontade e se aponta sob duas formas essenciais: 1- afecção de toda ou parte das massas nervosas, que dá lugar a idiotia profunda; 2- afecção parcial ou total dos aparelhos nervosos, que se ramificam pelos tecidos (RODRIGUES, 2008, p. 13).

Rodrigues (2008) apresenta relatos da história que se refere ao surgimento das escolas para crianças com deficiência mental. Uma delas, a escola de Abendberg, na Suíça, criada em

1840, que tinha como objetivo a recuperabilidade dos cretinos e idiotas visando sua autonomia e independência. Seu fundador, Guggenbuhl, não deixou contribuição metodológica ou doutrinária, mas sim a difusão da ideia da educabilidade das crianças com deficiência mental.

No Brasil, a história da Educação Especial foi determinada, pelo menos até o final do século XIX, pelos costumes e informações vindas da Europa. O abandono de crianças com deficiências nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII, que acabavam sendo devoradas por cães ou acabavam morrendo de frio, fome ou sede. A criação da “roda de expostos” em Salvador e no Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX, deu início a institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por religiosas (RODRIGUES, 2008).

O Hospital Juliano Moreira em Salvador, Bahia, fundado em 1874 é considerado como a primeira instituição para atendimento às pessoas com deficiência mental no Brasil. A influência da Medicina na educação destas pessoas perdurou até por volta de 1930. Atrelada aos pressupostos higienistas da época, o serviço de saúde do governo orientava o povo para comportamentos de higiene e saúde nas residências e nas escolas. Dentro desse princípio, a deficiência mental foi considerada problema de saúde pública e foi, então, criado o Pavilhão Bourneville, em 1903, no Rio de Janeiro, como a primeira Escola Especial para Crianças Anormais. Mais tarde, foi construído um pavilhão para crianças no Hospício de Juquery (RODRIGUES, 2008). Assim, a Medicina foi sendo gradualmente substituída pela Psicologia e a Pedagogia. Agora não há mais mortos ou abandonados, mas institucionalizados. Entretanto, tais iniciativas aconteciam nos grandes centros. No geral, as crianças com deficiências continuavam sendo cuidadas em casa ou institucionalizadas.

Na primeira década do século XX, surgem as escolas montessorianas. O método criado por Maria Montessori, para crianças com deficiências, parte do concreto rumo ao abstrato. Baseia-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta.

Nesse mesmo século, a organização sociocultural assegura tratamentos diferenciados: abandono, confinamento em instituições, com ensino ou não de trabalhos ou a colocação no hospício com o objetivo de manter a ordem social ou o equilíbrio familiar. Assim, afastar do convívio social essas pessoas cuja deficiência, era uma ameaça a sociedade.

Com a obrigatoriedade da educação em massa, ainda no mesmo século, Alfred Binet foi convidado pelo governo francês a testar crianças para a formação de classes homogêneas e por solicitação do governo francês, Alfred Binet publica uma escala métrica de inteligência que ele havia elaborado com Theodore Simon que tinha por meta medir o desenvolvimento da

inteligência das crianças de acordo com a idade (idade mental). Este trabalho foi o ponto de partida para muitos outros testes, em particular o de QI (quociente intelectual).

Um aspecto interessante que ressaltou dessa época, foi pertinente ao trabalho, observa-se um olhar para aqueles cujos padrões eram totalmente desconsiderados, abolidos, passando a ser aproveitados para a mão de obra, ainda que escrava. De acordo com Bianchetti (2001), em termos de tipo ideal de trabalhador, passou a ser a busca do *homo sapiens* para o escritório, para o planejamento, e do *homo faber* para a oficina, sendo o protótipo deste o homem-boi, o homem-gorila, uma vez que a preocupação estava voltada a busca de força física.

Um recorte interessante da história onde a pessoa com deficiência foi “aproveitada” para o trabalho, podendo afirmar que essas pessoas com deficiência foram “úteis” por terem sido utilizadas em trabalhos operacionais com possibilidades de produtividade. Bianchetti (2001) assevera que Henry Ford leva a divisão do trabalho e a consequente produção em série ao paroxismo ao instalar em suas fábricas a linha de montagem. Da sua biografia foi retirada a seguinte citação

Pela época que Henry Ford começou a fabricar o Modelo T, em 1908, não eram necessárias 18 operações diferentes para completar uma unidade, mas 7.882. Em sua autobiografia, Ford registrou que, destas 7.882 tarefas especializadas, 949 exigiam “homens fortes, fisicamente hábeis e praticamente homens perfeitos”; 3.338 tarefas precisavam de homens de força física apenas “comum”, a maioria do resto poderia ser realizada por “mulheres ou crianças crescidas” e, continuava friamente, “verificamos que 670 tarefas podiam ser preenchidas por homens sem pernas, 2.637 por homens com uma perna só, 715 por homens com um braço só e 10 por homens cegos”. Em suma a tarefa especializada não exigia um homem inteiro, mas apenas uma parte. Nunca foi apresentada uma prova mais vivida do quanto a superespecialização pode ser brutalizante (TOFFLER, 1980, p. 62apud BIANCHETTI, 2001, s/p).

Com a produção em série, a pessoa com deficiência passou a ser “utilizada” nos trabalhos repetitivos, onde, por determinada deficiência, ele tinha mais eficiência que os ditos normais, a exemplo dos surdos, aproveitados em lugares com barulhos insuportáveis, assegurando um resultado mais eficaz e menos dispendioso para as indústrias, os quais entendiam que pelo fato da pessoa deixar de ter um órgão, sentidos, membros, não eram dignos de receber um salário correspondente aos ditos normais, embora os resultados demonstrados por ele fossem melhores e mais eficientes do que se executados por outros. A partir desse século, com esse interesse na produtividade, que se começa a educar as pessoas com deficiência para o trabalho, procurando torná-los preparados para exercerem algumas atividades. No entanto, no Brasil, só na segunda metade do século XIX que essas preocupações surgem (SOUZA, 2005).

Com a influência do movimento escolanovista na Educação, no país, ainda que defendesse a diminuição das desigualdades sociais, ao enfatizar o estudo das diferenças individuais e a proposição de ensino adequado e especializado, acabou contribuindo para a exclusão dos diferentes das escolas regulares. Até mais da metade do século XX, o atendimento à pessoa com deficiência foi implementado através da institucionalização, da implantação de escolas especiais mantidas pela comunidade e de classes especiais nas escolas públicas para os variados graus de deficiência intelectual. Houve, também, pouca preocupação com a conceituação e a classificação da deficiência. Assim, observamos o processo de segregação educacional da pessoa com deficiência nas escolas regulares.

Em 1954 surge a Sociedade Pestalozzi que influenciou a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o objetivo de fortalecerem as famílias e buscarem melhorias para convivência social de seus filhos. E por volta de 1960, inicia-se o movimento sobre educação popular, onde o lema propagado foi “educação para todos”. Ao estender a possibilidade de matrícula às classes populares, sem que as condições de ensino fossem reestruturadas, o índice de evasão e reprovação cresceu, com isso suscitou-se a associação entre o fracasso escolar e a “deficiência mental leve”, e para tentar solucionar esse problema foram implantadas diversas classes especiais nas escolas públicas em todo o Brasil.

Em junho de 1973, é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), o primeiro órgão oficial, governamental, para definir a política de Educação Especial no país, que apresentou uma tendência em privilegiar a iniciativa privada, marcadamente assistencialista, em detrimento dos serviços públicos de ensino especial. Em contrapartida é o ano que o governo sergipano é convocado a dar início a Educação Especial. Em 1981 tivemos o ano internacional da pessoa com deficiência e várias iniciativas e projetos foram desenvolvidos no Brasil, inclusive em Sergipe, asseverou a profa. Dra. Rita de Cácia Souza (SOUZA, 2019).

Em 1986, é criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) que tem como objetivo coordenar as ações em Educação Especial. As Diretrizes da Educação Especial, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, de 1987, indicava que “[...] o estudante excepcional deve ser integrado no processo educacional comum para que possa utilizar-se, da melhor maneira possível, das oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes em geral”. O que se observava, no entanto, era a retirada de crianças do ensino regular, encaminhando-as para o ensino especial. Observa-se o processo excludente, visto que com a retirada dessas crianças do convívio social, da escola regular, passando a serem segregadas em espaços exclusivos para crianças com deficiências, fica nítida a exclusão.

De acordo com Rodrigues (2008), nessa época, o encaminhamento da escola comum para os serviços especiais definia o caminho para a segregação e a exclusão do sistema regular: a) Durante os primeiros meses, o professor identificava aquelas crianças que, segundo suas crenças ou expectativas, iriam fracassar; b) Já que eram incapazes, eram encaminhadas para avaliação psicológica ou médica que legitimava o rótulo estabelecido previamente pelo professor; c) Eram, então, colocadas nas classes especiais, com a chance mínima de retorno ao sistema escolar regular.

Em 1988, a Constituição do Brasil traça linhas catedráticas visando a democratização da educação brasileira. E nesse sentido estabelece que a educação é direito de todos, garantindo AEE aos portadores de deficiência, preferencialmente na escola regular. Nesses novos rumos educacionais as pessoas com deficiência, até então excluídos do processo ou integrados e segregados, passam a ser integrados para ser incluídos.

Em 1989, a Lei Federal 7.853 – que institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes – no item da Educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê crime punível, com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem e suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um estudante (RODRIGUES, 2008).

Como da teoria à prática tem um distanciamento, do documento ao cumprimento também, visto que até a década vigente ainda se encontram instituições que negam matrícula a crianças com deficiência, alegando ainda não estarem preparadas para recebê-las, ou quando recebem, ainda não dispõem de um AEE para oportunizar a aprendizagem dentro de cada especificidade das deficiências.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96 estabeleceu que a educação das pessoas com deficiência deve dar-se, preferencialmente, na rede regular de ensino. Em 1998, o MEC lançou o um documento contendo as adaptações que devem ser feitas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a fim de colocar em prática estratégias para a educação de estudantes com deficiência. Uma verdadeira revolução educacional para o atendimento da pessoa com deficiência na escola, nas salas regulares, numa proposta desafiadora de integração e inclusão social e educacional das pessoas com deficiência. Tendo que capacitar e contar com o envolvimento de todos os agentes educacionais.

Chegou-se ao final do século XX com algumas mudanças, após muitas lutas. Mudanças significativas em alguns aspectos, visto que vivemos num mundo capitalista, e não ser

produtivo ou tão produtivo, uma das características atribuída às pessoas com deficiência, automaticamente marca sua existência no quadro da exclusão social.

No que concerne à educação do século XX relevantes avanços tiveram preocupações à respeito das especificidades que foram pesquisadas, como as contribuições de Piaget e Vygotsky nas questões relacionadas ao desenvolvimento e aquisição da aprendizagem, Freinet com as crianças da zona rural, Paulo Freire com a alfabetização de adultos, especificidades estas que deram suporte a pedagogia da “existência” emergindo a preocupação com os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE).

Esses aspectos da história da pessoa com deficiência, interligados à história da educação, ilustram passagens de um processo excludente, sofrido e desumano vivido por muitos deficientes, que ainda hoje sofrem preconceitos e discriminações, porém, adquiriram forças para lutar, se não por si mesmos, mas através de seus familiares, que buscam um mínimo de dignidade na convivência em sociedade.

Esses recortes da história ajudam a entender o porquê de conceitos como segregação, exclusão, dentre outros que estão relacionados à Educação Especial. Assim, compreender os rumos percorridos na história da educação da pessoa com deficiência e seu contexto remete para um processo hoje de integração e quiçá, uma possível inclusão.

2.2 Conceitos que instigam reflexões sobre o processo de inclusão educacional

Destaca-se alguns conceitos marcantes que ao longo da história da Educação Especial rumo a uma Educação Especial Inclusiva instigaram reflexões quanto aos seus significados e empregabilidade, alguns confundidos por muitas pessoas e sendo colocados como sinônimos, porém, têm definições distintas. E minha intenção foi apresentar conceitos que se tornaram marcas na história da pessoa com deficiência.

2.2.1 Segregação/ Exclusão

Antes, segregados. Segregação é o ato de segregar, de pôr de lado, de separar, isolar ou apartar. É o processo de dissociação mediante o qual indivíduos e grupos perdem o contato físico e social com outros indivíduos e grupos. Essa separação ou distância social e física é oriunda de fatores biológicos e sociais, como raça, riqueza, educação, religião, profissão, nacionalidade dentre outros (BRAINLY, 2019).

A segregação da pessoa com deficiência no contexto educacional está associada a isolamento, discriminação, preconceito e exclusão, visto que a segregação do sujeito o limita ao convívio social e da aprendizagem, bem como a conhecer e conviver com a diversidade humana. Sabemos que por muitas décadas a educação da pessoa com deficiência se dava dessa maneira. Ainda hoje, em algumas instituições esse modelo ainda está vigente, embora a legislação educacional brasileira preconize o contrário.

A segregação nos remete a outro conceito, o de exclusão. Se o sujeito está segregado, ele está excluído de vários outros processos. Ele está isolado, limitado, separado. Embora muito difundido o tema é considerado relativamente recente e polemico por muitos autores, evidenciando-se as discussões na década de 1990.

Segundo Wanderley (1999), tem-se atribuído a René Lenoir a invenção dessa noção em 1974, com sua obra teve o mérito de suscitar o debate, alargando a reflexão em torno da concepção de exclusão, não mais como um fenômeno de ordem individual, mas sim social, baseadas nos princípios de funcionamento da sociedade moderna.

De acordo com Wanderley (1999, p. 16), René Lenoir, sobre sua concepção de exclusão ele define: “Dentre suas causas destacava o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços”.

Para a autora a uniformização do sistema escolar é um processo de exclusão do sujeito, pois a diversidade compreende inúmeras categorias sociais.

Para Wanderley (1999, p. 2):

Muitas situações são descritas como de exclusão, que representam as mais variadas formas e sentidos advindos da relação inclusão/exclusão. Sob esse rótulo estão contidos inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais, minorias étnicas ou de cor; desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de aceder ao mercado de trabalho, etc.).

Alguns autores denotam uma certa saturação da utilização indiscriminada na noção de exclusão. Mesmo os estudiosos da questão concluem que do ponto de vista epistemológico o fenômeno da exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Pode-se dizer que excluídos são todos aqueles que são rejeitados fisicamente, geograficamente, materialmente ou simbolicamente (WANDERLEY, 1999).

Observa-se que o conceito de exclusão é vasto, compreendendo diversas categorias e contextos históricos. Na educação da pessoa com deficiência este conceito permanece atual, ainda sendo muito utilizado, tendo em vista fatos recorrentes ocorridos no processo de

integração da pessoa com deficiência nas salas comuns, das escolas regulares do sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, apresenta-se o paradoxo inclusão/exclusão, sendo um grande desafio que se expõe no seu sistema educacional, escolas inclusivas, não apenas para pessoas com deficiência, mas para contemplar a diversidade da pessoa humana. É preciso derrubar as barreiras dos preconceitos, eliminar os processos segregadores e excludentes e propor uma educação que de fato inclua e não apenas integre a pessoa com deficiência ao contexto escolar e social, assim como possibilitar que o sujeito tenha seu desenvolvimento potencializado em seus valores e aptidões em detrimento da sua deficiência.

No Brasil ao longo da história, várias concepções sobre deficiência foram se desenvolvendo. Como afirma Souza (2005), assim como nos demais países o foco das pesquisas tem concentração na deficiência mental. De acordo com os critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os Deficientes Mentais (DM) tinham a seguinte classificação:

QUADRO 2 – Classificação da Deficiência Mental

Grupo I	Profunda	QI (quociente intelectual) abaixo de 20
Grupo	II Severa	QI entre 20 e 35
Grupo	III Moderada	QI entre 36 e 52
Grupo	IV Leve	QI entre 53 e 70

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 1968 (SOUZA, 2005).

Na perspectiva médica, daquele momento histórico os DM manifestam atraso mais ou menos intenso em todos os setores do desenvolvimento, variando em ênfase nos distúrbios mentais ou motores. Na maioria das vezes os dois apresentam-se associados, apesar de não manifestarem a mesma intensidade. Em decorrência da DM, as pessoas têm dificuldade no aprendizado da comunicação pela fala, da formação perceptiva, organização espacial e temporal e, posteriormente na aprendizagem escolar. A integração social fica comprometida desde que não houvesse estímulos, sendo respeitado seu tempo de aceitação e aprendizagem. O problema se agrava quando falta conhecimento, estímulo e orientação e essas pessoas acabam sendo excluídas do convívio escolar e social. A DM pode ser atribuída a fatores genéticos ou decorrentes de causas adquiridas, sejam na gestação da criança ou até mesmo durante o parto. A asfixia pós-natal é uma das causas principais das encefalopatias infantis e da deficiência mental, assim afirmam os especialistas (SOUZA, 2017).

No final do Império brasileiro os portadores de deficiência mental³ eram tratados como “doidos”, eram internados em manicômios, presos em pequenos quartos pelo suposto mal que o infligiam, eram uma ameaça à sociedade visto que seu comportamento diferenciado assustava as pessoas, por não condizer com os padrões comportamentais típicos tidos como normais.

Na década de 1920 na tentativa de conceituar de maneira mais adequada os ditos “retardados”, foi feita a conceituação do “anormal” como um ser incapaz de adaptações de vida, publicado no Anuário do Estado de São Paulo, em 1917 (SOUZA, 2017). Esses aspectos conceituais da história da educação especial e dos sujeitos dessa modalidade educacional, se faz necessária para entender o processo de superação existencial e sua integração social. Não se pode esquecer que essas pessoas existem e elas precisam ser educadas para a convivência em sociedade. Diante disso pode-se questionar, afinal, quem são essas pessoas com deficiência, público alvo de preocupações e estudos específicos e para as quais políticas públicas são implementadas para seu atendimento?

De acordo com a UNESCO,

Pessoa deficiente é qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesmo total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita, ou não, em suas capacidades física ou mental (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1975, s/p).

Pessoas que dependem de outras ou que precisam ter acessos e condições diferenciadas para uma vida normal. De acordo com Souza (2017) de maneira sintética os sujeitos, público alvo da Educação Especial, assim estavam classificados:

Deficiência Mental (DM) acometida a pessoas cujo funcionamento intelectual está abaixo da média, que se manifesta durante o período de desenvolvimento e se caracteriza pela inadequação no comportamento adaptativo. Clinicamente a DM é classificada como leve, moderada, severa e profunda. No aspecto educacional é classificada como educável, treinável e independente.

A pessoa com Deficiência Visual (DV) é entendida como aquela que sofre de uma alteração permanente nos olhos ou nas vias de condução do impulso visual. Estão classificados entre os que possui visão subnormal, de baixa visão, com amblíope; os que possuem resíduos visuais e os cegos ou invisuais; os que não tem nenhum resíduo visual ou que possuem apenas possibilidades de orientar-se em direção a luz, percebem volumes, cores e leem grandes títulos.

³ Terminologia utilizada na época do Império, conforme história da educação especial.

Referente à Deficiência Auditiva (DA), são aqueles sujeitos que possuem perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala através do ouvido. Sua classificação está em leve, moderada, acentuada, grave e profunda.

A Deficiência Física (DF) é ampla e quanto à natureza, pode ser ortopédica, que se refere a problemas relacionados aos músculos, ossos e articulações; podem ser neurológicas, podendo ser também congênita ou adquirida.

Assim, outras classificações mais recentes também contemplam os Transtornos de Conduta (TC) que são manifestações de comportamentos típicos de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízo no relacionamento social (MEC, 2008).

Pessoas com Altas Habilidades (AH) são aquelas que apresentam notável desempenho, elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidades psicomotoras (MEC, 2008).

Pessoas com Deficiências Múltiplas (DM) que apresenta de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física) no mesmo indivíduo, com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

Assim, estão colocados os tipos de deficiência que podem acometer um sujeito e dessa forma este integrar-se ao grupo de pessoa com deficiência. Esses são os sujeitos deste estudo, para os quais as políticas públicas existentes tentam assegurar uma vida digna e a sua inserção no contexto educacional, assistido por uma modalidade, Educação Especial, atualmente, preferencialmente em uma escola regular, em um sistema inclusivo.

2.2.2 Integração/Inclusão

Na busca de refletirmos sobre os conceitos de integração e seu paradoxo a inclusão, somos a todo momento direcionados à associação feita dessas terminologias a necessidade da aceitação da sociedade em inserir no convívio social as pessoas com deficiência e integrá-las às atividades sociais, culturais e educacionais, o que pode permitir. Permitindo o seu acesso e convivência em um espaço comum a todos e não deixá-los segregados.

Para Amélia Hamze (2019), o conceito de integração se referia à necessidade de que a pessoa com deficiência se adequasse à sociedade, de maneira que esta pudesse vir a se identificar com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada a convivência igualitária em sociedade. Com o conceito de integração, o integrar constituía localizar no sujeito

o foco da mudança, e as reais dificuldades encontradas no processo de busca de “normalização” da pessoa com deficiência. Isso era um conceito que não considerava que as diferenças, na realidade, não se extinguem, mas devem ser administradas no convívio social.

As pessoas com deficiência são cidadãos como quaisquer outros, possuidoras dos mesmos direitos e deveres, como também devem ter acesso a oportunidades disponíveis na sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresentem. A pessoa com deficiência tem direito ao convívio não segregado e ao ingresso e acesso imediato aos recursos disponíveis e facilitados aos demais cidadãos. A inclusão continua sendo um grande desafio, não é um processo que envolva somente um lado, mas abrange duas direções, envolvendo atuação junto à pessoa com deficiência e ações junto à sociedade.

Hamze (2019) assevera que a ideia inicial da integração, implica como recurso principal a promoção de mudanças no indivíduo, no sentido de normalizá-lo aos padrões impostos pela sociedade. Enquanto que, a ideia da inclusão, prevê mudanças de ambos os lados. Tanto no processo de desenvolvimento do sujeito, quanto no de reajuste da realidade social para receber, acolher e integrar esse sujeito. Com isso atua no sentido de nelas causar as adequações e legitimações necessárias, sejam estas físicas, materiais, humanas, sociais, ou quaisquer outras que se façam necessárias e/ou indispensáveis para que a pessoa com deficiência possa prontamente adquirir condições de ingresso e acesso no cotidiano regular e na convivência na sociedade.

Assim, o termo inclusão tem sido utilizado com múltiplos significados em diversas situações. No contexto educacional em um dos extremos, encontra-se os que advogam a inclusão como colocação de todos os estudantes, independente do grau e tipo de incapacidade, na classe regular, com a eliminação dos serviços de apoio de ensino especial. Nesse caso, foi o que mais aconteceu nas escolas das redes públicas.

Em outro extremo, o conceito de inclusão parece ser utilizado apenas para renomear integração, muitos confundem, ou acreditam se tratar da mesma situação, considerando que o melhor é a colocação do estudante com deficiência na classe regular, desde que se enquadre aos pré-requisitos da classe, não sendo levada em consideração as suas necessidades educacionais.

Nessa confusão de papéis torna-se então necessário diferenciar os termos integração e inclusão. Em que sentido eles são diferentes? Seria a inclusão apenas uma integração para atender a legislação educacional? Seria a inclusão uma terminologia mais moderna, cujo significado é o mesmo?

No sentido etimológico, integração vem do verbo integrar, que vem do latim *integrare*, que significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado. E inclusão, do verbo incluir

(do latim *includere*), no seu sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de (INFOPÉDIA, 2019). Observa-se no significado do termo inclusão, onde aparece à palavra participar, que remete a fazer parte, o que pressupõe uma visão diferenciada do ser no grupo. Participação é uma necessidade fundamental do ser humano e o homem só terá possibilidade de total desenvolvimento numa sociedade que permita e facilite a sua participação. O ser quando não incluído, ele está à parte da sociedade, isolado, disperso, sozinho, pressupõe-se a inclusão como acolhida à participação.

No aspecto educacional, tanto a integração quanto a inclusão tratam da inserção da criança com deficiência no ensino regular, sendo terminologias que instigam reflexões e estudos quanto a forma de introdução dessas crianças nas salas comuns das redes públicas de ensino. Mas, os estudos realizados apontam que existem esta diferença, entre integrar e incluir a pessoa com deficiência na escola. Para asseverar nossa pesquisa, respaldei-me em autores como Dens (1998), Mantoan (1997), Bueno (2001), Mrech (1999), os quais assinalam tal diferença e enfatizam que os dois termos se referem a situações de inserção diferentes.

De acordo com Dens (apud MASSINI, 2000, s/p):

[...] integração refere-se a intervenções necessárias para que a criança com necessidades especiais possam acompanhar a escola, sendo o trabalho feito individualmente com a criança e não com a escola; inclusão é o oposto, é um movimento voltado para o atendimento das necessidades da criança, buscando um currículo correto para incluí-la.

Para o autor, integração é uma ideologia da sociedade e não uma invenção da escola, onde o princípio fundamental é a valorização da diversidade. Para Dens (1998), o princípio fundamental da inclusão é a valorização da diversidade, pois ele acredita que cada pessoa tem uma contribuição a dar, o que torna o ser humano colaborativo na sociedade. Ele afirma ainda, que essa transformação é lenta, que a sociedade deve se apropriar da ideologia para que a transformações de fato aconteça.

Mantoan (1997) concorda com Dens (1998) no aspecto da necessidade de mudanças paradigmáticas na sociedade para que de fato a inclusão aconteça, propiciando a todos um ensino com qualidade. Para a autora a integração é uma forma de inserção que vai depender do nível de capacidade de adaptação do estudante ao sistema escolar. Já a inclusão tem como objetivo acolher a todos nas suas especificidades. E os sistemas de ensino terão que ser transformados para se adaptar às particularidades de cada estudante. Assim, a autora acredita que a inclusão favorece a educação em sua proposta de atender a todos, sendo o estudante o protagonista do processo.

Bueno (2001) também distingue integração de inclusão. Para esse autor, a integração tem como pressuposto que o problema habita nas características das crianças com deficiência ou necessidades educativas especiais, sendo que a inserção em escolas comuns só ocorre “sempre que suas condições pessoais permitem”. Já a inclusão coloca a questão da admissão dessas crianças no ensino regular sob outra ótica, reconhecendo e admitindo a existência das mais variadas diferenças. Essa visão considera as diferenças humanas normais, sendo que a escola deve adaptar-se às necessidades dos estudantes, oportunizando sua inclusão significativa.

Para Mrech (1999) a integração é uma prática seletiva, pois é o estudante deficiente que deve se adaptar aos parâmetros de normalidade impostos pelo sistema educacional e, quando isso não acontece, esse estudante é direcionado às classes especiais, sistema segregador que pressupõe a exclusão do estudante. Para a autora, na educação inclusiva, não são os estudantes deficientes que têm que se adaptar aos padrões normais, mas sim os estudantes sem deficiência que devem aprender a conviver com os deficientes e lidar com as diferenças. O objetivo é que o estudante com deficiência alcance o máximo de sua potencialidade em um ambiente menos restritivo, com ajuda e suportes necessários ofertados pela escola.

Segundo Massini (1997), falar em integração da pessoa com deficiência, vai muito além do processo socializador ou educacional, requer primeiro sua constituição psíquica, devendo-se levar em consideração antes de tudo a formação das condições da sua personalidade. Segundo a autora, integração e inclusão não são sinônimas e de fato não são. Todavia, alguns autores versam sobre o tema e as duas terminologias sem distinção por conceber que integrar estudantes com deficiência já os incluem nos processos educacional e social. Porém, incluir vai muito mais além do que integrar.

Analisando os posicionamentos dos autores citados sobre a distinção entre integração e inclusão, posso considerar a inclusão, um processo muito mais abrangente em termos educacionais do que pensar a aceitação da pessoa com deficiência no âmbito escolar. É pensar uma pessoa com direito de ser e estar no mundo como qualquer outra. Podendo ir e vir convivendo e se relacionando da sua maneira, de acordo com suas possibilidades. Sentir-se aceito e partícipe do meio em que está inserido. Aprender e ensinar a lidar com as diferenças.

Considerando que a principal característica do ser humano é a pluralidade, e não a igualdade, na escola, o ambiente é favorável para contemplar a diversidade da condição humana, propiciando oportunidades iguais para seu desenvolvimento, ficando evidente que não é apenas o educando, com deficiência ou não, que deve adaptar-se ao sistema de ensino e sim a escola é que tem o dever de atender as necessidades da criança para sua eficaz participação,

proporcionando-lhes condições de aprendizagem e de troca de experiências significativas. Assim, deve exercer de fato seu papel inclusivo e não integrador, já que a legislação preconiza uma escola para todos.

2.2.3 Diversidade/ Diferença

Nesse aspecto das diferenças contempla-se a diversidade. Nunca se utilizou tanto no cenário educacional as expressões diferença e diversidade. Diante disto faz-se necessário compreender melhor sobre esses dois conceitos tão utilizados na educação especial.

Diferença é a qualidade que permite que algo se distinga de outra coisa. O termo, que deriva do latim *differentia*, pode ser usado para mencionar a variedade de coisas de uma mesma espécie (GAGO, 2019). E o que se entende por diversidade? Este é outro conceito importante quando trata-se da diversidade humana e associa-se à inclusão, por se entender que a diversidade deve ser respeitada e incluída em sua plenitude social e educacional. Assim, a diversidade, do termo latino *diversitate*, está ligada aos conceitos de diferença, oposição, pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade, comunhão de contrários, intersecção de diferenças ou tolerância mútua (BRAINLY, 2019). Nesse sentido, nota-se que os dois conceitos são distintos, porém muito parecidos quando relacionados à pessoa com deficiência nas suas diferenças e na diversidade da espécie humana.

Morin (2003) em sua obra “Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro” apresenta um capítulo que trata do Ensinar a Condição Humana – “A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana”. Para o autor conhecer o humano é situá-lo no universo, e não o separar dele. Fazendo uma analogia a condição humana da pessoa com deficiência em seu contexto social e educacional, é promover sua integração para o convívio em sociedade, aprender com os diferentes e com as diferenças.

O circuito descrito pelo autor trata do indivíduo/sociedade/espécie, uma relação onde os indivíduos são produtos do processo reprodutor da espécie humana e das relações. As interações entre esses indivíduos produzem a sociedade.

Para Morin (2003, p. 55),

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana.

Percebe-se um sentimento de pertencimento da espécie humana em estar com seus pares, compreendendo e respeitando suas diferenças físicas e comportamentais e este vem sendo um dos grandes desafios da educação na contemporaneidade.

Morin (2003, p. 49), assevera que “Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade”. Assim, ambas existem e devem ser respeitadas, a especificidade de cada um na diversidade que contempla um todo.

A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades (MORIN, 2003, p. 55).

Importa compreender a diversidade nos traços da unidade de cada ser humano. Perceber a multiplicidade que há no uno, pois cada indivíduo é diferente do outro em algum aspecto físico, psicológico, cultural, ao mesmo tempo em que todos devem ter igualdade de tratamento, de acessos, de participações em todas as esferas da vida. Para a diversidade inerente a condição humana, Morin (2003, p. 50) diz que:

Na esfera individual, existe unidade/diversidade genética. Todo ser humano traz geneticamente em si a espécie humana e compreende geneticamente a própria singularidade anatômica, fisiológica. Há unidade/diversidade cerebral, mental, psicológica, afetiva, intelectual, subjetiva: todo ser humano carrega, de modo cerebral, mental, psicológicos, afetivo, intelectual e subjetivo, os caracteres fundamentalmente comuns e ao mesmo tempo possui as próprias singularidades cerebrais, mentais, psicológicas, afetivas, intelectuais, subjetivas.

Assim, cada indivíduo é único, e nesse universo da multiplicidade, da diversidade e da unidade, existem pessoas cujos padrões sociais diferem dos idealizados por cada sociedade, que os subjugam como diferente, inadequado. Categorias que são excluídas e discriminadas, a exemplo da pessoa com deficiência, por não estar dentro dos padrões idealizados para a condição humana, pensada como ideal, para a convivência em sociedade.

Ao longo do tempo, pode-se perceber como se deu o processo de segregação ocorrido com as pessoas com deficiência no âmbito educacional, que buscavam agrupar pessoas com deficiência em único espaço, onde eram privados da convivência com a diversidade da espécie humana.

Ainda, segundo Morin (2003), o século XXI deverá abandonar a visão unilateral que define o ser humano pela racionalidade (*Homo sapiens*), pela técnica (*Homo faber*), pelas atividades utilitárias (*Homo economicus*), pelas necessidades obrigatórias (*Homo prosaicus*). O ser humano é complexo, é diversificado, é plural, é multi, é um *Homo complexus*.

Essa complexidade torna o ser humano único, específico, diferente, por isso Morin (2003), alerta a esse respeito:

O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida; sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático; é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio; é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é consciente da morte, mas que não pode crer nela; que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e pelas Ideias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras. E quando na ruptura de controles racionais, culturais, materiais, há confusão entre o objetivo e o subjetivo, entre o real e o imaginário, quando há homogenia de ilusões, excesso desencadeado, então *Homo demens* submete o *Homo sapiens* e subordina a inteligência racional a serviço de seus monstros (MORIN, 2003, p. 59-60).

A existência humana e suas condições continuam motivando pesquisadores em torno da sua complexidade e tem sido campo de pesquisa quanto ao seu desenvolvimento e comportamento diversificados, compreendendo a pessoa com deficiência em suas categorias de deficiência e suas relações comportamentais na sociedade. Morin (2003) diz que a loucura é também um problema central do homem e não apenas seu desejo ou sua doença. O autor assevera que:

O tema da loucura humana foi evidente para filosofia da Antiguidade, a sabedoria oriental, os poetas de todos os continentes, os moralistas, Erasmo, Montaigne, Pascal, Rousseau. Volatilizou-se não somente na euforia ideológica humanista que destinou o homem a reger o universo, mas também nas ciências humanas e na filosofia (MORIN, 2003, p. 60).

Na busca incessável de tentar compreender a loucura, talvez tenha incitado a filosofia e a ciência a conhecerem mais sobre a espécie humana. Para Morin (2003) isso significa que os progressos da complexidade se fazem ao mesmo tempo, apesar, com e por causa da loucura humana. Para Morin a diversidade existente na individualidade da espécie humana, proporciona uma aprendizagem rica, quando há a possibilidade da convivência em espaços inclusivos, de aceitação as diferenças, onde a diversidade é compreendida como fator de crescimento que agrega na construção do conhecimento.

Por isso, que para Morin (2003, p. 61) afirma:

A educação deveria mostrar e ilustrar o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. Assim, uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana. Conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra.

Quando de fato se compreender que conviver com a diversidade humana proporcionará aos homens uma aprendizagem ímpar, possibilitará serem seres humanos melhores por aprender a conviver com as diferenças e respeitá-las, aceitando e superando limites, valorizando cada categoria. Entender que na troca de experiências pode-se aprender mais. Nesse contexto, o ambiente escolar é propício para esse encontro da espécie diversificada do humano. Porém, não é tão fácil proporcionar esse encontro, tendo um histórico de exclusão e preconceitos que permeiam até hoje a sociedade e o ambiente educacional na sua prática educativa.

Embora possa compreender que a diversidade está presente nas escolas e salas de aula, que o contato com as diferenças e com pessoas com deficiência estão acontecendo, o trabalho com a diversidade ainda representa um grande desafio, com muitas barreiras a serem derrubadas, muitos obstáculos a serem superados, principalmente pelos professores.

E é importante ressaltar que nos caminhos percorridos desta pesquisa não encontrei conceito específico da palavra diversidade no que se refere à pessoa com deficiência, a diversidade tratada e sempre presente nos trabalhos correlatos, tratam da diversidade da pessoa humana, na qual as pessoas com qualquer tipo de deficiência estão inseridas.

2.2.4 Educação Especial/Educação Inclusiva

A Educação Especial e a Educação Inclusiva por vezes são confundidas por muitos que acreditam tratar-se do mesmo conceito, todavia em termos educacionais possuem diferenciações que requerem considerações.

De acordo com Souza (2017), importa saber que a Educação Especial é um conjunto de recursos humanos e materiais postos à disposição do sistema educativo para que este possa responder adequadamente as necessidades que de forma transitória ou permanente, possam apresentar alguns estudantes. Assim, a Educação Especial é entendida como:

Processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referências teóricas e práticas compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. Visa a estimulação essencial, ou seja, treinamentos e estímulos adequados desde os primeiros dias de vida das crianças já identificadas como deficientes, para lhes garantir uma evolução tão normal quanto possível (MEC, 2001, s/p).

Em 2001 o MEC publicou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a partir deste marco, novos rumos surgem para a educação brasileira, assim como novos e grandiosos desafios.

O documento apresenta o conceito de necessidades educacionais especiais e das perspectivas da educação inclusiva, implicando em mudanças significativas. Em vez de se pensar no estudante como a origem de um problema, exigindo dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender como os demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem a diversidade de seus estudantes.

O documento apresenta-se em duas grandes temáticas (MEC, 2001, s/p): “TEMA I: A Organização dos Sistemas de Ensino para o Atendimento do Estudante que Apresenta Necessidades Educacionais Especiais; e TEMA II: A Formação do Professor”.

A perspectiva de transformar a educação e seus sistemas de ensino para integrar e incluir os estudantes com deficiência provoca um repensar nos formatos adquiridos pelas escolas ao longo dos tempos. O que se tinha era uma escola que nunca fora pensada para receber estudantes com deficiência, que não está preparada para atender a diversidade humana. Devendo ser vistas e superadas todas as barreiras que impedem a integração desses estudantes, e nesse momento fala-se das barreiras estruturais, físicas até as barreiras atitudinais e do conhecimento.

Dessa maneira o documento apresenta a Organização dos Sistemas de Ensino para receber esses estudantes nas escolas. A preparação do ambiente em sua estrutura arquitetônica e de movelaria adequados, como também de materiais didáticos pedagógicos e de Tecnologia Assistiva (TA). O mesmo documento também aborda a Formação do Professor, a preparação do interlocutor, do mediador do processo, sua preparação para trabalhar com as diferenças contemplando a inclusão de todos no processo educacional.

Assim, a Educação Especial é uma modalidade da educação básica que visa proporcionar uma aprendizagem significativa para as crianças com deficiência, matriculadas na rede regular, através de uma proposta pedagógica específica e TA que possibilitem a aprendizagem dos estudantes público alvo dessa modalidade de ensino.

A Educação Especial compreende também o Atendimento Educacional Especializado, que necessita de professores capacitados para atender as especificidades do estudante com deficiência nas escolas. Em se tratando da Educação Inclusiva, esta pressupõe a inclusão de toda a diversidade da espécie humana, de todas as pessoas, independente de raça, credo, cultura ou deficiência nas escolas regulares no sistema educacional brasileiro.

De acordo com os documentos legais, orientadores da política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação, o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação intencional, política, cultural, social e pedagógica, que foi formulada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem sofrer nenhum tipo de discriminação.

A educação inclusiva está fundamentada nas concepções dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, que avança em relação a ideia de equidade, que pressupõe justiça, imparcialidade, respeito a igualdade de direitos. Paradigmático, igualdade e diferença como valores indissociáveis, por entender a inclusão como maneira de acolher a todos indistintamente, independentemente de suas diferenças.

A educação inclusiva provoca um repensar a educação ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

Assim, o MEC, através da Secretaria da Educação Especial institui em 2001 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, disseminando referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, quanto as organizações das escolas, implicando em uma mudança estrutural e cultural nas mesmas, para receber todos os estudantes e atendê-los dentro das suas especificidades, sem distinção, na tentativa de abolir com a exclusão no âmbito educacional. Visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes, acompanhando os avanços do conhecimento e das lutas sociais (BRASIL, 2010).

A modalidade educacional da Educação Especial passa a fazer parte de uma Educação Especial Inclusiva, quando é instituído de fato a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que tem como objetivo: “[...] o acesso, a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2010, s/p).

A Educação Inclusiva, apresenta as seguintes garantias:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
 Atendimento educacional especializado;
 Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
 Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
 Participação da família da comunidade;
 Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
 Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2010, s/p).

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em suma, a Educação Inclusiva é muito mais ampla no atendimento educacional. Perpassa o atendimento apenas ao estudante com qualquer tipo de deficiência, ou transtornos globais do desenvolvimento, ao até mesmo altas habilidades ou superdotação. Inclusão no âmbito escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Não sendo tolerado nenhum tipo de discriminação, seja de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas, psicológicas ou qualquer que seja. Todos devem ter assegurados os mesmos direitos e acessos a educação, sendo respeitada as suas especificidades.

2.3 Marcos jurídicos de uma Educação Especial no Brasil

No Brasil o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. E em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental (SOUZA, 2017).

Em Sergipe, na década de 1930, há registros nítidos da exclusão da pessoa com deficiência para fins educacionais. De acordo com Souza (2017) existia por parte da sociedade resistência em aceitar que estudantes com algum tipo de deficiência ou comportamento fossem matriculados junto aos demais.

Algumas escolas traziam claramente em seus regulamentos a negação do direito a educação, conforme especificado no Decreto n.98 de 27 de fevereiro de 1932 que instituía a

“Casa da Criança” e regulava seu funcionamento: “Art. 5º - não poderão matricular-se crianças que não tenham princípios de leitura e cálculos, defeito physico, moléstias contagiosas e predisposições mórbidas bem definidas de caráter degenerativo” (SOUZA, 2017). Assim, a história da educação especial apresenta todo processo de desdobramentos evolutivos da integração de pessoas com deficiência nas escolas, caminhos dolorosos de rejeição, preconceitos, negação de direitos básicos, como o da educação.

Com esse recorte na história, pode-se constatar como os caminhos trilhados para a educação inclusiva têm sido difícil, visto que o educacional está ligado ao social, a aceitação das diferenças, da diversidade humana. A história da Educação Especial nos mostram que grupos de pais de crianças deficientes impulsionaram o processo educacional de seus filhos, criando associações, instituições que pudessem receber e atender seus filhos e proporcionar a eles um ambiente favorável a educação e socialização, já que as instituições públicas e privadas da época tinham resistência. Com isso foram criadas algumas instituições, a exemplo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), criada em 1954. (SOUZA, 2017).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Na Constituição Federal de 1967, o Artigo 175 trata das pessoas especiais. Lei especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação de excepcionais e assim, foram dando visibilidade, até então, ao que estava sendo ocultado. Que pessoas com deficiência poderiam ter possibilidades de uma vida social e educacional e para tanto a sociedade impulsionada por suas leis teriam que se adequar.

O entendimento a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para estudantes com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pelo gerenciamento da Educação Especial no Brasil, todavia, sob a égide integracionista, com ações educacionais destinadas às pessoas com deficiências e com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Nesse período não se entendia a educação especial como processo de inclusão e o acesso à educação não era universal, não se efetivavam políticas públicas para todos em igualdade,

permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de estudantes com deficiência. No que se refere aos estudantes com superdotação, apesar destes terem o acesso ao ensino regular, não recebiam apoio pedagógico que atendessem suas especificidades e singularidades de aprendizagem.

De acordo com Souza (2017, p. 76), “em Sergipe, o Estado só vem assumir a Educação Especial em 1973, através da solicitação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) feito ao Secretário de Educação Ciência e Tecnologia, João Cardoso do Nascimento Júnior”. Todavia, a solicitação foi atendida em parte, sendo implantada apenas em nível de Secretaria.

Em 1975, uma equipe de apoio pedagógico integrante da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, se interessa e assume a questão da Educação Especial. Na época a Profa. Yara Campelo, uma das pioneiras do trabalho nessa modalidade educacional no Estado de Sergipe, juntamente com Maria das Graças Barreto e Maria Júlia Santos (da área da educação), Marilza Franco (fonoaudióloga) e Marbene Guedes (neurologista) são as precursoras na implantação dessa modalidade educacional no Estado de Sergipe (SOUZA, 2017).

Como assevera Souza (2017), no início o atendimento educacional tinha um modelo médico, as avaliações com as crianças eram realizadas por essa equipe tomando como base descrições em fichas de acompanhamento, contemplando aspectos realizados em teste psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujos resultados apresentavam diagnósticos das crianças com necessidade educativas especiais e estas eram encaminhadas para as classes especiais. Essas crianças eram classificadas como dependentes, treináveis ou educáveis.

As crianças diagnosticadas com retardo mental e dificuldades de aprendizagem eram retiradas das classes regulares e encaminhadas a classes especiais. Souza (2017) pontua que professores entrevistados na época consideravam as classes especiais um privilégio para o atendimento dessas crianças, visto que eram instaladas com material pedagógico e recursos necessários para seu funcionamento. Esses recursos eram financiados pelo governo, através do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

De 1977 em diante as classes foram sendo instaladas nas escolas. Essas classes se expandiram e foram acompanhadas pela equipe da Secretaria da educação por intermédio de um professor itinerante. Os registros mostram que o trabalho da Educação Especial e a formação do professor nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como em todo o território Brasileiro, iniciando-se na prática, nos atendimentos. No entanto, na sequência as capacitações passam a acontecer, mesmo que apenas para professores das classes especiais (SOUZA, 2019).

A Emenda Constitucional nº 12 de 1978⁴, apresenta em seu parágrafo único o direito assegurado aos deficientes para a melhoria de suas condições sociais e econômicas, especialmente mediante:

- I Educação Especial e gratuita;
- II Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;
- III Proibição da discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV Possibilidade de acesso a edifícios e a logradouros públicos.

A análise desta Emenda Constitucional suscita a reflexão dos aspectos discriminatórios e excludentes sofridos pelas pessoas com deficiência, com impossibilidades de liberdade de acesso em determinados ambientes da sociedade pela condição da deficiência e do direito a educação em igualdade de condições, mesmo tendo sido observado e prescrito em Lei medidas que coibisse essas situações e desse condições e acesso à educação e ao trabalho, sem discriminação.

A Constituição Federal de 1988, apresenta como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define em seu Artigo 205, a educação como direito de todos com garantia do pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em seu Artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino” e garante no Artigo 208, III, prescrevendo que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de AEE aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A atual Carta Magna do Brasil chama a atenção para o AEE para as pessoas com deficiência, orientando que este atendimento seja realizado “preferencialmente” na rede regular de ensino. Esse processo foi acontecendo aos poucos, sendo criadas e mantidas em muitas redes, classes especiais para inserir estudantes com deficiência nas unidades. O processo de integração estava acontecendo, às crianças estavam sendo integradas as escolas, porém, a inclusão de fato, ainda não acontecia.

Durante algumas décadas a Educação Especial se organizou tradicionalmente como Atendimento Educacional Especializado (AEE) substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões ao longo do tempo, terminologias e modalidades que mudavam a cada

⁴ BRASIL. Emenda Constitucional Nº 12, de 17 de outubro de 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em 04 mar. 2020.

compreensão e que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais para a realização do atendimento dessas pessoas com deficiência. Uma organização que trazia sua fundamentação no conceito de normalidade e anormalidade, determinando as formas de atendimento focado no clínico, ancorados nos testes psicométricos, por meio de diagnósticos, que definiam as práticas escolares para os estudantes com deficiência.

A partir da visão dos Direitos Humanos e do conceito de cidadania motivado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, deriva uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização aponta os processos normativos de distinção dos estudantes em razão de suas características sejam elas intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras que possam ser apresentadas, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar (BRASIL, 2010).

Em 1990, através da Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que “[...] os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Nessa década, outros documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

Observa-se que a partir da visão dos Direitos Humanos a educação passa a ter um novo aspecto humanístico, sendo inserida a terminologia “inclusão”, e os sujeitos da educação especial passam a ser vistos como sujeitos de educação especial inclusiva.

Historicamente a escola se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais que durante décadas foram reprodutoras da ordem social, como consta na história da educação brasileira. Com a democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão-exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, ofertam matrícula para todos, mas continuam excluindo do processo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Dessa maneira, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (BRASIL, 2010).

Nos avanços pertinentes à Educação Especial, em 1994, é organizada e publicada a Política Nacional de Educação Especial, contemplando a orientação do processo de “[...] integração instrucional” que condicionava o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares

programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (1994, p. 19). Reafirmando os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de modo que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial (BRASIL, 2010).

Permanece a organização educacional com padrões e condições que não atendiam a todos os grupos, mas permanecendo com um grupo distinto dos “ditos normais”, visto que os “demais” tinham que acompanhar no mesmo ritmo de aprendizagem que os outros, não sendo observadas as suas condições de deficiência. Deixando claro que aqueles que não conseguissem estariam excluídos do processo. A própria orientação contida no texto diz “integração instrucional”... integrar no processo e não incluir.

Em 1996 é instituída a ainda atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, preconizando em seu artigo 59 que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades; assegurando a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegurando a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas series mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art.37) (BRASIL, 2010).

Apesar da LDB vigorar há mais de trinta anos, muitas unidades escolares ainda não têm total conhecimento do que preconizam seus artigos, especificamente quanto ao que institui sobre a Educação Especial. São dúvidas que ainda pairam sobre a inserção da pessoa com deficiência nas redes regulares de ensino, quanto a avaliação e progressão desses estudantes, dentre outros aspectos que envolvem as questões de aprendizagem.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular. Significando ampliação do acesso, bem como a sua permanência.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001).

As Diretrizes ampliam o caráter da Educação Especial para realizar o AEE complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º. Com a possibilidade de opção, pouca coisa mudou quanto ao acesso dos estudantes com deficiência nas redes regulares de ensino.

Com o Plano Nacional de Educação (PNE), através da Lei nº 10.172/2001⁵, onde destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. O referido plano ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes, aponta um déficit referente a oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado. Enfim, foram visualizadas muitas barreiras que deveriam ser vencidas para que o plano pudesse ser contemplado nas vias de fato.

A Convenção de Guatemala, ocorrida em 1999 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da Educação Especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. Com esse decreto a Educação Especial passa por um processo de reestruturação pressupondo um olhar inclusivo para todas as pessoas com deficiência no âmbito educacional (BRASIL, 2010).

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002⁶, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular,

⁵ Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. acesso em 04 mar. 2020.

⁶ RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em 04 mar. 2020.

formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Percebe-se um novo movimento educacional com um olhar voltado à inclusão e valorização da diversidade humana, através da preocupação com a formação profissional daqueles que irão necessitar adquirir conhecimentos e habilidades diferenciadas para atender ao estudante com odo e qualquer tipo de deficiência no ambiente escolar. Um grande desafio estava lançado.

Nesse caminhar algumas leis foram implementadas no intuito de assegurar o atendimento específico a toda e qualquer estudante com deficiência. A Lei nº 10.436/02⁷ reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar o seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Já a Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Evidencia-se na maioria dos currículos dos cursos de formação para professores e alguns bacharelados a disciplina de Libras, sendo como proposto em lei difundida em todo território nacional, porém, a Grafia Braille não recebeu a mesma atenção, sendo ainda pouco conhecida e estudada.

Cada vez mais forte segue a proposta de mudanças na educação e com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra toda e qualquer forma de discriminação que impeçam o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emergem, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. Fortalecendo-se as críticas as práticas educacionais de categorização e segregação de estudantes por deficiência, até então encaminhados para ambientes especiais, classes especiais ou até mesmo escolas específicas para deficientes, bem como surgem questionamentos dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem que não reconhecem a diversidade humana e que são geradores de exclusão nos espaços escolares.

Na tentativa de enfrentar todos esses desafios e construir projetos capazes de superar os procedimentos históricos anteriores de descaso, abandono e negação da pessoa com deficiência, processos históricos de exclusão, novas discussões surgem sobre as políticas educacionais,

⁷ LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2002/110436.htm>>. Acesso em 04 mar. 2020.

reforçando a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização de acesso à escola, contemplando toda diversidade humana.

No contexto do movimento político para o alcance das metas de educação para todos, respaldados na Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pelo UNESCO (1994), aprofundam-se as discussões, problematizando os aspectos acerca da escola não acessível a todos os estudantes.

A partir desta reflexão sobre as práticas educacionais resultantes de desigualdades sociais de diversos grupos, o documento Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados (BRASIL, 1997, s/p).

A proposta de inclusão escolar começa a ser gestada, partindo dos diversos movimentos que buscam repensar o espaço escolar e as diferentes formas de exclusão que existem nesse espaço e que inviabilizam a escola de todos para todos.

No início do século XXI questionamentos quanto à estrutura segregativa reproduzida nos sistemas de ensino, são enfáticas para que as mudanças tomem rumo, visto que esse modelo educacional mantém um alto índice de pessoas com deficiência em idade escolar fora da escola e a matrícula de estudantes público alvo da Educação Especial, majoritariamente, em escolas e classes especiais.

A proposta de um sistema educacional inclusivo passa a ser percebida na sua dimensão histórica, política e pedagógica, enquanto processo de reflexão e prática que possibilitem efetivas mudanças significativas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos a educação, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988.

Com o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, a partir de 2003, são implementadas estratégias para a disseminação dos referenciais da educação inclusiva no país. Para alcançar este propósito, é instituído o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que desenvolve o amplo processo de formação de gestores e de educadores, por meio de parceria entre o MEC, os estados, os

municípios e o Distrito Federal, para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do AEE e à garantia da acessibilidade.

Assim, tem início a construção de uma nova política de educação especial, na perspectiva inclusiva, que enfrenta o desafio de se construir, como uma modalidade transversal desde a educação infantil à educação superior. Neste processo a proposta é de repensar as práticas educacionais concebidas a partir de um padrão de estudante, de professor, de currículo e de gestão. Sendo pensadas também as condições adequadas de infraestrutura escolar para a acessibilidade e dos recursos didáticos – pedagógicos fundamentados da concepção de desenho universal (BRASIL, 2016).

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. Apresenta-se como um referencial para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, organizados para atender o conjunto de necessidades e características de todos os cidadãos. Este referencial contém uma análise da legislação pertinente à educação especial e orientações pedagógicas que discutem a prática dos educadores. São considerações que traduzem os paradigmas atuais e defendem o acesso universal à escolaridade básica através da transformação da escola em um ambiente de convivência respeitosa, enriquecedora e livre de qualquer discriminação.

Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº10.048/00⁸ e nº 10.098/00⁹, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos. Nesse sentido as mudanças arquitetônicas tomaram dimensões significativas em todo território nacional, onde pode-se perceber construções de rampas, banheiros adaptados, dentre outros aspectos, em atendimento a proposta da promoção de acessibilidade.

Em 2005, o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso dos estudantes surdos a escola, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina

⁸ LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Disponível em: <<http://www.procuradoria.ufrj.br/legislacao-1/legislacao-referente-ao-servico-publico/leis/lei-10-048-00>>. Acesso em 04 mar. 2020.

⁹ LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em 04 mar. 2020.

curricular, a formação e certificação de professor, instrutor e tradutor/interprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. Mais um passo é dado no processo de inclusão do estudante surdo que com a possibilidade de ter um interprete em Libras em sala, melhora seu acesso ao conhecimento, possibilitando a aprendizagem.

Ainda em 2005 com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal, são organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, construindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos estudantes da rede pública de ensino (BRASIL, 2010).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados – Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24) (BRASIL, 2010, s/p).

Observa-se o grande desafio das escolas em adequar seus espaços, currículos, desenvolvendo métodos e técnicas de ensino – aprendizagem que possam proporcionar as condições favoráveis para a inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas educacionais.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de contemplar no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior.

Na perspectiva de uma educação inclusiva, em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos

multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com o PDE um grande investimento é proposto para educação visando a implementação das escolas inclusivas em todo território nacional. No documento do MEC, “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas” é reafirmada a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007, s/p).

Para a implementação do PDE é publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas. Reiterando os princípios da educação inclusiva, as Conferências Nacionais de Educação (CONEB/2008; CONAE/2010; CONAE/2014), que no documento final salientam:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, s/p).

Assim, nesse cenário, a educação inclusiva tornou-se pauta constante nos debates educacionais em todo o Brasil, instigando reflexões, impulsionando novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, na proposta de prover as condições para a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial nas redes públicas de ensino. Nesse sentido, o conceito de acessibilidade é incorporado como forma de promoção da igualdade de condições entre todos.

Objetivando instituir uma política pública de financiamento da educação inclusiva, foi publicado o Decreto nº 6.571/2008, incorporado pelo Decreto nº 7.611/2011, dispondo sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do AEE a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mantendo seu financiamento no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Assim, “na perspectiva inclusiva, o atendimento educacional especializado é definido como [...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes no ensino regular” (BRASIL, 2011, s/p).

No artigo 3º, é definido o apoio técnico e financeiro a ser prestado pelo Ministério da Educação, com a finalidade de promover o AEE tanto na educação básica quanto na superior por meio das seguintes ações:

- I – implantação de sala de recursos multifuncionais;
- II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III – formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
- IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V – elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade;
- VI – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2008, s/p).

No âmbito do FUNDEB, ainda é instituído o financiamento da dupla matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Básica, de modo a fomentar a organização e oferta do AEE na perspectiva da educação inclusiva, conforme disposto no artigo 6º:

Admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2010, para efeito de distribuição de recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular (BRASIL, 2008, s/p).

Com o intuito de orientar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, são instituídas as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, por meio da Resolução CNE/CEB, nº 4/2009. Este documento define, no artigo 1º, que cabe: “[...] aos sistemas de ensino matricular os estudantes com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE [...]” (BRASIL, 2009, s/p).

Grandes mudanças ocorreram na educação no ensino regular com o atendimento às novas políticas públicas para a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, quando as escolas abrem suas portas para receber todos os estudantes em idade escolar, com ou sem deficiência, respeitando a diversidade humana e tendo que se adequar a essa realidade, seja na sua estrutura física, seja comportamental, curricular e cultural.

O caráter não substitutivo e transversal da Educação Especial é ratificado pela Resolução CNE/CEB nº04/2010, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e preconiza em seu artigo 29, que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no AEE, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o AEE deve integrar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, envolver a participação efetiva da família e ser desenvolvido em articulação com as demais políticas públicas. A oferta do AEE deve ser institucionalizada, prevendo na sua organização a implantação da sala de recursos multifuncionais, a elaboração do plano de AEE, formação de professores para o exercício da docência no AEE, demais profissionais como tradutor e interprete da Língua.

De acordo com o artigo 5º dessa resolução:

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2009, s/p).

O Decreto nº7084/2010, ao dispor sobre os programas nacionais de materiais didáticos, estabelece no artigo 28, que o MEC adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da educação especial e professores das escolas de Educação Básica públicas.

Com o intuito de gerar o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, foi instituído, pelo Decreto nº 7.611/2012, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Dentre as diversas ações previstas no plano, integram o eixo “Acesso à Educação”, ações destinadas a formação de professores bilíngues para os anos iniciais, ensino, tradução e interpretação da Libras, à disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de materiais didáticos, de mobiliários e de transporte escolar acessíveis, como também, a adequação arquitetônica dos prédios escolares, objetivando a promoção de acessibilidade, tanto na educação básica, quanto na superior.

Outro avanço foi a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) criada pela Lei nº 12.764/2012¹⁰. Além de consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula a pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório. Infelizmente era uma prática corriqueira a negação da matrícula para pessoas com deficiência, principalmente as que apresentavam transtornos globais do desenvolvimento ou TEA, em algumas justificativas alegava-se a falta de preparação da unidade escolar, seja em sua estrutura física ou em equipe capacitada para atender às necessidades específicas de cada pessoa com deficiência. Com a instituição da lei, essa prática não é mais aceita. Os familiares que se sentirem lesados, podem e devem buscar a justiça.

Para dar continuidade às ações estratégicas de apoio à inclusão escolar das pessoas com deficiência, o Plano Plurianual – PPA 2016/2019 prevê no Programa 2080, o Objetivo 1007 que visa ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à sua formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade humana e da inclusão, e ainda, considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Para que este objetivo seja atingido, foi estabelecida a Meta 04KI, a fim de promover ações com vistas a universalizar o atendimento escolar para toda população compreendida de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns da rede regular de ensino. Essa meta é composta pelas iniciativas 060º, meta esta que estabelece apoio a organização e a oferta do AEE nas

¹⁰ LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em 03 mar. 2020.

escolas públicas com matrícula par estudantes público alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular e pela iniciativa 060S, que determina apoio à ampliação das condições de acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2016).

O alcance da referida meta é mensurado através do indicador 667 do Programa 2080 – Taxa de inclusão de estudantes de 4 a 17 anos público alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, conforme estabelecido no PNE.

Assim, o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino é entendido a partir de uma nova concepção, em que a gestão educacional e a prática pedagógica são instituídas transversalmente a todos os procedimentos de planejamento e organização, à luz dos princípios e fundamentos da educação como direito humano indisponível e incondicional (BRASIL, 2016).

De acordo com a legislação educacional em vigor e em apoio ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, algumas ações foram implementadas pelo Ministério da Educação com a finalidade de fomentar a transformação dos sistemas educacionais.

Assim, uma das ações foi instituir o **Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial**, visando apoiar a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, sendo implementado no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM), em parceria com as Secretarias de Educação e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

No período compreendido entre 2007 a 2015, esta ação disponibilizou 98.500 vagas nos seguintes cursos de especialização e aperfeiçoamento:

- O Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Perspectiva da Educação Bilíngue;
- O Ensino do Sistema Braille na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- O uso pedagógico dos recursos de Tecnologia Assistiva;
- Acessibilidade na Atividade Física Escolar;
- Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- A Gestão do Desenvolvimento Inclusivo na Escola;
- Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua;
- O uso do sistema de FM no ambiente escolar ” (BRASIL, 2016).

Todo um investimento voltado para a formação continuada de professores para atuar não apenas, especificamente na Educação Especial, mas em toda unidade escolar no intuito de

fazer da escola uma escola inclusiva, fazer dos sistemas educacionais, sistemas educacionais inclusivos.

O **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**, nasce em 2003 com o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas educacionais, o Programa conta com a adesão de 142 municípios polos que atuam como multiplicadores da formação de gestores e educadores. A partir de 2007 esse Programa passou a integrar o PDE por meio do PAR. Os municípios polos apresentam a demanda de cursos presenciais, ofertando vagas às redes de ensino de sua abrangência. No período de 2004 a 2015, registra-se a formação de 183.815 professores em todo território nacional atendido pelo programa (BRASIL, 2016).

Criado para apoiar a organização e oferta do atendimento educacional especializado, o **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**, foi instituído através da Portaria MEC, nº 13/2007, no âmbito do PDE. Este programa contempla as demandas das Secretarias de Educação, apresentadas no PAR, tendo como critério atender escolas públicas com matrícula de estudantes público alvo da educação especial em classe comum do ensino regular, registradas no censo escolar do MEC/INEP. A adesão ao programa está condicionada à integral concordância com os termos da Portaria Normativa MEC nº 25, de 19 de junho de 2012, sendo firmado eletronicamente, pelas Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, através do Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação (SIGETEC). Assim, durante o período de 2005 a 2014, foram contemplados com o programa 42 mil escolas públicas de ensino regular com registro de matrículas de estudantes público alvo da educação especial em classes comuns, alcançando 93% dos municípios brasileiros.

A celebração do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 01/2015 entre o Ministério da Educação e a Micro Power Comércio e Desenvolvimento de Software Ltda., possibilitou a disponibilização de 20 mil licenças do programa Virtual Vision às escolas públicas de educação básica, com matrículas de estudantes com deficiência. Este software permite acesso aos aplicativos, por meio da leitura dos menus e telas dos programas, por intermédio de um sintetizador de voz (BRASIL, 2016).

Implementado no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o **Programa Escola Acessível**, surge em 2008 e tem por objetivo apoiar a promoção de acessibilidade no ambiente escolar, através da adequação arquitetônica e aquisição de recursos de tecnologia assistiva, necessários para eliminar as barreiras ao acesso, à participação e à aprendizagem, assim, promovendo a autonomia dos estudantes com deficiência. O programa apoia com recursos financeiros as escolas públicas para a implantação das salas de recursos multifuncionais e com matrícula de estudantes público alvo da educação especial, nos termos

do que dispõe a Resolução CD/FNDE nº 19/2013. De 2008 a 2016 foram contempladas 57.500 escolas públicas brasileiras, totalizando transferência no valor de R\$ 522.857.208,20 (Quinhentos e vinte e dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e vinte centavos) (BRASIL, 2016).

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento de Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, entre zero e dezoito anos, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 18/2007. Ação desenvolvida pelo MEC em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), objetivando promover o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na escola.

O Programa BPC na escola vem demonstrando ser um importante fator impulsor do acesso das pessoas com deficiência à escola. Desde a implementação desta ação intersetorial, verifica-se o crescimento do número de matrículas desta população, conforme dados do Censo Escolar e do Cadastro Administrativo da Previdência Social. Em 2007 foram identificados 78.848 matrículas de beneficiários do BPC com deficiência, representando 21% do total de beneficiários, na faixa etária de 0 a 18 anos. Em 2013 foram identificados 319.146 matrículas, correspondendo a 64,11%. Em termos absolutos, contata-se crescimento de 305%, e em termos percentuais, verifica-se o crescimento de 43,11 pontos (BRASIL, 2016).

O Transporte Escolar Acessível foi uma ação implementada no âmbito do Programa Caminho da Escola, priorizou o atendimento dos municípios com maior número de beneficiários do Benefício da Prestação Continuada – BPC, com deficiência, em idade escolar obrigatória fora da escola. No período de 2011 a 2015, foram contemplados 1.437 municípios com 2.307 veículos acessíveis, tendo sido investidos R\$ 314.766.000,00 (trezentos e quatorze milhões, setecentos e sessenta e seis mil reais) (BRASIL, 2016).

Por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o MEC, em parceria com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, aos quais se vinculam os centros públicos de produção de material didático acessível, desenvolveram o **Projeto Livro Acessível**, que tem por finalidade assegurar aos estudantes com deficiência, matriculados em escolas públicas da educação básica, livros em formatos acessíveis.

Esse projeto tem em vista promover acessibilidade ao livro e a leitura, assim, foram implementadas as seguintes ações (BRASIL, 2016):

- Apoio financeiro às Secretarias de Educação para criação de 55 Centros de Apoio pedagógico às Pessoas com deficiência Visual (CAP), abrangendo todas unidades da federação,

com o objetivo de produzir material pedagógico em diversos formatos acessíveis. No ano de 2009 os CAP's receberam os seguintes recursos de tecnologia assistiva e mobiliários: 01 impressora Braille de grande porte; 02 scanners de mesa; 02 microcomputadores; 01 linha Braille; 01 guilhotina; 02 grampeadores; 01 armário; 02 mesas; 02 cadeiras; 01 perfurador elétrico; 01 duplicador Braille, 02 estabilizadores, 01 software para produção de desenhos táteis;

- Formação continuada dos profissionais envolvidos na produção de material didático acessível em formato digital e em braille;
- Desenvolvimento do sistema de informação digital acessível – Mecdaisy, que possibilita acessar o texto por meio de áudio, caráter ampliado e diversas funcionalidades de navegação pela estrutura do livro;
- Disponibilização de 8.568 laptop para estudantes cegos, matriculados nas redes públicas de educação básica;
- Criação do Acervo Digital Acessível (ADA), ambiente virtual destinado a postagem de materiais digitais acessíveis e a produção coletiva de livros em Mecdaisy;
- No âmbito dos programas nacionais de material didático, foram disponibilizados 114 títulos em Braille e 523 títulos em formato digital acessível, atendendo 6.090 estudantes cegos, matriculados em escolas públicas de educação básica. Foram disponibilizados, 13 títulos em formato digital bilíngue – LIBRAS/Língua Portuguesa, além de 11.000 exemplares do Dicionário Trilíngue – LIBRAS/Português/Inglês, beneficiando 22.945 estudantes surdos, matriculados em escolas públicas de educação básica. A partir de 2015, os editais dos Programas Nacionais de Materiais Didáticos passaram a exigir todos os títulos adquiridos em epub3, contemplando requisitos de acessibilidade. (BRASIL, 2016)

Dentre as ações de apoio ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino destaca-se a criação dos **Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência (CAP) e os Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille (NAPPB)**, foram criados 55 centros de apoio técnico pedagógico à educação de estudantes com deficiência visual, atuando em articulação com o AEE ofertado nas escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2016).

Os Centros de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimentos às Pessoas com Surdez (CAS) tem por objetivo promover a educação bilíngue por meio da formação continuada de profissionais para a oferta do AEE a estudantes surdos e com deficiência auditiva e da produção de materiais acessíveis. Foram instituídos 30 CAS pelas secretarias de Educação,

com o apoio do Ministério da Educação. No contexto da inclusão escolar, os CAS atuam junto às escolas com Salas de Recursos Multifuncionais, como centro de referência e apoio aos sistemas de ensino.

Criação dos Núcleos de Atividades para Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), instituídos pelas Secretarias de Educação com o apoio do MEC, cuja função é orientar os sistemas de ensino para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas de estudantes com altas habilidades/superdotação.

O projeto de pesquisa intitulado **“Uso do Sistema FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva”**, desenvolvido em 2012 definiu metodologias e diretrizes pedagógicas, para a implantação do sistema de Frequência Modulada (FM), em ambiente escolar, como recurso de tecnologia assistiva, destinado a promoção de acessibilidade, aos estudantes usuários de aparelhos de amplificação sonora e implante coclear. Diante dos benefícios pedagógicos identificados pela pesquisa, viabilizou-se por meio de ação articulada entre o Ministério de Educação e Ministério de Saúde, a concessão do equipamento no âmbito do Sistema Único da Saúde, que a partir de julho de 2013, fosse disponibilizado o sistema de FM a estudantes entre cinco e dezessete anos de idade, conforme Portaria GM/MS, Nº 21, de 07 de maio de 2013 e Portaria GM/M, Nº 1.274, de 25 de junho de 2013. Estima-se que aproximadamente 70.000 estudantes poderão se beneficiar desta política pública (BRASIL, 2016).

Como forma de incentivar e divulgar experiências exitosas o MEC por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e patrocínio da Fundación MAPFRE, instituiu o **Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas – a escola aprendendo com as diferenças**, por meio da Portaria MEC, nº 1.061/2009 alterada pela Portaria MEC nº 1.246/2011 e o **Prêmio Desenvolvimento Educacional Inclusivo: a escola no enfrentamento das desigualdades sociais**, por meio da Portaria nº 950/2015.

O I e o II Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas – a escola aprendendo com as diferenças objetivou promover, difundir e valorizar experiências inovadoras de inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O III Prêmio identificou experiências efetivas de inclusão escolar, de estudantes público-alvo da educação especial, matriculados na educação infantil.

O Prêmio Desenvolvimento Educacional Inclusivo: a escola no enfrentamento das desigualdades sociais objetivou promover e difundir experiências de gestão voltadas a inclusão e êxito educacional de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Essa ação contou com a participação de estudantes, escolas e secretarias de educação das redes públicas de educação básica (BRASIL, 2016).

Outra ação de apoio foi a promoção da formação de professores, interpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais. Durante o período de 2007 a 2015 foram criados 30 cursos de Letras/LIBRAS/Língua Portuguesa, sendo disponibilizadas anualmente 2.250 vagas para a formação de professores, tradutores e interpretes da Libras.

Foram criados também o **Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (PROLIBRAS)** e a **Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa**. Programa instituído através do Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que habilitou até o ano de 2015 um total de 7.940 profissionais.

O **Programa INCLUIR – Acessibilidade na Educação Superior**, criado em 2005 e instituído no âmbito do PDE/2007, foi implementado em parceria com a Secretaria de Educação Superior, com o objetivo de promover a acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), garantindo as condições de acesso e participação às pessoas com deficiência. O referido programa apoia ações de eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos diversos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Até 2015, 63 IFES receberam investimentos de R\$ 53.696.000,00 (cinquenta e três milhões, seiscentos e noventa e seis mil reais) (BRASIL, 2016).

Criação do **Programa de Apoio à Pesquisa em Educação Especial (PROESP)**, desenvolvido em parceria com a CAPES, objetivou apoiar projetos de pesquisa e de formação na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Este Programa subsidiou a produção e avaliação de referenciais, metodologias e recursos de acessibilidade na educação e demais processos pedagógicos e formativos que envolvem o AEE para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No período de 2013 a 2013 foram apoiados 48 projetos, representando um investimento de R\$ 13.214.120,84 (treze milhões, duzentos e quatorze mil, cento e vinte reais e oitenta e quatro centavos), distribuídos em 35 instituições de educação superior, públicas e particulares (BRASIL, 2016).

Instituído por meio da Portaria MEC nº 1.129/2013, o **Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento**, objetivou o acesso das pessoas com deficiência, negras e indígenas aos programas de mobilidade internacional, através de projetos de formação pré-acadêmica, projetos Conjuntos de Pesquisa entre Instituições Brasileiras e Estrangeiras com modalidades de Graduação Sanduiche e Doutorado Sanduiche. No ano de 2015 foram selecionados 24 projetos de formação pré-acadêmica e 32 projetos para graduação e pós-graduação sanduiche, contemplando os seguintes eixos da pesquisa: promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, do estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, da acessibilidade e da inclusão, tecnologia assistiva e difusão do conhecimento da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2016).

No período de 2007 a 2015, foi desenvolvido o **Projeto de Cooperação Internacional Escola de Todos**, com Angola e Cabo Verde. Esta ação contemplou a formação de 480 professores multiplicadores e auxiliou a formulação de políticas públicas de inclusão escolar nos países integrantes do projeto.

No período de 2007 a 2014 foi desenvolvido o **Projeto Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura (OEI)**, Projeto OEI BRA/08/003, visando o fortalecimento da capacidade institucional da SECADI na gestão e avaliação do Programa de Acompanhamento e Monitoramento de Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com deficiência, prioritariamente de zero a dezoito anos de idade, beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC/LOAS). Essa ação executou orçamento de R\$ 4.966.180,70 (quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta reais e setenta centavos) (BRASIL, 2016).

Visando ao fortalecimento das políticas de apoio à inclusão escolar, por intermédio do Acordo Brasil/UNESCO, foi realizado no período de 2010 a 2015, o **Projeto UNESCO – Desenvolvimento Inclusivo das Escolas Brasileiras: políticas de formação, recursos pedagógicos e atendimento educacional especializado**. Esta ação executou R\$ 1.900.000,00 (hum milhão e novecentos mil reais).

No período de 2013 e 2014, foi implementado o projeto UNESCO – 914BRZ1142.5 – Desenvolvimento e Consolidação das Políticas Públicas de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Sustentabilidade Socioambiental. Esta ação contemplou todas as áreas de atuação da SECADI, tendo sido investidos R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). De 2015 e 2016, o Projeto UNESCO – 914BRZ1009.5 visou a consolidação e Avaliação das Políticas Públicas da diversidade, implementadas no âmbito da SECADI, com investimento de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). E de 2014 a 2017, o Projeto UNESCO – 914BRZ1148 visou o fortalecimento

da Capacidade Institucional Para o Tratamento da Diversidade, Inclusão e Sustentabilidade Socioambiental, contando com orçamento de R\$ 10.397.651,88 (dez milhões, trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos) (BRASIL, 2016).

Observa-se que a partir de 2003 o MEC tem desenvolvido diversas ações para implementar as Políticas Públicas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com investimentos financeiros significativos distribuídos em programas, projetos e ações pontuadas, como também realizou registros e orientações através de publicações com o intuito de subsidiar a referida implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde foram elaborados referenciais, que estão disponíveis no Portal do MEC, dentre os quais tomam destaque: Inclusão – Revista da Educação Especial; Coleção: a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar; Marcos Políticos e Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Manual de Acessibilidade Espacial para as Escolas: o direito a escola acessível; Manual Grafia Química Braille para uso no Brasil; Soroban – Manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência; A construção de práticas Educacionais para estudantes com Altas Habilidades/Superdotação; A escola e suas transformações a partir da educação especial na perspectiva inclusiva (BRASIL, 2016).

Essas publicações compõem registros históricos da implementação das Políticas Públicas Nacionais da Educação Especial na perspectiva Inclusiva que nortearam e orientam quanto a atuação educacional nos espaços educacionais para viabilizarem a inclusão das pessoas com deficiência. A legislação educacional tem normatizado a integração das pessoas com deficiência nos espaços escolares, todavia a inclusão dessas pessoas, ainda encontra barreiras do conhecimento, do entendimento, da compreensão, da aceitação as diferenças. Processo em construção, que requer estudo, sensibilização e muito trabalho.

Um grande passo para a inclusão foi a criação da Lei nº 13.146/2015, a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**¹¹, de 06 de julho de 2015. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que conforme seu dispositivo geral diz ser “destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A LBI em seu Capítulo I apresenta conceitos referentes a acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, barreiras, comunicação, adaptações razoáveis,

¹¹ LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 04 mar. 2020.

elemento de urbanização, mobiliário urbano, pessoa com mobilidade reduzida, residências inclusivas, moradia para a vida da pessoa com deficiência, atendente pessoal, profissional de apoio escolar e acompanhante.

No seu Capítulo II trata da igualdade e da não discriminação, constando em seu §1º

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Nos chama a atenção que não só a ação, mas também a omissão de fatores ou ações que possam impedir ou anular direitos fundamentais a pessoa com deficiência, pode ser classificado como discriminação.

Em seu Art. 8º descreve com muita exatidão o tratamento igualitário que deve ser dado a toda pessoa com deficiência:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Com esses direitos assegurados toda pessoa com deficiência deve ser respeitada como cidadão, devendo ser tratado com equidade. Dos direitos fundamentais trata do direito à vida, do direito à habilitação e reabilitação, do direito à saúde, do direito à educação, do direito à moradia, do direito ao trabalho, do direito à previdência social, do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, do direito ao transporte e mobilidade.

No que se refere ao Direito à Educação, destaca-se o Art. 27, que diz:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Esse artigo assevera uma educação com um olhar a especificidade de cada pessoa com deficiência, devendo ser valorizados suas potencialidades e talentos e observadas suas necessidades de aprendizagem.

O Título III trata da acessibilidade onde em seu Art. 53, discorre que “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. Assim, ratificando o compromisso de todos com a mobilidade urbana.

No Capítulo II trata do Acesso à informação e à comunicação, no Capítulo III da Tecnologia Assistiva e no Capítulo IV do Direito a participação da vida pública e política, assegurando a pessoa com deficiência o direito de votar e ser votado.

O Título IV trata da Ciência e Tecnologia, sendo que para a pessoa com deficiência evidenciamos a importância que tem sido as tecnologias na superação de suas limitações, como descreve em seu Parágrafo único:

Serão estimulados, em especial: I - o emprego de tecnologias da informação e comunicação como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência; II - a adoção de soluções e a difusão de normas que visem a ampliar a acessibilidade da pessoa com deficiência à computação e aos sítios da internet, em especial aos serviços de governo eletrônico.

Ressalta-se, como fundamental o desenvolvimento de TA que possibilitem cada vez mais a inclusão da pessoa com deficiência em todo âmbito social e educacional para uma vida sem barreiras.

A LBI também apresenta o Livro II como Parte Especial, onde trata do acesso à Justiça, do reconhecimento igual perante a Lei, dos crimes e das infrações administrativas, resguardando a integridade da pessoa com deficiência. A LBI finaliza tratando das Disposições Finais e Transitórias resguardando todos os direitos da pessoa com deficiência.

Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada em 2015, consolida os marcos legais para uma Educação Especial Inclusiva. A LBI contempla de forma específica todos os direitos de um cidadão com deficiência em igualdade de condições a qualquer cidadão sem deficiência.

E para que as barreiras que ainda persistem, sejam superadas, muitos esforços devem ser somados e as pesquisas apresentam as tecnologias como ferramentas que podem ajudar a

superar barreiras, sejam elas da acessibilidade física, da comunicação além de possibilitarem a inclusão educacional.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E TECNOLOGIAS: RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

As tecnologias educacionais sempre foram ferramentas importantes para o processo ensino – aprendizagem, e para a Educação Especial tornou-se fundamental, pois através delas pode-se contribuir de forma significativa para proporcionar condições adequadas para que o estudante com deficiência possa aprender.

As tecnologias desenvolvidas para serem utilizadas pelos professores do AEE promovem a acessibilidade necessária para o estudante com deficiência, devendo ser elaborada de acordo com cada especificidade. E para a utilização dessas tecnologias com melhor proveito foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais.

3.1 O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os estudantes e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (MEC, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se das que são realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, mas configurando-se em um atendimento complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes com vistas à aquisição da sua autonomia e independência na escola e fora dela (SEESP/MEC, 2008).

O AEE se destina aos estudantes com deficiência física, intelectual, sensorial e/ ou com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Apoia o desenvolvimento do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, como também disponibiliza o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização, oferece Tecnologia Assistiva (TA), adequa e produz materiais didáticos e pedagógicos, de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, oportuniza o enriquecimento curricular para estudantes com altas habilidades. O AEE deve estar articulado com a proposta política pedagógica da escola comum, embora com atividades específicas, que se diferenciem das realizadas em salas de aula regular.

Desde a educação infantil, onde são desenvolvidas as bases para a construção do conhecimento e de todo seu desenvolvimento global, a inclusão deve permear as ações. Etapa em que a ludicidade, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o AEE se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (MEC, 2008).

Perpassando por todas as etapas e modalidades da educação básica, desde a educação infantil, ensino fundamental do 1º ao 9º Anos e Ensino Médio, o AEE é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Nestes mesmos moldes, na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.

Na educação indígena, do campo e quilombola, a Educação Especial deve assegurar que os recursos, serviços e AEE estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

Na educação superior, a transversalidade da Educação Especial acontece por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes em todas as atividades. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (MEC, 2008).

Ainda observa-se que o AEE tem ênfase no Ensino Fundamental, principalmente nos anos iniciais do 1º aos 5º anos, onde os estudantes recebem o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais, no contra turno da aula regular. Neste espaço recebem o apoio pedagógico com atividades específicas de acordo com sua deficiência. Em relação ao atendimento bilíngue nesses anos, pouquíssimos professores têm domínio da língua de sinais, Libras, ou quiçá, compreendem ou expressão alguns sinais que atendam às necessidades de crianças surdas. Nas séries subsequentes do 6º aos 9º anos observa-se o atendimento aos estudantes surdos, com o apoio do interprete em Libras nas salas regulares, porém os atendimentos nas salas de recursos

são fragmentados, os professores destas salas, geralmente pedagogos com especialização ou cursos específicos da área, têm dificuldade em dar suporte em matérias específicas.

Na Educação Infantil, a escola, ainda não motiva a participação dos estudantes nas salas de recursos e estes não recebem o apoio pedagógico devido. Poucas unidades da educação infantil possuem salas recursos multifuncionais para o AEE. Assim, também acontece no Ensino Médio, com grau de dificuldades cada vez maiores. Até mesmo alguns interpretes em Libras sentem dificuldade em repassar para os estudantes surdos as explicações das disciplinas. Com isso a aprendizagem dos estudantes que necessitam do apoio do AEE é prejudicada.

Fatores como esses são impactantes no processo ensino aprendizagem dos estudantes. Com esse apoio fragilizado, os professores da sala regular sentem também dificuldades quanto ao atendimento em sala de aula. Não conseguem administrar um currículo inclusivo. Resultando em avaliações discriminatórias e reincidência de reprovações e retenção dos estudantes com deficiência por vários anos na mesma série.

Diante desses aspectos, fico a refletir e tomo a teoria de Vygotsky sobre a zona de desenvolvimento proximal, para explicar que entre a teoria/legislação (ideal) e a prática (real), avançou-se muito e ainda tem muito a avançar, o processo está em construção. Tem muito que aprender com as diferenças.

Para a inclusão dos estudantes surdos, nas escolas comuns, para estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, deve ser ofertada pelo professor na sala regular, e desenvolver o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos.

Para estudantes do 6º ao 9º Ano devem ser ofertados os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais estudantes da escola. O AEE é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o estudante surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular (MEC, 2008).

Na prática mesmo para os estudantes surdos, a Língua Portuguesa continua sendo a primeira língua. O Português ainda é a língua escrita para surdos. Os municípios têm dificuldade na contratação de interpretes em Libras. Quando conseguem, muitos estudantes surdos em séries mais avançadas alegam que os intérpretes não conseguem repassar as explicações dos professores e sentem-se prejudicados. Por serem surdos e terem intérpretes nas salas regulares, poucos recebem o apoio pedagógico em salas de recursos para exporem suas dificuldades e

sanarem suas dúvidas. Bem como as escolas não se preocupam em ensinar Libras aos demais estudantes, com isso não contribuindo para a construção de um sistema educacional inclusivo.

O AEE deve ser realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva dentre outros (MEC, 2008).

Para a concretização do AEE, faz-se necessário que os sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizem as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Eis o grande desafio da educação especial na perspectiva inclusiva, atender a todas as necessidades educacionais dos estudantes com algum tipo de deficiência, nas escolas comuns.

Um dos grandes avanços obtidos nas ações implementadas para apoiar o processo ensino – aprendizagem da pessoa com deficiência foi a criação das Salas de Recursos Multifuncionais, definidas como “[...] ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2016, s/p).

Na institucionalização da Sala de Recursos Multifuncionais, compete aos sistemas de ensino prover e orientar a oferta do AEE nas escolas urbanas, do campo, indígenas, quilombolas, na modalidade presencial ou semipresencial. A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas da rede pública é efetuada sem prejuízo das parcerias da Secretaria de Educação com os demais órgãos responsáveis pelo serviço de saúde, trabalho, assistência e outros que tenham por finalidade o acesso a recursos e atendimentos clínicos e terapêuticos, as atividades ocupacionais e de recreação, a programas de geração de renda, entre outros.

Na implantação das Salas de Recursos Multifuncionais para a oferta do AEE compete a escola:

- a) Contemplar o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, a oferta do atendimento educacional especializado, com professor para o AEE, recursos e equipamentos específicos e condições de acessibilidade;

- b) Construir o PPP considerando a flexibilidade da organização do AEE, realizado individualmente ou em pequenos grupos, conforme plano do AEE de cada estudante;
- c) Matricular no AEE realizado em sala de recursos multifuncionais, os estudantes público-alvo da educação especial matriculados em classes comuns da própria escola e os estudantes de outra(s) escola(s) de ensino regular, conforme demanda da rede de ensino;
- d) Registrar no Censo Escolar MEC/INEP, a matrícula público-alvo da educação especial nas classes comuns; e as matrículas no AEE realizado na sala de recursos multifuncionais da escola;
- e) Efetivar a articulação pedagógica entre os professores que atuam na sala de recursos multifuncionais e os professores das salas de aula comuns, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos estudantes;
- f) Estabelecer redes de apoio e colaboração com as demais escolas da rede, as instituições de educação superior, os centros de AEE e outros, para promover a formação de professores, o acesso a serviços e recursos de acessibilidade, a inclusão profissional dos estudantes, a produção de materiais didáticos acessíveis e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas;
- g) Promover a participação dos estudantes nas ações intersetoriais articuladas junto aos demais serviços públicos de saúde, assistência social, trabalho, direitos humanos, entre outros (BRASIL, 2016, s/p).

As Salas de Recursos Multifuncionais configuram-se em espaços da escola onde se realiza o AEE para estudantes com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimento pelos estudantes, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (MEC/SEESP, 2006).

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica, o AEE em salas de recursos constitui serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso dos estudantes com altas habilidades/superdotação, e complementa no caso dos estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem vinculadas ou não a deficiência.

A Sala de Recursos Multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos estudantes, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular (MEC/SEESP, 2006).

A denominação Sala de Recursos Multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma

mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Por exemplo, para atender estudantes cegos, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender estudantes surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional. (MEC/SEESP, 2006).

A escola tem o papel de articular junto a gestão da sua rede de ensino, as condições necessárias para a implementação das salas de recursos multifuncionais, bem como a definição de procedimentos pedagógicos e a plena participação do pais e responsáveis (MEC/SEESP, 2006).

Ressalta-se que, além do AEE realizado em salas de recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, a exemplo dos serviços de tradutor e intérprete em Libras, imprescindível para que a comunicação alternativa aconteça com eficácia, como também devem ser disponibilizadas ajudas técnicas e TA, bem como quaisquer outros recursos necessários.

Dessa forma, o AEE não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos. (MEC/SEESP, 2006)

3.1.1 Legislação e normas que regulamentam o AEE

Com a finalidade de orientar a organização dos sistemas educacionais inclusivos, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publica a Resolução CNE/CEB, 04/2009¹², que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. O referido documento determina os sujeitos da educação especial, define o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no Projeto Político Pedagógico da escola (MEC, 2016).

De acordo com o Art. 5º fica estabelecido que,

¹² RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocument/s/rceb004_09.pdf>. Acesso em 04 mar. 2020.

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

A concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que transforme a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração e classes especiais. A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus estudantes.

Essa concepção está manifestada nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010¹³, conforme disposto no seu art. 1º:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (MEC/SEESP, 2010, s/p).

Portanto, todos os estudantes, público alvo da Educação Especial, devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As Salas de Recursos Multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudantes público alvo da Educação Especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

¹³ RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em 04 mar. 2020.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

- I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II - Matrícula no AEE de estudantes matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III - Cronograma de atendimento aos estudantes;
- IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V - Professores para o exercício do AEE;
- VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (MEC/SEESP, 2010, s/p).

Para fins de planejamento, acompanhamento e avaliação dos recursos e estratégias pedagógicas e de acessibilidade, utilizadas no processo de escolarização, a escola institui a oferta do Atendimento Educacional Especializado, contemplando na elaboração do PPP, aspectos do seu funcionamento, tais como:

- Carga horária para os estudantes do AEE, individual ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades educacionais específicas;
- Espaço físico com condições de acessibilidade e materiais pedagógicos para as atividades do AEE;
- Professores com formação para atuação nas salas de recursos multifuncionais;
- Profissionais de apoio às atividades da vida diária e para a acessibilidade nas comunicações e informações, quando necessário;
- Articulação entre os professores da educação especial e do ensino regular e a formação continuada de toda a equipe escolar;
- Participação das famílias e interface com os demais serviços públicos de saúde, assistência, entre outros necessários;
- Oferta de vagas no AEE para estudantes matriculados no ensino regular da própria escola e de outras escolas da rede pública, conforme demanda;
- Registro anual no Censo Escolar MEC/INEP das matrículas no AEE (MEC/SEESP, 2010).

Esses aspectos devem ser seguidos para a efetivação da institucionalização do AEE nas unidades escolas, integrando o Projeto Político Pedagógico (PPP) das mesmas.

Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na Educação Especial.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), destinando apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Programa tem como objetivos:

- Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Assegurar o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes;
- Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
- Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (MEC/SEESP, 2010, s/p).

De acordo com esses objetivos para que ocorra o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, o MEC/SEESP realiza as seguintes ações:

- Aquisição dos recursos que compõem as salas;
- Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados;
- Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas;
- Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE;
- Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas;
- Promoção da formação continuada de professores para o AEE;
- Encaminhamento, assinatura e publicação dos Contratos de Doação;
- Atualização dos recursos das salas implantadas pelo Programa;
- Apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas (MEC/SEESP/2010, 2010, s/p).

Quanto aos critérios para a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, cabe aos gestores dos sistemas de ensino definir quanto à implantação dessas Salas, realizar o planejamento da oferta do AEE e a indicação das escolas a serem contempladas, conforme as demandas da rede, atendendo os seguintes critérios do Programa:

- A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR, registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional;

- A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum);
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de estudante(s) público alvo da educação especial em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala Tipo I;
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de estudante(s) cego(s) em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala de Tipo II;
- A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE (MEC/SEESP/2010, s/p).

A Secretaria de Educação efetua a adesão, o cadastro e a indicação das escolas contempladas por meio do Programa no Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação (SIGETEC). No ato de solicitação das salas, as Secretarias de Educação assumem o compromisso com os objetivos do Programa e realizam no SIGETEC os seguintes passos:

- Adesão e cadastro do gestor do Município (Prefeito), Estado ou Distrito Federal (Secretário de Educação);
- Indicação das escolas conforme os critérios do Programa;
- Confirmação de espaço físico para a sala;
- Confirmação de professor para atuar no AEE (MEC/SEESP, 2010, s/p) .

Após a confirmação da indicação da escola e da disponibilização das salas pelo Programa, as Secretarias de Educação devem:

- Informar às escolas sobre sua indicação;
- Monitorar a entrega e instalação dos recursos nas escolas;
- Orientar quanto à institucionalização da oferta do AEE no PPP;
- Acompanhar o funcionamento da sala conforme os objetivos;
- Validar as informações de matrícula no Censo Escolar INEP/MEC;
- Promover a assistência técnica, a manutenção e a segurança dos recursos;
- Apoiar a participação dos professores nos cursos de formação para o AEE;
- Assinar e retornar ao MEC/SEESP o Contrato de Doação dos recursos (MEC/SEESP, 2010, s/p).

Durante o período de 2005 a 2006 foram disponibilizados recursos para implantação de 626 Salas de Recursos Multifuncionais em todo Brasil.

Em 2007 foram disponibilizados recursos para implantação de 625 salas e em 2008 foram disponibilizados recursos para a implantação de 4.300 salas de recursos distribuídas em todo território nacional.

As Salas de Recursos Multifuncionais são o melhor exemplo de uso das TA no âmbito educacional brasileiro. Com a educação inclusiva assegurada pela Constituição Federal e estudantes com deficiência sendo matriculados em escolas de ensino regular, novos serviços e

recursos tiveram que ser implementados para atender as especificidades de cada estudante com deficiência.

Reafirmando que na perspectiva da Educação Inclusiva, a escola regular deve promover o AEE. De acordo com o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CBE nº 4/2009, “[...] o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, Art. 2º, p. 1).

Ressaltando que esse atendimento deve ser realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais, o que destaca a importância desse ambiente para as escolas.

[...] As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudantes público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (BRASIL, 2015, p. 6).

Para a composição das Salas de Recursos Multifuncionais, o Governo Federal, através do MEC, enviou para as escolas contempladas os seguintes equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos:

a) Especificação dos itens da Sala Tipo I:

Equipamentos	Mobiliários	Materiais Didáticos Pedagógicos
02 Microcomputadores	01 Mesa redonda	01 Software para comunicação aumentativa e alternativa
01 Laptop		
01 Estabilizador	04 Cadeiras para mesa redonda	01 Esquema corporal
01 Scanner		01 Dominó de Frutas em Libras
01 Impressora laser	02 Mesas para computador	01 Sacolão criativo
01 Lupa eletrônica	02 Cadeiras giratórias	01 Quebra cabeças superpostos - sequência lógica
01 Mouse com entrada para acionador	01 Mesa para impressora	01 Bandinha rítmica
01 Acionador de pressão	01 Armário	01 Material dourado
01 Teclado colmeia	01 Quadro branco	01 Tapete alfabético encaixado
		01 Dominó de associação de ideias

		01 Memória de numerais
		01 Alfabeto móvel e sílabas
		1 Caixa tátil
		1 Kit de lupas manuais
		1 Alfabeto Braille
		1 Dominó Tátil
		1 Memória tátil
		1 Plano inclinado - Suporte para livro

Fonte: BRASIL, 2015

b) Especificação dos itens da Sala Tipo II:

A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para estudantes com deficiência visual, conforme discriminado abaixo:

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: BRASIL, 2015

Com o apoio do Governo Federal muitos municípios aderiram ao programa e foram contemplados com equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, com vistas a apoiar a ampliação da oferta do AEE, e para a implantação das salas de recursos nas escolas da rede, todavia, algumas dessas salas nunca foram montadas. Em algumas escolas ainda existem os imobiliários espalhados em outros ambientes da escola, como sala de aula regular, sala de leitura, e muitos materiais pedagógicos encontram-se guardados, nas secretarias das escolas. Em outras unidades não foram mais localizados.

Ainda em algumas unidades o material está lá, aguardando a montagem da sala, por falta de espaço físico, sendo que um dos critérios era a escola disponibilizar o espaço, porém, na realidade eles não existiam. Inviabilizando a instalação dos equipamentos e montagem das salas de recursos multifuncionais. Como não houve uma fiscalização eficaz por parte dos órgãos de controle do MEC, nada foi feito até momento sobre esses recursos destinados a implantação das salas de recursos que não foram montadas.

Outras unidades tiveram suas salas de recursos montadas, porém algum tempo depois foram desativadas, a exemplo da Escola M. Prof. Dorijan dos Santos, da Escola M. Prof. Azarias Santos, Escola M. Manoel Ferreira e Rio Fundo III em Estância. Em outras as salas permanecem ativas e atendendo os estudantes público alvo do AEE (BRASIL, 2015).

No município de Estância, através do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, a rede pública municipal de ensino foi contemplada com 22 (vinte e duas) unidades, todavia muitas nunca funcionaram. Em 2017 apenas 05 (cinco) estavam em funcionamento. Até o ano de 2019 conseguiram reativar mais 10 (dez) salas, perfazendo um total de 15 (quinze) em funcionamento para a realização do AEE.

FIGURA 1 – SRM da E. João Nascimento (1) & SRM da E. Nilson Barreto (2)



Fonte: Registros da autora em 2019.

As unidades receberam salas de recursos funcionais do Tipo I e II, de acordo com as matrículas dos estudantes com deficiência da sua unidade (Fig. 1). As do Tipo II para unidades com estudantes com deficiência visual e equipadas com maquinas e impressoras braille.

Todas as salas de recursos receberam cadeira de rodas para facilitar o acesso dos estudantes com deficiência física (cadeirante).

FIGURA 2 – SRM da E. Júlio Leite (1) & SRM da E. Ana Lima (2)



Fonte: Registros da autora em 2019.

As Salas de Recursos Multifuncionais (Fig. 2) receberam material didático pedagógico para ser trabalhado com estudantes com todo tipo de deficiência. Material em braille e em libras também.

FIGURA 3 – SRM da E. M^a Izabel (1) & SRM da E. Júlio Leite (2)



Fonte: Registros da autora em 2019.

Além da grande diversidade de materiais enviados pelo MEC, as professoras do AEE constroem muitos outros materiais utilizando material de papelaria e sucata para adaptar a necessidade de cada estudante com deficiência (Fig 3). Todos esses materiais associados as TA, dão condições de aprendizagem ao estudante com deficiência, bem como auxiliam os professores da sala do AEE e da sala regular nas estratégias mais eficazes para o ensino.

O pré-requisito para ser implantada a Sala de Recursos é ter na unidade escolar, estudantes com deficiência regularmente matriculados, informados no Censo Escolar, disponibilidade do espaço físico, ou seja, uma sala e professor qualificado para realização do atendimento, conforme prescrito no convênio e orientações do Programa.

3.1.2 Tecnologias Assistivas para o AEE

O tema da tecnologia assistiva nasceu associado à ideia de reabilitação e era inicialmente vinculado à prática de profissionais da saúde. A mudança de entendimento sobre o que é a deficiência e especialmente o novo modelo biopsicossocial e ecológico de compreendê-la mostra que a mesma é resultado da interação do indivíduo, que possui uma alteração de estrutura e funcionamento do corpo, com as barreiras que estão impostas no meio em que vive. Esta percepção mostra que os impedimentos de participação em atividades e a exclusão das

peessoas com deficiência são hoje um problema de ordem social e tecnológica e não somente um problema de saúde.

A maioria das barreiras está na falta de conhecimentos, de recursos tecnológicos, a não aplicação da legislação vigente, na forma como a sociedade ignora, ainda hoje, as diferentes demandas da população. Nesse sentido, o conceito e a prática da tecnologia assistiva também evoluiu saindo da concepção de recursos médicos ou clínicos para um bem de um indivíduo que busca um apoio tecnológico para resolução de um problema de ordem pessoal e funcional. E envolve hoje várias áreas do conhecimento tais como a saúde, a reabilitação, a educação, o design, a arquitetura, a engenharia, a informática, entre outras. É, acima de tudo, um recurso utilizado para acessibilidade do indivíduo e a equipe que a desenvolve, coloca seu conhecimento à disposição para que esse recurso ou a estratégia que atenda a sua demanda de atuar e participar de tarefas e atividades de seu interesse, seja satisfatória e atenda suas necessidades (SARTORETTO, 2018).

Na prática, em se tratando de estudante com deficiência, o lugar por excelência da atuação da TA é a Sala de Recursos Multifuncional, onde se oferece um conjunto de serviços que identifica, elabora e disponibiliza recursos que ampliam a participação do estudante nos desafios educacionais propostos pela escola comum.

No Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído em 2006 propõe o seguinte conceito para a TA:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (ATA VII - Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) - Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Presidência da República, 2006).

O termo *Assistive Technology*, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva (TA), foi criado em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana conhecida como *Public Law 100-407* e foi renovado em 1998 como *Assistive Technology Act* de 1998 (P.L. 105-394, S.2432). Compõe, com outras leis, o *American with Disabilities Act* (ADA), que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam.

Para Sartoretto (2018), as TA são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou

melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência. Os Serviços, são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos. O mesmo autor observa que há também terminologias diferentes que aparecem como sinônimos da Tecnologia Assistiva, tais como “Ajudas Técnicas”, “Tecnologia de Apoio”, “Tecnologia Adaptativa” e “Adaptações” (SARTORETTO, 2018).

Os Recursos podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

Os Serviços são aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de TA. Como exemplo tem as avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos. São normalmente transdisciplinares envolvendo profissionais de diversas áreas, tais como: fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, educação, psicologia, enfermagem, medicina, engenharia, arquitetura, design, técnicos de muitas outras especialidades. A TA é um recurso ou uma estratégia utilizada para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida por uma pessoa com deficiência.

Ampliando essa orientação, a Lei nº 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dispôs que o poder público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. Na regulamentação da Lei, o art. 60 do Decreto nº 5.296/04¹⁴ definiu: “[...] consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida” (BRASIL, 2006, s/p).

Na cultura educacional brasileira, a terminologia Tecnologias Assistivas (TA) foi inserida, apresentando-se paralelamente à expressão ajudas técnicas, relacionada aos recursos que favorecem a funcionalidade e aos serviços que têm por objetivo promover a avaliação,

¹⁴ DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 04 de mar. 2020.

indicação, confecção e orientação para o desenvolvimento de autonomia funcional do usuário da TA.

De acordo com Dias de Sá (2003), a TA deve ser compreendida como resolução de problema funcional, em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas e da qualidade de vida, as quais incluem recursos de comunicação alternativa, de acessibilidade ao computador, de atividades de vida diária, de orientação e mobilidade, de adequação postural, de adaptação de veículos, órteses e próteses, entre outros (SARTORETTO, 2018).

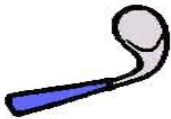
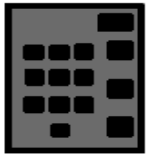
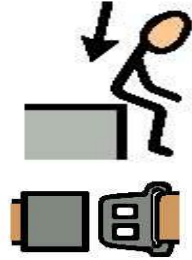
O Ministério da Ciência e Tecnologia (2005) definiu este tipo de tecnologia como sendo aquelas que reduzem ou eliminam as limitações decorrentes das deficiências física, mental, visual, auditiva, a fim de colaborar para a inclusão social das pessoas com deficiência e dos idosos. Essa concepção efetiva o disposto na Constituição Federal de 1988, que garante as pessoas com deficiência, o direito ao atendimento educacional especializado, o qual deve contemplar as ajudas técnicas e as TA (BRASIL, 2006).

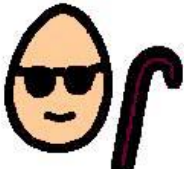
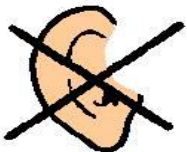
O objetivo da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

No que se refere as categorias de TA, a classificação que segue foi escrita originalmente em 1998 por José Tonolli e Rita Bersch e sua última atualização é de 2017. Ela tem uma finalidade didática e em cada tópico considera a existência de recursos e serviços. Esta proposta de classificação foi desenhada com base nas diretrizes gerais da ADA, em outras classificações utilizadas em bancos de dados de TA e especialmente a partir da formação dos autores no Programa de Certificação em Aplicações da Tecnologia Assistiva (ATACP) da *California State University Northridge, College of Extended Learning and Center on Disabilities* (SARTORETTO, 2018).

A importância das classificações no âmbito da TA se dá pela promoção da organização desta área de conhecimento e servirá ao estudo, pesquisa, desenvolvimento, promoção de políticas públicas, organização de serviços, catalogação e formação de banco de dados para identificação dos recursos mais apropriados ao atendimento de uma necessidade funcional do usuário final.

QUADRO 3 - Categorias de Tecnologias Assistivas (TA)

1 Auxílios para a vida diária		Materiais e produtos para auxílio em tarefas rotineiras tais como comer, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais, manutenção da casa etc.
2 CAA (CSA) Comunicação aumentativa (suplementar) e alternativa		Recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações da mesma. São muito utilizadas as pranchas de comunicação com os símbolos PCS ou Bliss além de vocalizadores e softwares dedicados para este fim.
3 Recursos de acessibilidade ao computador		Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, softwares especiais (de reconhecimento de voz, etc.), que permitem as pessoas com deficiência a usarem o computador.
4 Sistemas de controle de ambiente		Sistemas eletrônicos que permitem as pessoas com limitações moto-locomotoras, controlar remotamente aparelhos eletroeletrônicos, sistemas de segurança, entre outros, localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores.
5 Projetos arquitetônicos para acessibilidade		Adaptações estruturais e reformas na casa e/ou ambiente de trabalho, através de rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção da pessoa com deficiência.
6 Órteses e próteses		Troca ou ajuste de partes do corpo, faltantes ou de funcionamento comprometido, por membros artificiais ou outros recursos ortopédicos (talas, apoios etc.). Inclui-se os protéticos para auxiliar nos déficits ou limitações cognitivas, como os gravadores de fita magnética ou digital que funcionam como lembretes instantâneos.
7 Adequação Postural		Adaptações para cadeira de rodas ou outro sistema de sentar visando o conforto e distribuição adequada da pressão na superfície da pele (almofadas especiais, assentos e encostos anatômicos), bem como posicionadores e contentores que propiciam maior estabilidade e postura adequada do corpo através do suporte e posicionamento de tronco/cabeça/membros.

8 Auxílios de mobilidade		Cadeiras de rodas manuais e motorizadas, bases móveis, andadores, scooters de 3 rodas e qualquer outro veículo utilizado na melhoria da mobilidade pessoal.
9 Auxílios para cegos ou com visão subnormal		Auxílios para grupos específicos que inclui lupas e lentes, Braille para equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura de documentos, publicações etc.
10 Auxílios para surdos ou com déficit auditivo		Auxílios que inclui vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, entre outros.
11 Adaptações em veículos		Acessórios e adaptações que possibilitam a condução do veículo, elevadores para cadeiras de rodas, camionetas modificadas e outros veículos automotores usados no transporte pessoal.

Fonte: Símbolos de Comunicação Pictórica • Picture Communication Symbols (PCS) © 1981-2018 Mayer-Johnson Tobii-Dynavox. Todos os direitos reservados.

A atuação desta tecnologia visa melhorar a funcionalidade de pessoas com deficiência. O termo funcionalidade deve ser entendido num sentido maior do que habilidade em realizar tarefa de interesse. Segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), o modelo de intervenção para a funcionalidade deve ser biopsicossocial e diz respeito à avaliação e intervenção em: “Funções e estruturas do corpo – Deficiência. Atividades e participação - Limitações de atividades e de participação. Fatores Contextuais - Ambientais e pessoais” (SARTORETTO, 2018, s/p).

Na perspectiva da educação inclusiva, a TA é voltada a favorecer a participação do estudante com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais comuns. São exemplos de TA na escola os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros.

No desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, as ajudas técnicas e as TA estão inseridas no contexto da educação brasileira, dirigidas a promoção da inclusão de todos os estudantes nas escolas. Devendo o espaço escolar ser estruturado como aquele que oferece

também as ajudas técnicas e os serviços de TA. Trata-se de ajudas técnicas, quando no espaço escolar a atividade desenvolvida pelo estudante com deficiência necessitar acompanhamento de um profissional especializado para ajudá-lo, até mesmo a utilizar os serviços de TA.

As ajudas técnicas e TA constituem campo de atuação da Educação Especial tendo por finalidade atender as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, buscando recursos e estratégias necessárias e que favoreçam seu processo de aprendizagem, habilitando-os funcionalmente nas atividades escolares.

No processo educacional, as TA, poderão ser utilizadas nas Salas de Recursos Multifuncionais, tanto a tecnologia avançada, quanto os computadores e softwares específicos, como também os recursos de baixa tecnologia, que podem ser obtidos ou confeccionados artesanalmente pelo professor da sala de recursos, a partir de materiais que fazem parte do cotidiano escolar (BRASIL, 2006). O material existente e os que são produzidos pelos profissionais que buscam a cada dia proporcionar acessibilidade arquitetônica e educacional possuem grande variedade.

Nas salas de recursos multifuncionais pode-se destacar os seguintes materiais:

- Jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do estudante. São muito úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, imãs, etc.
- Jogos pedagógicos adaptados para atender as necessidades educacionais especiais dos estudantes, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividades proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para a escrita, cálculo, ciências, geografia, história e outros;
- Livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingue: Libras/Português/Inglês e outros;
- Recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores de lápis e pinceis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades de vida diária, e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional;
- Mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle do tronco e cabeça do estudante, apoio de pés, regulação da inclinação do assento com rodas,

quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras (BRASIL, 2006, s/p).

Para a eficácia do AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais devem ser utilizados todo potencial de materiais, recursos pedagógicos e TA que favoreçam a aprendizagem e inclusão do estudante. Assim, existe uma variedade de TA específicas para o atendimento de cada tipo de deficiência. No atendimento educacional especializado, o professor fará, junto com o estudante, a identificação das barreiras que ele enfrenta no contexto educacional comum e que o impedem ou o limitam de participar dos desafios de aprendizagem na escola. Identificando esses "problemas" e também identificando as "habilidades do estudante". Este mesmo professor deve pesquisar e implementar recursos ou estratégias que o auxiliarão, promovendo ou ampliando suas possibilidades de participação e atuação nas atividades, nas relações, na comunicação e nos espaços da escola.

A Sala de Recursos Multifuncional é o local apropriado para o estudante aprender a utilização das ferramentas de TA, tendo em vista o desenvolvimento da autonomia. Porém, se pode manter o recurso de TA exclusivamente na sala multifuncional para que somente ali o estudante possa utilizá-lo.

De acordo com Sartoretto (2018, s/p):

A tecnologia assistiva encontra sentido quando segue com o estudante, no contexto escolar comum, apoiando a sua escolarização. Portanto, o trabalho na sala se destina a avaliar a melhor alternativa de tecnologia assistiva, produzir material para o estudante e encaminhar estes recursos e materiais produzidos, para que eles sirvam ao estudante na escola comum, junto com a família e nos demais espaços que frequenta.

As tecnologias utilizadas nas Salas de Recursos Multifuncionais devem seguir para os espaços que se fizerem necessários, levando-se em consideração a aprendizagem do estudante, e a eliminação das barreiras que o impedem de aprender.

São fatores importantes do trabalho de TA na perspectiva da educação inclusiva:

- a tecnologia assistiva numa proposição de educação para autonomia,
- a tecnologia assistiva como conhecimento aplicado para resolução de problemas funcionais enfrentados pelos estudantes, e
- a tecnologia assistiva promovendo a ruptura de barreiras que impedem ou limitam a participação destes estudantes nos desafios educacionais (SARTORETTO, 2018, s/p).

É de suma importância a utilização das TA no processo de inclusão educacional dos estudantes com deficiência. É a superação das barreiras da acessibilidade e do conhecimento. Dando condições para que estes estudantes adquiram autonomia e tenham garantidos seus direitos de ir e vir e estar participando da vida social e educacional com equidade.

As TA ligadas aos dispositivos computacionais e da informática estão ocupando espaço de destaque na área educacional, tendo possibilitado grandes avanços no processo da comunicação e de ensino-aprendizagem. Pode-se destacar os seguintes recursos (SARTORETTO, 2018):

a) Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)

Considerada como uma área que se propõe a compensar temporária ou permanentemente a dificuldade do indivíduo em se comunicar. A CAA é destinada a atender pessoas impossibilitadas de fornecer às suas próprias necessidades diárias de comunicação através de meios naturais como a fala, o gesto ou a escrita.

Algumas pessoas possuem dificuldade para utilizar a fala e até a escrita como forma de comunicação. Para estes casos, a comunicação através de gestos manuais, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos, fotografias, gravuras, desenhos, linguagem alfabética e ainda objetos reais, miniaturas, voz digitalizada, dentre outros é uma alternativa adequada para se utilizar como meio de efetuar a comunicação face a face de indivíduos incapazes de usar a linguagem oral. Há softwares especiais que conseguem fazer a conversão de texto em símbolos e em voz ou realizar o contrário, converter símbolos em texto e em voz.

São recursos da CAA que envolvem alta tecnologia:

- Vocalizadores

Os vocalizadores são recursos eletrônicos de gravação/reprodução que ajudam a comunicação das pessoas em seu dia-a-dia. Esses equipamentos são compostos por sistemas de comunicação sofisticados que utilizam como base vozes gravadas ou sintetizadas. A maioria dos vocalizadores grava as mensagens digitalmente e essas mensagens são acessadas por teclas sobre as quais são colocadas imagens ou palavras, que correspondem ao conteúdo sonoro gravado. Quando a tecla de cada figura ou texto é pressionada (ver Fig. 4), sua mensagem pré-gravada é imediatamente reproduzida e com volume ajustável.

FIGURA 4 – Exemplo de Vocalizador



Disponível em: < encurtador.com.br/gnG14 >. Acesso em 05 mar. 2020.

- Computador com softwares específicos

Esses computadores garantem grande eficiência à função comunicativa. Temos alguns exemplos de softwares específicos que auxiliam a comunicação das pessoas com deficiência: InterComm: programa de correio eletrônico indicado para pessoas com dificuldades de acessibilidade, dificuldades motoras ou na utilização da escrita.

- Escrita com Símbolos: é um software que incorpora diversas ferramentas que têm como finalidade facilitar a aprendizagem de pessoas com dificuldades de comunicação e o trabalho do educador na organização das atividades. O software associa uma imagem ou símbolo a palavras que sejam escritas pelo usuário. Também é fornecida a funcionalidade do usuário ouvir tudo o que escreveu.

- Recursos de acessibilidade ao computador: É o conjunto de hardware e software desenvolvidos para fazer com que o computador fique mais acessível, podendo ser utilizado por pessoas com privações sensoriais e motoras. São exemplos desses equipamentos:

- Teclados modificados, Teclado de Conceitos ou IntelliKeys: constituem uma alternativa à forma convencional de inserir informação no computador, substituindo o teclado e/ou o mouse. Esse tipo de teclado permite o acesso de qualquer pessoa com deficiência física, visual ou cognitiva que tem dificuldade em usar um teclado padrão. O teclado possui lâminas (ver Fig. 5), que podem ser trocadas podendo se adaptar à deficiência da pessoa, possuindo uma superfície sensível ao toque. Sua versatilidade na troca das lâminas, simulando os vários tipos de teclados, desde os mais comuns até teclados que substituem um mouse chega até a facilitar o acesso à internet.

FIGURA 5 – Exemplo de Teclado IntelliKeys



Disponível em: < encurtador.com.br/yDFI9>. Acesso em 05 mar. 2020.

- **Acionadores: comutadores ou switches:** São acionadores especiais. Os comutadores ou switches são uma alternativa para as pessoas com dificuldades motoras acessarem o mouse e o teclado. Através do uso de switches ou comutadores, a pessoa pode escolher as opções desejadas ou habilitar o programa desejado. Quando esses acionadores são usados, um quadro é apresentado para o usuário e este é varrido de forma sequencial por um cursor acompanhado de luz e/ou som, que percorre todas as opções existentes até chegar à opção que o usuário deseja.

De acordo com Cook e Hussey (1995), os switches ou comutadores podem ser de diferentes tipos, embora os mais usados sejam os de pressão. Qualquer um destes switches pode dar acesso a programas de computador ou a emuladores de teclado (ver Fig. 6)

FIGURA 6 – Exemplo de acionadores



Disponível em: < encurtador.com.br/vCLPX>. Acesso em 05 mar. 2020.

- **Softwares de reconhecimento de voz:** Esse software é designado para as pessoas que possuem dificuldade para usar um mouse ou teclado. O software de reconhecimento de voz possui a capacidade de identificar a pessoa falando. Este tipo de software aceita comandos de voz no computador ou ditados na forma gramatical de texto.

O primeiro passo no reconhecimento da voz é capturar a fala. Uma pessoa fala uma palavra ou frase que é capturada por um microfone. As ondas de som contínuas são

transformadas em sinais elétricos (transdução analógica), os quais devem então serem processados digitalmente através de uma placa de reconhecimento de voz, que converte as ondas elétricas analógicas em códigos binários digitais. Em seguida, após várias transformações e extrações de características do sinal, a representação digital dos segmentos da fala (fonemas), são comparados com um vocabulário armazenado no programa (ver Fig. 7). O texto correspondente à palavra é então enviado para o software de exibição.

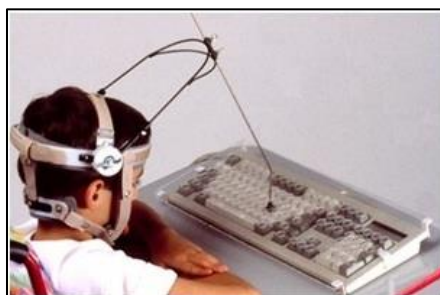
FIGURA 7 – Exemplo de Softwares de reconhecimento de voz



Disponível em: < encurtador.com.br/bwzI3>. Acesso em 05 mar. 2020.

- **Ponteiras de cabeça:** O apontador de cabeça é um aparelho que torna possível o acesso ao computador por meio de um pequeno transmissor que se coloca na cabeça. Essa ponteira (ver Fig. 8) faz com que simples movimentos de cabeça simulem movimentos que seriam realizados no computador.

FIGURA 8 – Exemplo de ponteira de cabeça



Disponível em: < encurtador.com.br/ctBE8>. Acesso em 05 mar. 2020.

- **Síntese de voz:** O processo de síntese de voz (processo de produção artificial de voz humana) auxilia na acessibilidade das pessoas deficientes visuais. Há o sistema texto-voz que faz a conversão do texto em linguagem normal para voz e outros sistemas que fazem a interpretação de representações linguísticas e símbolos em voz.

- **Monitores especiais:** com tela de toque

São monitores que permitem a interação direta através de toque na tela permitindo que a pessoa com necessidades especiais possa ter uma interação natural podem realizar atividades como mover objetos, abrir menus e desenhar ou pintar diretamente com o dedo ou ponteira emborrachada.

FIGURA 9 – Exemplo de Monitor sensível ao toque.



Disponível em: < encurtador.com.br/lstEX>. Acesso em 05 mar. 2020.

- Sistemas de controle de ambiente

O sistema de controle de ambiente utiliza um controle remoto para a pessoa com limitações motoras poder executar diversas atividades na residência. São atividades comuns como o ligar, desligar e ajustar aparelhos eletroeletrônicos, abrir e fechar portas e janelas, receber e fazer chamadas telefônicas e até acionar sistemas de segurança. Esse controle remoto pode ser acionado de forma direta ou indireta.

FIGURA 10 – Exemplo de sistema de controle de ambientes



Disponível em: < encurtador.com.br/rGY03>. Acesso em 05 mar. 2020.

- Auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal

São aqueles equipamentos que permitem a independência das pessoas com deficiência visual na realização de tarefas cotidianas e simples (cozinhar, uso de calculadora, consulta ao relógio, uso de termômetro e aferição de pressão arterial, identificação do estado das luzes - acesas ou apagadas, identificação de cores e peças do vestuário, identificação de chamadas

telefônicas, escrever etc.) e que para elas apresentam empecilhos devido a sua deficiência. São exemplos de equipamentos:

- Impressoras Braille: O Braille é um formato de escrita e leitura tátil utilizado por cegos e surdocegos. A impressora Braille faz a conversão de texto eletrônico para o Braille (ver Fig. 11).

FIGURA 11 – Exemplo de impressora Braille



Disponível em: < encurtador.com.br/xEY17>. Acesso em 05 mar. 2020.

- Linha Braille ou Display Braille

Assim como a impressora Braille, a linha Braille (ver Fig. 12) é destinada para pessoas por cegas e para surdo-cegos. Consiste num hardware que exibe de modo dinâmico em Braille a informação da tela que está ligada a uma porta de saída do computador. É um dispositivo de saída tátil para visualização das letras no sistema Braille. É por intermédio de um sistema eletromecânico que conjuntos de pontos são levantados e abaixados conseguindo uma linha de texto em Braille.

FIGURA 12 – Exemplo de Linha Braille



Disponível em: < encurtador.com.br/kvzEH>. Acesso em 05 mar. 2020.

- Agendas eletrônicas: Agenda em formato eletrônico desenvolvida de forma especial com o layout para ter o uso facilitado por pessoas deficientes visuais.
- a) Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo: Equipamentos que auxiliam as pessoas com deficiência auditiva. A exemplo de: Equipamentos infravermelhos;

Aparelhos para surdez; Telefones com teclado-teletipo (TTY); Sistemas com alerta tátil-visual.

Observa-se, a partir da crescente produção, que os pesquisadores têm buscado avançar cada vez mais para desenvolverem TA que beneficiem e tornem a vida das pessoas com deficiência mais acessível ao mundo da informação e comunicação.

O Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (Secis), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), realizaram uma Pesquisa Nacional sobre Tecnologia Assistiva, e neste estudo foram identificadas as instituições brasileiras que se dedicam à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico no campo da acessibilidade e autonomia das pessoas com deficiência. Também foi a partir desta pesquisa que o Portal Nacional de Tecnologia Assistiva foi criado. Esse portal abriu uma nova etapa de pesquisas com o objetivo de construir um catálogo on-line de ajudas técnicas e criar um centro tecnológico na área da TA.

Para a construção do Catálogo, foram realizados diversos estudos em parceria com o ITS Brasil. Uma colaboração especial com o Centro de Referência Estatal de Autonomia Pessoal e Ajudas Técnicas (CEAPAT), da Espanha, por meio de cooperação estabelecida entre o MCT e o Ministério de Saúde, Política Social e Igualdade da Espanha, possibilitou a metodologia de desenvolvimento do Catálogo.

A equipe que desenvolveu o Catálogo participou também de diversos eventos e feiras, com o objetivo de conhecer o amplo mercado de produtos de TA, conhecer pesquisadores e empresas da área. A partir dessas ações foi possível desenvolver o Catálogo brasileiro.

Desde outubro de 2008, o “**Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva**” passou a integrar a Aliança Internacional de Provedores de Informação em Tecnologia Assistiva, que atualmente conta com a participação de onze países: Estados Unidos, Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Irlanda, Brasil, Espanha e França.

O Portal tem o objetivo de qualificar as informações com o intuito de subsidiar políticas públicas na área da ciência, tecnologia e inovação. Sendo uma ferramenta capaz de estimular a interação entre usuários de TA, profissionais e gestores públicos de diversas áreas (Ciência e Tecnologia, Saúde, Educação etc.), empresas, centros de pesquisa e instituições que atuam para promover a melhoria de vida e inclusão social das pessoas.

Nas investigações acerca de mais informações sobre as TA, observa-se que ainda existem poucas pesquisas sobre essa área do conhecimento, bem como as informações contidas no Portal, estão em processo de atualização de dados.

É importante ratificar que as TA e as TDIC possibilitam as pessoas com deficiência, realizarem atividades e/ou tarefas que, até algum tempo atrás, eram vistas como impossíveis de serem praticadas, e que as pesquisas na área trazem mais esperanças de serem desenvolvidos mecanismos tecnológicos mais avançados que proporcionem mais equidade na vida das pessoas com deficiência.

3.1.3 O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC na Educação Especial

O processo educacional dos estudantes com deficiência é envolvido por tecnologias que contribuem para sua aprendizagem. Vários dispositivos tecnológicos foram desenvolvidos e outros adaptados para dar condições de aprendizagem às crianças com qualquer tipo de deficiência, como também para auxiliar os professores em suas metodologias de ensinar.

Essas tecnologias deram condições de mobilidade e comunicação para inúmeras pessoas com deficiência na sociedade e especialmente nas escolas, possibilitando seu processo de inclusão social e proporcionando sua participação nas atividades escolares com grandes avanços na aquisição da aprendizagem.

Assim, as TDIC têm contribuído no processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência, favorecendo sua socialização, comunicação e desempenho ocupacional. Deve-se entender que o centro desse processo é o estudante, de forma que a tecnologia deve se adaptar à necessidade de cada um, levando em consideração suas peculiaridades, habilidades e principalmente suas necessidades.

É importante ressaltar que vem ocorrendo o uso cada vez mais frequente das tecnologias digitais nas escolas, sendo utilizadas pelos docentes em suas metodologias de ensino. De acordo com D'Ambrosio (2003, s/p), “[...] a tecnologia por si só não implica numa boa educação. Mas, sem dúvida, é quase impossível conseguir uma boa educação sem tecnologia”.

Todo tipo de aparato tecnológico tem sua importância e adequação para proporcionar acessibilidade e aprendizagem dos estudantes com deficiência. As tecnologias digitais da informação e comunicação que permitem ao estudante deficiente se comunicar, realizar atividades e ser inserido no contexto educacional e social.

Assim, as TA juntamente com as tecnologias digitais da informação e comunicação proporcionam as pessoas com deficiência realizarem atividades educacionais e do seu cotidiano, antes vistas como impossíveis de serem praticadas por pessoas com deficiência, por necessitarem de adaptações que lhes deem as mesmas condições de serem realizadas.

As TDIC trouxeram mudanças socioculturais, tanto nos processos de comunicação em geral como nos processos de produção, organização do trabalho e na formação das pessoas. Mas, especificamente na educação, observam-se avanços educacionais, como também um impacto cultural forte nos profissionais da educação, especialmente nos professores. Grande parte destes ainda apresenta muita resistência em introduzir as TDIC em sua metodologia de trabalho as TDIC. Essa resistência é em parte pelas dificuldades em não saberem utilizá-las.

Muitos professores ainda sentem dificuldade para usar os recursos áudio visuais e interativos em suas aulas, associando aos objetivos pedagógicos estabelecidos em seus planejamentos. Não se sabe até quando poderão resistir, visto que fora da sala de aula, ou até mesmo dentro dela os estudantes estão envolvidos pelas tecnologias digitais, através de seus dispositivos, principalmente os celulares.

É lamentável perceber a existência dessa resistência por parte do professor, pois assim os estudantes do contato midiático na escola, quando existem possibilidades de inserirem recursos que possibilitem aulas mais dinâmicas. Encontram-se muitos professores que atuam em unidades educacionais que dispõem de laboratórios de informática e mesmo assim não utilizam esse espaço com seus estudantes.

É notório que as tecnologias computacionais exercem papel de destaque na educação. Tajra (2008) apresenta pontos que justificam a importância da atuação da informática na educação, a exemplo dos programadores de soluções que levam ao estudante à atividade lógica e matemática, os editores de textos que podem ser utilizados como caminho para abordagem das habilidades linguísticas, os softwares para a criação de gráficos e imagens implicando nas habilidades criativas e a utilização da internet como meio de pesquisa e comunicação fomentando o exercício do conhecimento. Nesse sentido, há um campo vasto de possibilidades de aprendizagens significativas e prazerosas com o uso das tecnologias.

Para os estudantes com deficiência as tecnologias são recursos que possibilitam a aprendizagem, a comunicação, a socialização e integração. As TDIC disponibilizam recursos diversos como:

a) Simuladores: os simuladores, possuem opções de comando e movimento do teclado e do mouse que podem ser exibidas na tela e selecionadas, de forma direta ou por varredura. Esses simuladores também podem ser acionados por pequenos ruídos ou movimentos voluntários feitos por diversas partes do corpo ou com o uso de outros acionadores.

b) Simuladores de teclados: estes foram criados para as pessoas que possuem comprometimento motor de nível moderado a severo. Esses simuladores quando executados consistem em exibir na tela do computador, a imagem de um teclado fazendo com que este

assuma o papel do teclado físico. Esse teclado virtual pode ser utilizado de duas maneiras: por acionamento direto (com cliques do mouse sobre suas teclas) ou por mecanismos automáticos de varredura (controlada por diferentes acionadores).

Pode-se encontrar alguns exemplos de teclados virtuais como: teclado virtual do sistema operacional Windows, o software (ver Fig 13):

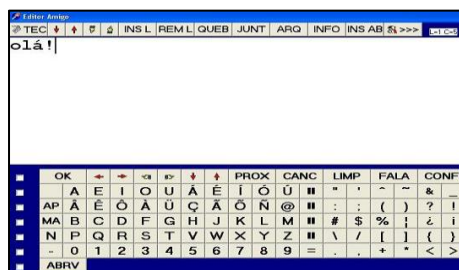
FIGURA 13 – Exemplo de Teclado Virtual da Versão Windows XP



Disponível em: <encurtador.com.br/kouz7>. Acesso em 05 mar. 2020.

E tem também o Teclado Mágico (software espanhol de Jordi Lagares) e o software Teclado Amigo que auxiliam o acesso ao conhecimento (ver Fig 14).

FIGURA 14 – Exemplo Software Teclado Amigo



Disponível em: <encurtador.com.br/gqvX0>. Acesso em 05 mar. 2020.

c) Simulador de Mouse: pode-se encontrar dois tipos destes simuladores. O primeiro é direcionado para pessoas com comprometimento motor severo e em seu funcionamento, o simulador exibe uma imagem de uma barra com botões que 20 representam todas as funções possíveis de um mouse. Esse simulador de mouse pode ser acionado por mecanismo de varredura automática controlada por diferentes acionadores. Um exemplo desse primeiro tipo de simulador é o software Rata (ver Fig 15).

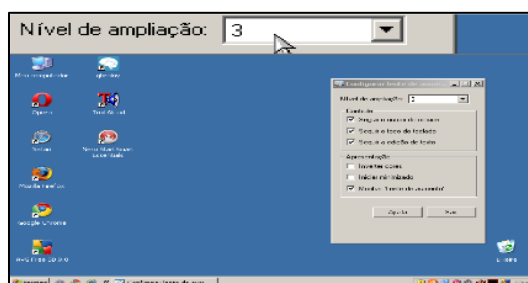
FIGURA 15 – Exemplo Software Rata Plaphoons



Disponível em: <encurtador.com.br/quvAE>. Acesso em 05 mar. 2020.

O segundo tipo de simulador de mouse também se dirige para pessoas com comprometimento motor severo, porém que possuem o controle da cabeça preservado. Neste tipo, há um controle da seta do mouse por meio de movimentos da cabeça ou até mesmo do nariz que são captados por uma webcam (ver Fig 16). É por meio desses movimentos que é possível realizar todas as tarefas ou comandos realizados com o mouse físico. São exemplos desse tipo de simulador os softwares HeadDev, HeadMouse e o CameraMouse.

FIGURA 16 – Exemplo Software HeadDev



Disponível em: <encurtador.com.br/fuV37>. Acesso em 05 mar. 2020.

d) Leitores de tela: são softwares desenvolvidos principalmente para as pessoas que são deficientes visuais. Os softwares leitores de tela fornecem informações por síntese de voz sobre todos os elementos que são exibidos na tela do computador, fazendo principalmente a leitura dos elementos textuais e cujos comandos são executados exclusivamente no teclado comum (ver Fig. 17). São exemplos de softwares leitores de tela: jaws, dosvox, windows bridge e virtual vision.

FIGURA 17 – Exemplo Software Jaws



Disponível em: <encurtador.com.br/fiuBY>. Acesso em 05 mar. 2020.

e) Ampliadores de Tela e Lupa Virtual: são softwares que fazem a ampliação de toda a tela, de determinadas áreas da tela ou da região onde se encontra a seta do mouse. A lupa virtual tem o mesmo objetivo. Esses tipos de softwares foram desenvolvidos para as pessoas com baixa visão (ver Fig. 18). São exemplos de softwares: a lente de aumento 23 do sistema operacional Windows, Amplificador Magnifier do sistema operacional Linux e a Lupa virtual.

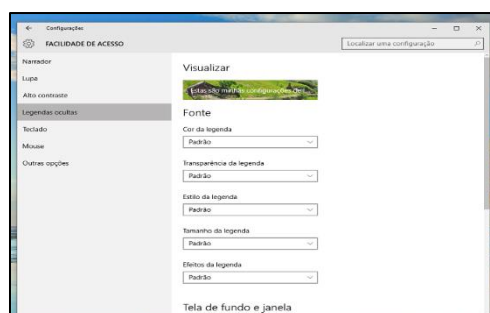
FIGURA 18 – Exemplo Lente de aumento do Sistema Operacional Windows



Disponível em: < encurtador.com.br/wxAU9>. Acesso em 05 mar. 2020.

f) Opções de Acessibilidade – Sistema Operacional Windows: as opções de acessibilidade do sistema operacional Windows podem ser acessadas pelo painel de controle (ver Fig. 19). Essas opções fornecem recursos que podem realizar modificações nas configurações do computador para que o mesmo possa ser adaptado de acordo com a necessidade do usuário (teclado virtual, mouse, teclas de aderência, alto contraste na tela, etc).

FIGURA 19 – Exemplo Opções de acessibilidade



Disponível em: < encurtador.com.br/aiojq>. Acesso em 05 mar. 2020.

g) Softwares para comunicação alternativa: permitem a comunicação por meio de símbolos, imagens, textos ou síntese de voz, no computador. Nestes softwares, a utilização de símbolos de diferentes métodos de comunicação alternativa ou símbolos personalizados que são capturados de diferentes fontes (além de textos e sons) são comumente utilizados. Este tipo de software (ver Fig. 20) está direcionado para pessoas com comprometimento motor de nível moderado a severo, com incapacidade de comunicação oral. Alguns softwares desse gênero são: Plaphoons (software espanhol) e Comunique.

FIGURA 20 – Exemplo Software Plaphoons



Disponível em: <encurtador.com.br/ijqAJ>. Acesso em 05 mar. 2020.

h) Preditores de texto: são voltados para aquelas pessoas que possuem um comprometimento motor de nível moderado a severo que faz com que a digitação de textos seja mais lenta ou com erros frequentes. Esses softwares fornecem após as primeiras letras serem digitadas pelo usuário, uma lista de sugestões de palavras mais prováveis e possibilitam que o usuário escolha a palavra desejada por meio de teclas de atalho. Há alguns desses softwares que chegam até guardar as palavras que mais frequentemente são utilizadas pelo seu usuário e fazem a inclusão dessas palavras em listas. Um exemplo deste tipo de software é o software brasileiro Eugênio (ver Fig. 21).

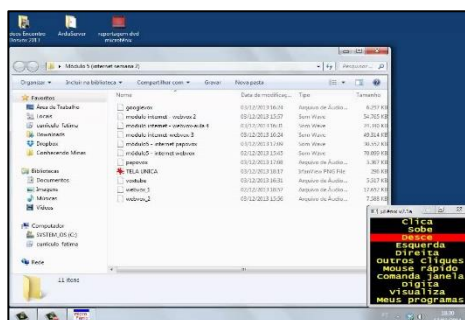
FIGURA 21 – Exemplo Software Eugênio



Disponível em: <encurtador.com.br/esvCV>. Acesso em 05 mar. 2020.

i) MicroFenix: é um software desenvolvido para pessoas com deficiência física cuja lesão impossibilita ou dificulta a capacidade de comunicação verbal e/ou a coordenação motora necessária para o uso do computador. Este software (ver Fig. 22) combina a edição de mensagens pré-estabelecidas, com síntese de voz para comunicação alternativa, e que possui também teclado virtual, simulador de mouse e outras funcionalidades.

FIGURA 22 – Exemplo Software microFênix



Disponível em: <encurtador.com.br/exGSW>. Acesso em 05 mar. 2020.

j) **Holos – Sistema Educacional:** o Holos (ver Fig. 23) é um sistema que foi desenvolvido pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bauru (SP) por meio de convênio com o Ministério da Justiça. O Projeto teve por objetivo criar uma ferramenta de informática, cujas características permitissem ao estudante e ao educador compartilhar a aprendizagem de modo efetivo, processual e livre. O Sistema Holos foi pensado para oferecer uma nova possibilidade de ação para o estudante, um novo desafio de análise do processo educacional para o educador.

O sistema é flexível: possibilita ao educador definir parâmetros em cada atividade; é aberto: o conteúdo é dinâmico e pode ser adaptado à realidade sócio educacional do estudante; é abrangente: oferece atividades relacionadas às competências cognitivas, sócio afetivas, motoras e linguísticas, considerando o educando na sua totalidade.

FIGURA 23 – Exemplo Sistema Educacional – HOLOS



Disponível em: <encurtador.com.br/CLX35>. Acesso em 05 mar. 2020.

Esses são alguns modelos de TDIC que podem ser utilizadas pelas pessoas com deficiência. Estes exemplos ilustram as possibilidades de inclusão e aprendizagem para pessoas com deficiência. Sua utilização é de suma importância para que elas possam ter as mesmas oportunidades, sendo que o objetivo principal das TDIC é proporcionar a pessoa com deficiência maior autonomia em suas atividades cotidianas, sociais e educacionais.

3.2 Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Especial

Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no AEE e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. A formação contempla amplo conhecimento na legislação educacional na perspectiva inclusiva, abrangendo os tipos de deficiência e altas habilidades/superdotação.

Na história da educação brasileira tem ocorrido significativas mudanças ocasionadas pelos movimentos de democratização do acesso à escolarização básica e da educação inclusiva, as quais colocam em questionamento a organização da escola, a formação de professores, o processo de ensino e as práticas pedagógicas.

Em decorrência dos movimentos em prol da educação inclusiva no Brasil, muitos documentos orientadores, legislação e diretrizes educacionais, convenções e políticas públicas específicas, têm sido elaboradas e disseminadas para melhoria do acesso das pessoas com deficiência ao âmbito educacional. Porém, deve-se refletir que a qualidade dos processos educacionais muitas vezes não atende a esses estudantes, que na maioria das vezes são integrados ao processo, porém não são incluídos ao sistema, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta de recursos apropriados para atender ao tipo de deficiência do estudante.

Assim, só o acesso não é suficiente, é necessário que as práticas sejam evidenciadas, e para isso, requer conhecimento e estudo por parte dos professores e gestores, para garantir aos estudantes sua permanência na escola e o melhor aproveitamento acadêmico possível.

As pessoas com deficiência têm uma história marcada por processos excludentes, e na superação desse quadro é preciso que a escola se (re) organize, o que implica em várias mudanças, principalmente, na qualificação profissional, na formação dos professores. Nessa visão, em 2001 o Conselho Nacional da Educação pública o Parecer nº 9/2001, orientando a organização dos cursos de formação de professores. De acordo com esse documento:

A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses estudantes (BRASIL, 2001, s/p).

No ano de 2002, são publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº. 1/02 (BRASIL, 2002), as quais estabelecem que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, a formação docente para o atendimento da diversidade, contemplando conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Especificamente em relação aos estudantes com surdez, em 2005 foi publicado o Decreto nº 5626¹⁵ o qual estabelece que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005, s/p).

Em atendimento às recomendações dos documentos orientadores, os cursos de formação de professores devem implementar seus projetos com a inserção de uma disciplina ou de conteúdos sobre a educação inclusiva e o ensino de estudantes com necessidades educacionais especiais, como, por exemplo, Fundamentos da Educação Inclusiva ou Fundamentos da Educação Especial e Língua Brasileira de Sinais. Todavia, muitos cursos de graduação, na formação inicial do professor, ainda não contemplam nenhuma disciplina que fale sobre inclusão ou sobre Educação Especial, ou quando estão presentes, contam com restrita carga horária, por exemplo, disciplinas com 30 ou 60 horas, no máximo. Essa proporção não é suficiente para contemplar a complexidade das áreas da Educação Especial e da Educação Inclusiva, bem como garantir que os discentes adquiram competência em Libras, que seja suficiente para, futuramente como professores, se comunicarem e ensinarem os estudantes surdos.

Em Sergipe, buscou-se analisar a oferta de disciplinas voltadas a educação especial e inclusão na estrutura curricular das graduações em licenciaturas. Foram observados os

¹⁵ DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em 05 mar. 2020.

currículos de duas instituições de ensino, uma privada e outra pública. Segue quadro demonstrativo:

QUADRO 4 – Estrutura Curricular das Graduações em Licenciaturas

INSTITUIÇÃO	CURSO	DISCIPLINA
UNIT	Pedagogia	Libras Princípios e Met. da Psicopedagogia
UNIT	Matemática	Educação e Diversidade Libras
UNIT	Ciências Biológicas	Libras Educação e Diversidade
UNIT	Educação Física	Libras Educação e Diversidade Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência
UNIT	História	Educação e Diversidade Libras
UNIT	Letras/Inglês	Educação e Diversidade Libras
UNIT	Letras/Português	Educação e Diversidade Libras
UNIT	Pedagogia (presencial)	Educação e Diversidade Libras Pedagogia Hospitalar
UNIT	Ed. Física (presencial)	Libras Educação Física Adaptada
UFS	Departamento de Educação (DED/ São Cristóvão) 144 componentes curriculares	Educação Especial Fundamentos da Educação Inclusiva Libras Perspectivas de ações pedagógicas nas instituições de saúde
UFS	Departamento de Educação (DEDI /Itabaiana) 84 componentes curriculares	Diversidade Cultural e Educação Fundamentos da Educação Inclusiva Libras
UFS	Departamento de Educação Física (DEF/São Cristóvão) 159 componentes curriculares	Atividade Física Adaptada Atividade Física para Grupos Especiais I Atividade Física para Grupos Especiais II Educação Física, Adaptação e Inclusão
UFS	Departamento de Letras Estrangeiras (DLES/São Cristóvão) 403 componentes curriculares	Atividades complementares em Libras Estágio Supervisionado da Libras I Estágio Supervisionado da Libras II Estágio Supervisionado da Libras III Estágio Supervisionado da Libras IV Arte educação/pessoa surda Conversação em Libras I Conversação em Libras II Conversação em Libras III Conversação em Libras IV Educação de Surdos e Novas Tecnologias Fundamentos da Educação de Surdos História da Libras Libras I Libras II Libras III

		Libras IV Libras V Libras VI Libras VII Libras VIII Linguagem Brasileiras de Sinais/LIBRAS Linguística Aplicada a Libras Literatura em Língua de Sinais Metodologia do Ensino=aprendizagem em Libras Morfologia da Libras Tópicos de Libras I Tópicos de Libras II Tópicos de Libras III Tópicos de Libras IV Tópicos de Literatura em Língua de Sinais I Tópicos de Literatura em Língua de Sinais II Tópicos de Literatura em Língua de Sinais III Tópicos de Literatura em Língua de Sinais IV
--	--	--

Fonte: SIGAA/UFS (2018).

Foram levantadas informações de 09 (nove) cursos de graduação em Licenciatura da Universidade Tiradentes (UNIT), instituição privada e 1.215 (hum mil, duzentos e quinze) componentes curriculares da Universidade Federal de Sergipe (UFS), instituição pública, com dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFS e no site da Universidade Tiradentes, no mês de janeiro de 2018. Neste levantamento, observou-se que a predominância da disciplina de Libras, apresentando-se como principal disciplina da Educação Especial e da proposta de Inclusão. Vale ressaltar que a Universidade Tiradentes utiliza a apresentação dos cursos e suas respectivas disciplinas, já na Universidade Federal de Sergipe a apresentação refere-se aos componentes curriculares dos departamentos das Licenciaturas.

Com base nessas informações pode-se afirmar que os currículos ainda não contemplam amplamente disciplinas com conteúdos que tratem dos tipos de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/superdotação; ou que discutam sobre políticas públicas para a inclusão. Nem tão pouco se observam estágios supervisionados específicos, ficando uma lacuna na formação dos profissionais.

Em relação à formação continuada, com a finalidade de fomentar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, o MEC implementou, em parceria com os sistemas de ensino o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, visando apoiar a inclusão escolar de estudantes com deficiência. O referido programa é implementado no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do

Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM), em parceria com as Secretarias de Educação e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

No período de 2007 a 2015, foram disponibilizadas 98.500 (noventa e oito mil e quinhentas) vagas nos seguintes cursos de especialização e aperfeiçoamento:

- Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Perspectiva da Educação Bilíngue;
- O Ensino do Sistema Braille na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- O uso pedagógico dos recursos de Tecnologia Assistiva;
- Acessibilidade na Atividade Física Escolar;
- Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- A Gestão do Desenvolvimento Inclusivo da Escola;
- Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua;
- O uso do sistema FM no ambiente escolar (BRASIL, 2016).

O Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, também tinha o objetivo a formação de gestores e educadores, através da realização anual e seminários nacionais de formação dos coordenadores, com a disponibilização de materiais pedagógicos e apoio financeiro para formação de professores. A partir de 2007 este Programa passou a integrar o PDE, por meio do PAR. Os municípios polos apresentavam a demanda de cursos presenciais, ofertando vagas às redes de ensino de sua abrangência. Durante o período de 2004 a 2015, registrou-se a formação de 183.815 professores. Durante o período de 2003 a 2013 foram apoiados 48 projetos, representando investimento de R\$13.214.120,84, em 35 instituições de educação superior, públicas e particulares. (BRASIL, 2016). De 2007 a 2015, foram criados 30 cursos de Letras/LIBRAS/Língua Portuguesa, disponibilizando anualmente, 2.250 vagas para formação de professores, tradutores e intérpretes da Libras.

Foi criado também o Programa Nacional intitulado PROLIBRAS, para a Certificação de Proficiência no uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa. Instituído pelo Decreto nº5.626/2005 que regulamenta a Lei nº10.436/2002, habilitou até 2015, 7.940 profissionais.

Em parceria com a CAPES, foi criado o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação Especial (PROESP), que objetivou apoiar projetos de pesquisa e de formação na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, no âmbito da Pós-Graduação Stricto Sensu. O Programa subsidiou a produção e avaliação de referenciais, metodologias e recursos de acessibilidade na educação e demais processos pedagógicos e formativos que envolvem o

AEE para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Muitos outros cursos também foram e são ofertados por instituições privadas e públicas com foco na Educação Especial Inclusiva e no Atendimento Educacional Especializado, fomentando professores a aprender cada vez mais sobre o processo da Educação Inclusiva no atendimento dos estudantes com deficiência.

3.2.1 Formação para o uso das tecnologias analógicas e digitais

Alguns cursos de formação inicial de professores apresentam em seus componentes curriculares, conteúdos ou disciplinas introdutórias para o uso das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC). A formação para a utilização dos recursos tecnológicos deve ocorrer de maneira específica nos cursos de formação continuada. A formação para o uso das tecnologias quase sempre se dá de maneira opcional, sendo feita sua adesão pelos professores que mais se identificam com as ferramentas. As políticas públicas da inclusão digital apresentam ofertas de cursos de formação continuada para professores, através de programas governamentais, porém nem sempre chegam a ser feitos pelos educadores em exercício da docência.

Dentre as importantes mudanças que a escola e o professor precisam incorporar, destaca-se a utilização das TIC, que constituem um diversificado conjunto de recursos tecnológicos analógicos e digitais. Tais recursos podem e devem ser utilizados no contexto educacional de forma a favorecer a aprendizagem dos estudantes de modo geral.

O uso das TIC está se disseminando atingindo gradativamente a escola e, conseqüentemente, a prática pedagógica utilizada pelos professores, nas salas de aula. Entretanto, apesar desse notório movimento, a maioria dos cursos de formação de professores ainda não incorporou na sua matriz curricular esse importante conteúdo. Nem os professores em serviço e nem os milhares de professores que estão em formação inicial para atuar educação tem conhecimento aprofundado sobre o uso, na prática pedagógica, das Tecnologias de Informação e Comunicação para educação especial. Apesar de se constatar que a maioria das escolas públicas tem recebido do Estado, recursos e instrumentos tecnológicos diversificados, muitos gestores e professores ainda não sabem como utilizá-los.

Na atual conjuntura educacional, a discussão sobre o uso das TIC começa a se expandir no meio acadêmico e especificamente na Educação Especial. Pesquisas demonstram o uso sistemático das TIC no processo de ensino e de aprendizagem de escolares possibilitando o

desenvolvimento das suas competências de forma a superar barreiras de aprendizagem advindas de condições sociais, sensoriais, intelectuais, neurológicas, motoras dentre outras.

Tanto as tecnologias analógicas como as digitais estão inseridas no cenário escolar. Muitas unidades ainda utilizam tecnologias analógicas como mimeógrafo, quadro negro, o vídeo cassete, o livro, todavia as tecnologias digitais estão invadindo o cenário educacional, através dos computadores, telefones celulares, quadros digitais e, com o advento da internet toda informação chega em tempo real. A combinação dos dois modelos tecnológicos ainda fortalece as instituições educacionais, visto que as redes públicas não dispõem em sua totalidade de recursos digitais, ou quando disponibilizam a grande maioria dos professores não as utilizam, por falta de conhecimento ou um bom planejamento que articule os conteúdos aos novos recursos.

Para os estudantes com deficiência a utilização das tecnologias, sejam analógicas ou digitais, possibilitam a acessibilidade e a aprendizagem com adequações para atender as suas especificidades. Nas Salas de Recursos Multifuncionais são utilizados os dois tipos de tecnologias, tanto a analógica, como a digital, e ambas são importantes nas estratégias utilizadas para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência. Apresenta-se adiante como ocorre esse processo na rede pública municipal da cidade de Estância, conhecendo um pouco da sua realidade educacional e os desafios que tem enfrentado para incluir em sua rede de ensino ações destinadas à inclusão do estudante especial.

4 ESPAÇOS E TEMPOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

O município de Estância está localizado na região centro sul do Estado de Sergipe, distante aproximadamente 70 km da capital, Aracaju. De acordo com o Censo de 2018, sua população estimava-se em 68.804 habitantes (IBGE, 2019).

A educação do município Estanciano consta de redes de ensino privada e públicas municipal e estadual. A Secretaria Municipal da Educação é responsável pela organização do trabalho pedagógico da rede pública municipal, que conta com 43 unidade de ensino, ofertando modalidades educacionais de Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Conforme o Plano Municipal de Educação da Estância (PMEE, 2017), o Sistema Municipal de Ensino de Estância (SMEE) foi instituído em 18 de janeiro de 2002, através da Lei nº 1.096, de acordo com o disposto na Constituição Federal em seu artigo 211, e §2º do Art. 8º e o Art. 11º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O SMEE tem por objetivo promover, orientar, coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao ensino no município, inclusive realizando melhorias e as mudanças necessárias para executar uma educação de qualidade que objetiva também o alcance de resultados positivos na aprendizagem dos educandos, a satisfação dos agentes educacionais e o exercício pleno da cidadania por parte de todos que compõem o seu sistema.

As políticas educacionais vigentes e as conclamadas em nível federal e estadual devem fazer parte do SMEE de maneira consoante. No Art. 3º da lei que estabelece o Sistema vê-se a composição do mesmo, aponta como órgão central a Secretaria Municipal de Educação de Estância (SEME), a qual tem suas funções definidas pelo Decreto nº 3.039/2001, de 19 de outubro de 2001, seguida pelo Conselho Municipal de Educação de Estância (CONMEE), o qual executa funções normativa, consultiva, deliberativa e de supervisão, conforme as previsões em lei específica, assim como as instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal (PMEE, 2017).

De acordo com o Censo Escolar de 2018, constam matriculados na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância aproximadamente 10.200 estudantes. A rede de ensino, de regime estatutário, tem em seu quadro 441 docentes efetivos, sendo 45 com formação em Ensino Médio, 113 graduados, 270 pós-graduados em nível de especialização e 13 Mestres em Educação.

Os professores da rede pública municipal de ensino de Estância estão sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação e seguem em sua proposta pedagógica a teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, de Dermeval Saviani, que embasa todo o processo de ensino aprendizagem da rede. O trabalho pedagógico está também alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Currículo de Sergipe, adicionado ao Caderno Complementar do município, onde constam as características particulares da rede e seus projetos educacionais, os quais norteiam as atividades pedagógicas das unidades de ensino. Dentro dessa premissa, é que a Rede Municipal de Ensino da Estância/SE procura fundamentar-se em uma concepção histórico-social do processo de conhecimento, de formação do indivíduo e do trabalho educativo numa perspectiva crítico-emancipatória.

Dentre as modalidades educacionais, programas governamentais, projetos e ações desenvolvidas pela rede de ensino, enfatiza-se a modalidade educacional da Educação Especial, por ser foco desse estudo. Assim, fundamentados na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), a SEME respalda também suas ações na modalidade da Educação Especial, na perspectiva Inclusiva.

Os estudos de Silva (2014) apontam que as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a educação especial brasileira estão nos pressupostos filosóficos, na proposta pedagógico-metodológica e no significado político da sua realização, porque, ao se fundamentar em bases marxianas e marxistas, leva à compreensão, sob a valorização da história, da educação e do homem que educa. Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural se aproximam e contribuem para a educação escolar das pessoas com e sem deficiência. Por isso, não se pode deixar de mencionar a importância da perspectiva assumida por Vygotsky, no que se refere à constituição social do psiquismo e ao papel da mediação para a formação das funções superiores psicológicas.

No caso dos estudantes com deficiência que apresentem algum déficit de origem orgânica (primeira natureza ou de ordem biofísica), como cegueira, surdez, paraplegia etc., segundo Vygotsky, esse déficit não se constitui necessariamente como um fator limitador do desenvolvimento, mas o seria, sim, as condições sócio históricas. Como afirma Vygotsky e Luria (1996 *apud* BARROCO, 2011, p. 173):

[...] as pessoas com deficiência, mesmo tendo grandes especificidades em seus desenvolvimentos, podem e devem frequentar a escola, e o que esta lhes ensina deve projetá-las a outro patamar, deve transformá-las, metamorfoseá-las, deve contribuir para que passem de crisálidas a borboletas [...]. Essa seria, pois, a escola que poderíamos chamar de inclusiva.

Para a equipe pedagógica da SEME, essa perspectiva inspira outra proposta de educação especial, a qual ganha materialidade com as defesas marxistas de educação escolar contempladas na Pedagogia Histórico-Crítica, assim como coincide com as noções de homem, educação e sociedade presentes na referida pedagogia e na Psicologia Histórico-Cultural. Assim, defendo o processo educativo, dentro da perspectiva inclusiva, como aquele que promove a máxima humanização dos indivíduos, contemplando valores como respeito à diversidade e luta contra a desigualdade. Ressalto que essa teoria pedagógica foi adotada para a rede a partir do ano 2017 e assim novas concepções e projetos foram desenvolvidos na perspectiva da educação inclusiva.

4.1 Políticas Públicas da Educação Especial executadas na rede pública municipal de Estância

O município de Estância, em atendimento ao art. 54 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 e Decreto nº 6.571/2008, oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes da Rede Municipal de Ensino, tendo em vista que a inserção desses estudantes nas escolas regulares é um direito garantido por lei e esse atendimento deve ser realizado pelas unidades escolares de forma adequada e eficaz, atendendo as especificidades de cada estudante deficiente ou com necessidades educacionais especiais.

O referido município tem seguido as orientações do Ministério da Educação e implantado na rede os programas governamentais lançados, adequando à realidade local. Um dos maiores programas que teve a adesão do município foi o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujas verbas viabilizaram o processo de inclusão dos estudantes com deficiência nas salas regulares de ensino.

Assim, a partir desse Programa, as unidades educacionais receberam recursos federais de acordo com as informações constantes através do Censo Escolar. Verbas específicas para a educação especial foram recebidas quando a escola informava a matrícula do estudante com deficiência e o tipo de deficiência que ele é acometido.

Diante disso, algumas unidades foram contempladas com salas de recursos multifuncionais, tendo como contrapartida do município a disponibilização de espaço físico para implantação, ou seja, uma sala e disponibiliza também um profissional, professor da rede, para ser capacitado para trabalhar no AEE, na Sala de Recursos Multifuncionais.

O município de Estância foi contemplado com 22 (vinte e duas) Salas de Recursos Multifuncionais. Todavia, dessas 22 (vinte e duas), 08 (oito) nunca funcionaram e atualmente 15 (quinze) estão em pleno funcionamento. Porém, nem sempre foi assim. Existe uma

descontinuidade das políticas públicas, que por negligência administrativa ou interferências político-partidárias, deixam sem o serviço aqueles que de fato necessitam, e nesse caso, os estudantes com deficiência.

De 2008 a 2012 pode-se observar avanços no processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede municipal de ensino, como por exemplo o aumento das matrículas, adesão aos programas da educação especial, formação continuada para gestores e professores para atuarem na educação especial inclusiva, adequações estruturais nas unidades escolares, tornando-as unidades acessíveis com a construção de banheiros adaptados, o alargamento das portas e colocação de rampas para o acesso de cadeirantes e deficientes com comprometimentos motores, imobiliário com adequações para estudantes com deficiência e Salas de Recursos Multifuncionais para que os estudantes com deficiência pudessem ser atendidos no contra turno a sua aula na sala regular e tivessem o atendimento pedagógico específico, podendo assim avançar na sua aprendizagem.

Observa-se também as contratações de mediadores/apoio, como os intérpretes em Libras, pois até então, os estudantes com surdez estavam integrados ao sistema educacional, porém a inclusão não acontecia. Assim, seu direito à educação estava sendo negado, já que eles não tinham condições de aprender tendo em vista que os professores sem o “recurso” educacional apropriado para viabilizarem a comunicação e interação entre eles. É notório que até hoje a maioria dos profissionais da educação não têm noções básicas em Libras, quiçá, o domínio para que a interlocução no processo ensino-aprendizagem aconteça.

Foram recebidas e implantadas Salas de Recursos para o atendimento dos estudantes com deficiência, porém, de 2013 a 2016, foram observados retrocessos na educação especial, como por exemplo a descontinuidade das formações para gestores e professores, como também várias salas de recursos foram desativadas, prejudicando a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Os imobiliários e equipamentos das salas de recursos foram distribuídos em outros setores e muitos “perdidos” e/ou destruídos pela falta de zelo administrativo, resultado das descontinuidades das políticas públicas. Sendo lamentável tantos investimentos financeiros que ao longo do tempo acabaram sendo prejudicados por não alcançarem seus objetivos.

No início de 2017 apenas 05 (cinco) salas de recursos estavam funcionando, atendendo poucos estudantes, com profissionais desmotivadas e sem apoio no desenvolvimento das suas funções. No mesmo ano, apesar de poucos recursos e investimentos conseguiu-se ampliar a quantidade de atendimentos e foram ativadas mais 05 (cinco) Salas de Recursos Multifuncional, como também a adesão de mais cinco profissionais que foram sensibilizados e iniciaram o processo de formação para o AEE.

Em 2018 mais 05 (cinco) salas de recursos foram ativadas e consta no planejamento pedagógico da rede a abertura e implantação de Centro de Atendimento Educacional Especializado de Estância (CAEESP), com o objetivo de atender estudantes com deficiência matriculados nas unidades da rede que não possuem salas de recursos. As formações continuadas foram retomadas com temáticas específicas da Educação Especial, como também ações pontuadas como movimentos de sensibilização sobre o Autismo e outros tipos de deficiência, curso de Libras para professores e profissionais da educação e contratação de profissionais de apoio como Cuidadores para estudantes com deficiência com comprometimentos motores.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Estância, em 2018, conforme o Censo Escolar, estavam matriculados na rede 315 estudantes com algum tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento, regularmente matriculados nas unidades educacionais da rede, assim distribuídos:

QUADRO 5 – Registro dos tipos de deficiência matriculados nas unidades educacionais da rede municipal de ensino de Estância/2018

ESCOLA	TIPO DE DEFICIÊNCIA	TOTAL
ESCOLA RIO FUNDO III	01 Física 02 Autismo	03
ESCOLA PROFA. CREMILDES FREIRE	02 Intelectual	02
ESCOLA ED. INFANTIL PICA PAU AMARELO	01 Intelectual 02 Autismo	03
ESCOLA TIRADENTES	01 Intelectual 02 Autismo	03
ESCOLA DAISY DE O. GARCIA	04 Autismo 01 Auditivo 04 Intelectual	04
ESCOLA JOÃO NASCIMENTO FILHO	13 Intelectual 02 Auditiva 01 Visual 01 Cego	17
ESCOLA M ^a ISABEL C. NABUCO D'ÁVILA	11 Intelectual 04 Autismo 02 Auditiva 01 Visual 03 Múltipla	21
ESCOLA JÚLIO C. LEITE	01 Física 09 Intelectual 08 Autismo 01 Auditiva 01 Visual	26

	01 Cego 01 Surdo 04 Múltipla	
ESCOLA	TIPO DE DEFICIÊNCIA	TOTAL
ESCOLA PROFº. AZARIAS SANTOS	09 Intelectual 05 Autismo 01 Múltipla	15
ESCOLA EMÍDIO DE PAULA	03 Autismo 05 Intelectual	08
ESCOLA PROFª. JOAQUINA DE SOUZA	13 Intelectual 17 Autismo 03 Visual 01 Múltipla	34
CRECHE Mª DO CARMO NASCIMENTO ALVES	01 Intelectual	01
ESCOLA ED. INFANTIL PROF. JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA	02 Intelectual 03 Autismo	05
ESCOLA DOM JOSÉ B. COUTINHO	01 Física 17 Intelectual 15 Autismo 06 Auditiva 01 Visual	40
ESCOLA DR. PEDRO SOARES	01 Física 03 Intelectual	04
ESCOLA CRECHE Mª TEREZINHA FREIRE SILVA	01 Física 03 Intelectual	04
CRECHE Mª DE OLIVEIRA LIMA	01 Intelectual	01
ESCOLA PROFª ELEONORA L. PEREIRA	01 Física 01 Autismo 03 Intelectual	05
CRECHE CARMEM DO PRADO LEITE	01 Múltipla	01
ESCOLA GOV. ANTÔNIO C. VALADARES	05 Intelectual	05
ESCOLA ANA LIMA SANTOS AQUINO	11 Intelectual	11
ESCOLA LAURA CARDOSO COSTA	02 Física 21 Autismo 20 Intelectual	43
ESCOLA JOSÉ BARBOSA	01 Autismo	01
ESCOLA FERNANDO LOPES	02 Intelectual	02
ESCOLA PROFA. MARIOLANDA SOUZA	01 Intelectual	01
ESCOLA JOSÉ ARTÊMIO	01 Intelectual	01
ESCOLA NUBIA LIMA DO NASCIMENTO	04 Autismo 04 Intelectual	08
ESCOLA HUMBERTO DA SILVEIRA FERREIRA	03 Autismo 01 Intelectual 01 Down	05
ESCOLA PROF. DORIJAN DOS SANTOS	05 Autismo	17

	12 Intelectual	
ESCOLA MAROCAS MONTEIRO	01 Auditivo	01
ESCOLA	TIPO DE DEFICIÊNCIA	TOTAL
ESCOLA MANOEL FERREIRA	02 Autista 02 Intelectual	04
ESCOLA MARIA VIRGINIA LEITE FRANCO	01 Intelectual	01
ESCOLA NILSON BARRETO SOCORRO	05 Intelectual	05
ESCOLA ZARRIA GABRIEL JASMIM	06 Autismo 07 Intelectual	13
	TOTAL	315

Fonte: SEME/DEESP/2019.

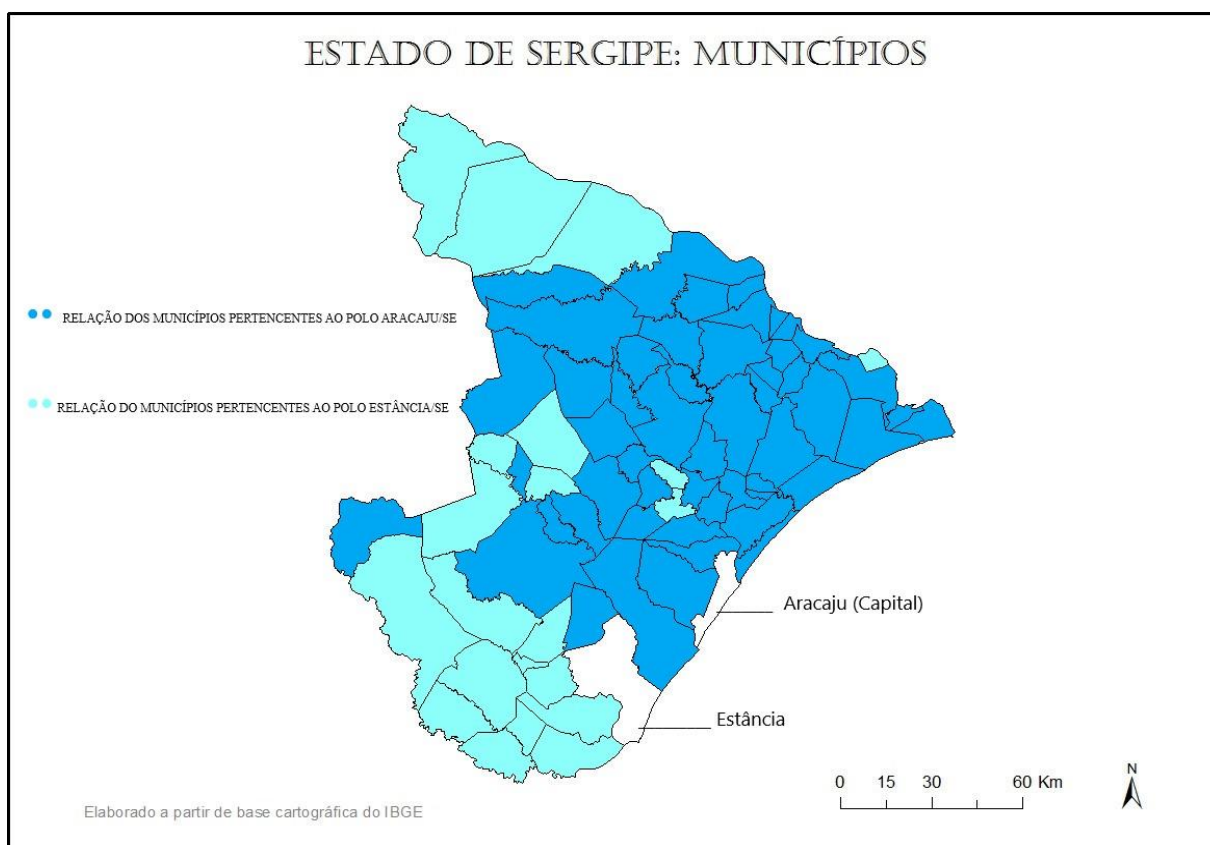
Todavia, de acordo com informações da Diretoria da Educação especial de Estância, ressalta que existe um número acentuado de queixas/suspeita de estudantes com algum tipo de deficiência intelectual ou transtorno global do desenvolvimento, porém sem diagnóstico médico comprobatório. Essa suposição se dá pelas observações do rendimento escolar e comportamental desses estudantes, adicionados a informações de familiares, mas, que por motivos desconhecidos não foram diagnosticados. Fato esse que dificulta ainda mais o processo de desenvolvimento da aprendizagem desses estudantes.

4.2 Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – Polo Estância

Em 2003 o MEC, através da Secretaria da Educação Especial, lança o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e propôs a adesão dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O município de Estância fez a adesão ao Programa e com isso deu um grande passo para a adoção de uma educação inclusiva.

O município de Estância, através da Secretaria Municipal da Educação foi um dos municípios Polo para disseminação das diretrizes do Programa. Os municípios sergipanos foram distribuídos em dois Polos, Aracaju e Estância (ver Fig. 24).

FIGURA 24 – Relação dos municípios pertencentes ao Polo Aracaju/SE & ao Polo Estância/SE



Fonte: Representação elaborada pela autora em 2020, com base em dados do SECADI/MEC.

O objetivo do Programa é a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos estudantes com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares. O Programa envolveu 106 municípios-pólo que atuaram como multiplicadores para municípios de sua área de abrangência, compreendendo aproximadamente 1.869 municípios.

De acordo com o histórico do Programa em 2003, os dirigentes de educação especial de todas as Unidades da Federação e dos municípios-pólo participaram, em Brasília, do I Seminário Nacional Formação de Gestores e Educadores do Programa. Em 2004, cada município-pólo realizou um curso de formação de gestores e educadores para a sua rede de ensino e outro para os municípios de sua área de abrangência, totalizando a participação de 23 mil educadores (BRASIL, 2016).

Em 2005, o II Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, conta com a participação de dois representantes de cada Secretaria Estadual e Municipal de Educação. Ainda neste ano, foi prevista a realização de Curso de Formação de Gestores e Educadores nos municípios-pólo compreendendo também suas áreas de abrangência, em uma única ação, que foi desenvolvida a partir de junho/2006.

Com vistas a apoiar o processo de inclusão educacional dos estudantes com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino, o Programa disponibilizou para os municípios-pólo e Secretaria Estaduais de Educação equipamentos, mobiliários e material pedagógico para implantação de Salas de Recursos Multifuncionais destinadas ao atendimento educacional especializado. Foi destinado também o material de formação docente “Educar na Diversidade” e proporcionada a formação de gestores e educadores em todos os municípios-pólo inseridos no Programa.

Para assegurar a continuidade do Programa foram destinados recursos financeiros aos municípios-pólo e documento orientador para o desenvolvimento e aplicação dos recursos, bem como sua prestação de contas. No documento previa a assinatura de Carta de Acordo entre a Prefeitura Municipal, o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e o Programa das Nações Unidas (PNUD), de acordo com o Termo de Referência contido no documento orientador para transferência do recurso financeiro para execução do Curso de Formação de Gestores e Educadores (BRASIL, 2016).

Outro aspecto do Programa eram os vínculos de parceria propostos, devendo os municípios-pólo estabelecer relações de parceria com as suas respectivas Secretarias Estaduais de Educação, para atuação conjunta no fortalecimento da Política de Educação Inclusiva. Organizar seu trabalho de forma a estabelecer relações que envolvam as esferas municipais, estaduais, federais e particulares, construindo uma rede de inclusão educacional e social. Devendo ainda, estabelecer parcerias para o planejamento e a execução do Curso de Formação de Gestores e Educadores, garantindo a oferta de vagas para professores das redes federal, estadual, municipal e particular de ensino. Nessa perspectiva, o município de Estância foi responsável por disseminar as diretrizes da educação especial na perspectiva inclusiva em todo o município e demais municípios de sua área de abrangência estabelecida pelo Programa.

De acordo com o Programa, compete ao município-pólo:

- a) Implementar a política da educação inclusiva;
- b) Divulgar amplamente o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade nos municípios da sua área de abrangência, sensibilizando gestores, educadores e agentes municipais, com vistas a assegurar a inclusão educacional dos estudantes com necessidades educacionais especiais;
- c) Exercer função multiplicadora das ações propostas pelo Programa, em âmbito regional, junto aos municípios da sua área de abrangência, por meio do desenvolvimento do Curso de Formação de Gestores e Educadores;
- d) Coordenar o Curso de Formação de Gestores e Educadores garantindo as condições necessárias para a realização do mesmo;
- e) Incentivar a participação de gestores e educadores em cursos afins, visando fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

f) Articular ações, em parceria com a secretaria estadual de educação, para a implementação dos sistemas educacionais inclusivos (DOCUMENTO ORIENTADOR DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE, BRASILIA, 2005, s/p).

Uma das diretrizes do programa foi a formação de Gestores e Educadores para disseminação das Políticas Públicas da Educação Especial na perspectiva inclusiva, com isso o Documento Orientador do Programa propunha:

- a) A formação dos gestores e educadores dos municípios-pólo, que integram o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, se realiza a partir dos Seminários Nacionais de Formação de Gestores e Educadores e da sua disseminação nos municípios-pólo e nas respectivas áreas de abrangência.
- b) Em 2005, o II Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade contará com a participação de dois representantes de cada secretaria estadual e municipal de educação.
- c) O II Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores do Programa terá duração de 40h e certificado emitido pela SEESP/MEC.
- d) Os projetos dos Cursos de Formação de Gestores e Educadores deverão ser elaborados conforme orientações previstas no formulário (anexo II).
- e) Os projetos dos Cursos de Formação de Gestores e Educadores deverão ser enviados para o MEC/SEESP, conforme cronograma de execução (anexo III) e sua realização deverá acontecer após o parecer técnico da SEESP.
- f) O Curso de Formação de Gestores e Educadores dos municípios-pólo e da área de abrangência deverá acontecer em uma única ação.
- g) Os Cursos de Formação de Gestores e Educadores serão destinados aos professores que atuam nas classes comuns do ensino regular, educadores que atuam no apoio educacional especializado, diretores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação.
- h) Os Cursos de Formação de Gestores e Educadores do município pólo com os municípios da abrangência terão carga horária de 40 (quarenta) horas e a certificação aos cursistas deverá ser emitida pela secretaria de educação do município-pólo.
- i) Os Cursos de Formação de Gestores e Educadores serão coordenados pelos profissionais dos municípios-pólo designados pelos Secretários de Educação.
- j) Os Cursos de Formação de Gestores e Educadores deverão ser ministrados por profissionais com currículos que comprovem trabalhos desenvolvidos na área.
- k) Os professores instrutores dos cursos deverão abordar as temáticas a partir da concepção do Programa, que se fundamenta nas bases filosóficas da educação inclusiva (BRASIL, 2005, s/p).

Todo material instrucional foi elaborado e fornecido pelo MEC/SEESP e utilizado nos cursos de formação de Gestores e Educadores, conforme o número de participantes informados pelos municípios.

Os Gestores e Educadores receberam do Programa os seguintes materiais:

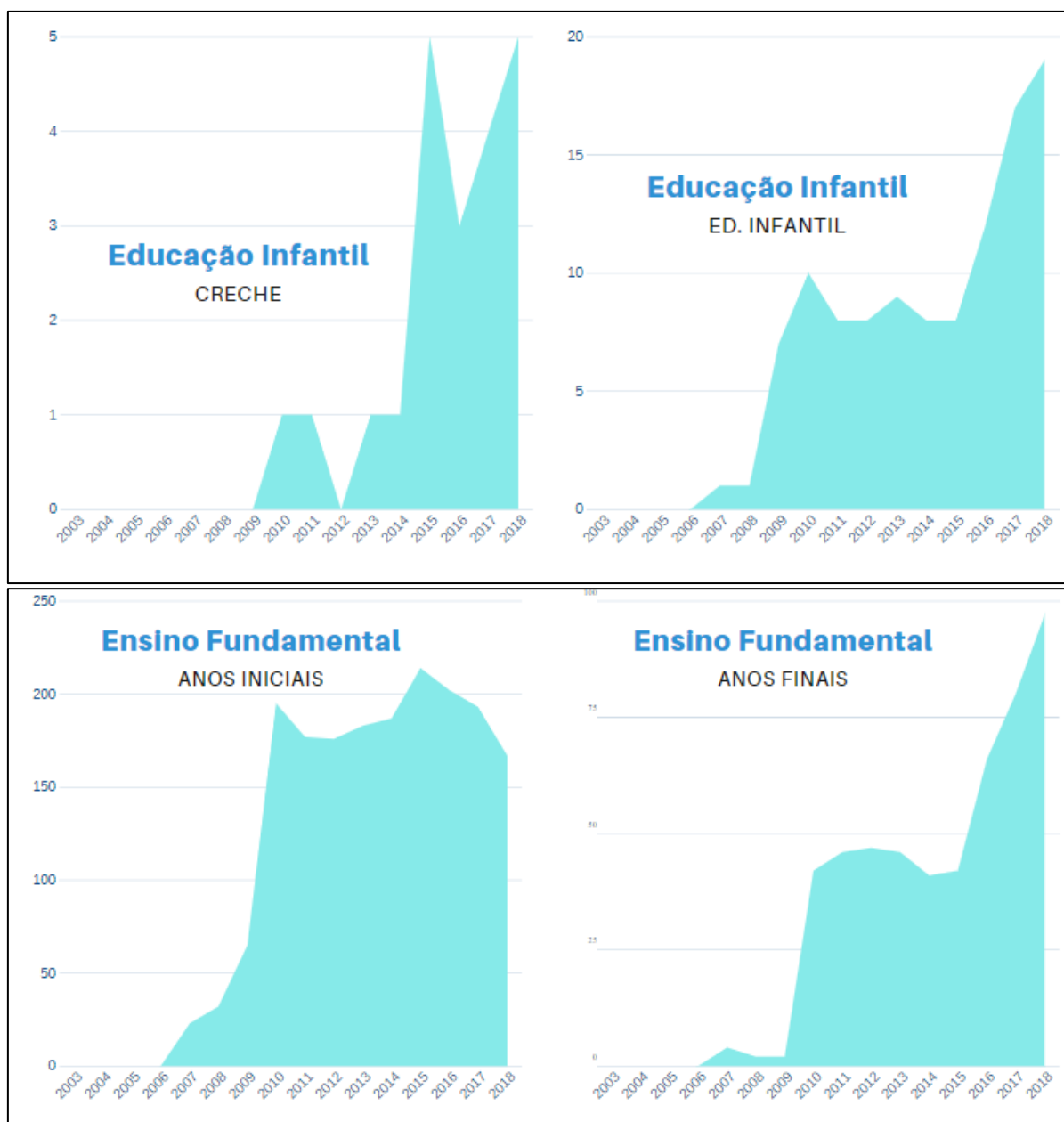
Série: Saberes e Práticas da Inclusão (Ensino Fundamental): •Caderno do Coordenador e do Formador; •Recomendações para a Construção de Escolas Inclusivas; •Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Educacionais de Estudantes Surdos; •Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Educacionais de Estudantes com Deficiência Física/Neuro-Motora; •Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Educacionais de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação; •Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Educacionais de Estudantes Cegos e Estudantes com Baixa Visão; •Avaliação para Identificação das Necessidades Educacionais Especiais. b) Caso o número de materiais enviados pela SEESP seja inferior ao número de participantes nos Cursos de Formação de Gestores e Educadores, estes poderão ser reproduzidos com recursos do Programa (BRASIL, 2005, s/p).

Além do material recebido os municípios-pólo receberam recursos financeiros para custear despesas com as formações, de acordo com as informações de suas necessidades apresentadas através do Censo Escolar. Essas formações deveriam atender um projeto de formação constante no Documento Orientador do Programa, seguindo de orientações para sua devida prestação de contas.

Durante o período de 2008 a 2012 o município de Estância, principalmente a sua rede pública de ensino, foi contemplado com recursos financeiros para formação de gestores e educadores, equipamentos e mobiliários que alavancaram o processo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Todavia, a descontinuidade do processo foi constatada nos anos posteriores pela falta das formações continuadas e pelo fechamento das Salas de Recursos Multifuncionais, evidenciando a descontinuidade das Políticas Públicas e um retrocesso na proposta de uma educação especial inclusiva.

Apesar da constatação de rupturas e descontinuidades e de não alcance dos objetivos do Programa, é inegável que o município conseguiu crescer na esfera educacional. Não tanto quanto deveria, mas, são visíveis os estudantes deficientes foram inseridos nas redes públicas de ensino, nas salas regulares. Apesar disso, questiono se sua integração ao sistema se deu com o propósito de inclusão ou não. Verificando os dados do Censo Escolar de 2003 a 2018 pode-se observar o crescimento da matrícula na Educação Especial na rede pública de ensino do município de Estância (ver Fig. 25):

FIGURA 25 – Demonstrativo da matrícula na Educação Especial



Fonte: Representação elaborada pela autora em 2020, com base nos dados do Deed/Inep/MEC.

Ao analisar os dados da Figura 25, pode-se destacar alguns aspectos relevantes:

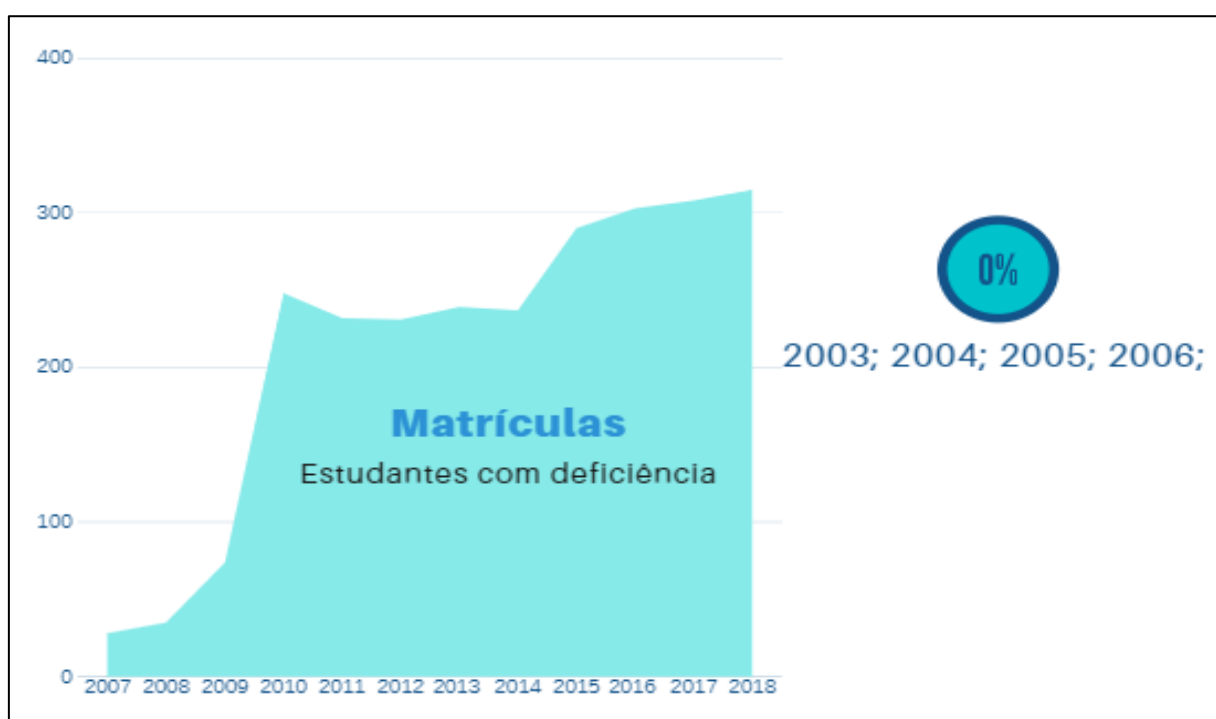
1. Em 2003 foram iniciadas as políticas públicas da Educação especial na perspectiva inclusiva e em 2005 foi emitido o Documento Orientador do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, porém no município de Estância de 2003 a 2006 não são declarados no censo escolar a matrícula dessas crianças. Por não existir crianças com deficiência matriculadas na rede até a referida data, ou por não as terem inseridas no registro do Censo Escolar.
2. Só em 2007 foram registrados, na educação infantil e no ensino fundamental os primeiros estudantes com deficiência.

3. De 2010 em diante, os números aumentam consideravelmente. Surgindo os questionamentos quanto a matrícula dessas crianças nesse período, ou colocando em dúvida as informações anteriores, ou ainda esse crescimento relevante pode estar atrelado a crianças que estavam em outras instituições segregadoras.

4. Apenas em 2015 surgem os primeiros registros de matrícula de estudantes com deficiência na E.J.A.

Na Figura 26, pode-se constatar o crescimento das matrículas, observando o total de estudantes com deficiência matriculados a cada ano:

FIGURA 26 – Análise da matrícula dos estudantes com deficiência



Fonte: Representação elaborada pela autora em 2020, com base nos dados do Deed/Inep/MEC.

A inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino do município de Estância só apresenta registros no Censo Escolar a partir do ano de 2007. De 2009 para 2010 houve um aumento de aproximadamente 300%. Em 2011 observa-se uma pequena queda na matrícula, seguida em 2012. Em 2013 um pequeno aumento e de 2015 a 2018 foi aumentando gradativamente a cada ano.

Esses estudantes estão distribuídos entre as 43 unidades escolares municipais de Estância, inseridos nas salas regulares de ensino, nas modalidades educacionais correspondentes a sua faixa etária e/ou grau de desenvolvimento. Aproximadamente 45% dos estudantes especiais frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais e recebem um

Atendimento Educacional Especializado, através das professoras especialistas na Educação Especial, conforme pode-se observar na tabela seguinte:

QUADRO 6 – Relação das salas de recursos multifuncionais e atendimentos realizados na rede pública municipal

Nº	UNIDADE MULTIFUNCIONAL	PROFESSORA	TURNO	QUANT.
01	ESCOLA NILSON B. SOCORRO	EDIVÂNIA CONCEIÇÃO SANTOS	VESPERTINO	09
02	ESCOLA NÚBIA LIMA NASCIMENTO	EDIVÂNIA CONCEIÇÃO SANTOS	VESPERTINO	06
03	ESCOLA DORIJAN DOS SANTOS	JAQUELINE SANTOS TAVARES	MATUTINO VESPERTINO	06 07
04	ESCOLA ZARRIA GABRIEL JASMIM	NAÍZA DANIEL DOS SANTOS	VESPERTINO	10
05	ESCOLA ANA LIMA SANTOS AQUINO	NAÍZA DANIEL DOS SANTOS	VESPERTINO	07
06	ESCOLA JOÃO NASCIMENTO FILHO	RITA DE CÁSSIA DÓREA	MATUTINO	10
07	ESCOLA JOÃO NASCIMENTO FILHO	MARIA JOCIARA S. VIEIRA	VESPERTINO	10
08	ESCOLA MARIA ISABEL NABUCO D'AVILA	MARIA DAS GRAÇAS LIMA DOS SANTOS	MATUTINO	06
09	ESCOLA MARIA ISABEL N. D'AVILA	GUEIDE SILVA ROCHA SANTOS	VESPERTINO	07
10	ESCOLA JÚLIO CÉSAR LEITE	SILVANA PASSOS NASCIMENTO SANTOS	VESPERTINO	11
11	ESCOLA LAURA CARDOSO COSTA	ANTÔNIA M. DE OLIVEIRA MACIEL SANTOS	MATUTINO VESPERTINO	06 11
12	ESCOLA DOM JOSÉ BEZERRA COUTINHO	MARA RÚBIA ANDRADE DE CARVALHO	MATUTINO	09
14	ESCOLA MANOEL FERREIRA	GLEIDE SELMA DE SOUZA SANTOS	MATUTINO VESPERTINO	04
15	ESCOLA DE ED. INF. DAYSE GARCIA	GUEIDE SILVA ROCHA SANTOS	MATUTINO	10
16	ESCOLA ELEONORA PEREIRA LEITE	MARIA DAS GRAÇAS LIMA DOS SANTOS	VESPERTINO	06

Fonte: SEME/2019.

As professoras conseguem realizar um atendimento semanal para atender 135 estudantes, perfazendo um percentual de aproximadamente 45% dos estudantes regularmente matriculados na rede. Sendo assim, o AEE não consegue atingir nem metade da necessidade de estudantes para um apoio pedagógico mais eficaz.

Para que isso acontecesse seria necessário que todas as Salas de Recursos estivessem em pleno funcionamento e também houvesse mais professores com formação específica para o atendimento nas Salas de Recursos.

Apesar das dificuldades enfrentadas o AEE tem sido fundamental para o processo de inclusão educacional nas unidades escolares. As professoras do AEE desenvolvem atendimentos específicos com cada estudante com deficiência em observação a sua necessidade de apoio educacional. Sendo desenvolvidas por elas estratégias diferenciadas para que o processo de aprendizagem seja consolidado. São desenvolvidos e utilizados recursos pedagógicos apropriados para mediar o processo ensino-aprendizagem (ver Fig. 27), bem como selecionadas as TA mais adequadas para atender à necessidade específica de cada estudante com deficiência.

FIGURA 27 – AEE na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Laura Cardoso Costa



Fonte: Registros da autora.



Fonte: Registros da autora.

Observa-se nos trabalhos realizados pelas professoras do AEE (ver Fig. 28) os avanços que os estudantes com deficiência adquiriram no processo de inclusão social, dentro e fora da sala regular de ensino.

FIGURA 28 – SRM da Escola Maria Izabel



Fonte: Registros da autora.

Também é possível perceber os avanços na socialização, aprendizagem e promoção dos estudantes (ver Fig. 29).

FIGURA 29 – SRM da Escola Laura Costa



Fonte: Registros da autora.

Pode-se observar que a Sala de Recursos Multifuncionais dentro da unidade escolar tem sido um espaço de múltiplas oportunidades para além das possibilidades de trabalhar com recursos pedagógicos específicos e com TA adequadas para atender a cada especificidade do estudante com deficiência visando uma aprendizagem significativa. A Sala de Recursos é o ambiente diferenciado que acolhe e que possibilita a aprendizagem do estudante com deficiência.

As professoras do AEE, orientadas pela Diretoria da Educação Especial do município, têm desenvolvido ações de incentivo a inclusão do estudante com deficiência, realizando movimentos de sensibilização nas unidades escolares com gestores e professores, como também com os estudantes, para acolherem, conhecerem um pouco sobre as diferenças e deficiências, para que haja um processo de acolhida humanizada dos estudantes com deficiência e ocorra sua inserção em todas as atividades promovidas pelas escolas.

Assim, são organizados projetos educacionais inclusivos, mobilizações educacionais em prol da inclusão (ver Fig. 30), organização de caminhadas de sensibilização (ver Fig. 31) em datas representativas, a exemplo do Dia do Autismo, Dia Nacional de luta da Pessoa com Deficiência, Dia do Surdo, da pessoa com deficiência física, dentre outras atividades. Todas elas possibilitam o conhecimento à comunidade escolar e à sociedade civil sobre os direitos e possibilidades de aprendizagem da pessoa com deficiência no âmbito educacional e social.

FIGURA 30 – Seminário sobre Autismo



Fonte: Registros da autora.

FIGURA 31 – Caminhada de sensibilização



Fonte: Registros da autora.

As ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação, através da Diretoria de Educação Especial e Professoras do AEE, têm sido eficazes para os avanços no processo de inclusão educacional do estudante com deficiência no âmbito escolar (ver Fig. 32 e 33). São informações que se transformam em conhecimento para gestores, professores e familiares dos estudantes com deficiência.

FIGURA 32 – Seminário sobre Inclusão



Fonte: Registros da autora.

FIGURA 33 – Participação Coral dos Canarinhos



Fonte: Registros da autora.

Além da realização dos Seminários Temáticos, oficinas e caminhadas que envolvem os gestores, professores do AEE e das salas regulares, familiares dos estudantes com deficiência e sociedade civil, a maioria das ações são realizadas dentro da escola, com a comunidade escolar, com o objetivo de fazer do ambiente escolar um local cada vez mais inclusivo.

As unidades que não possuem salas de recursos e consequentemente professoras do AEE, estão limitadas a participarem das atividades da Educação Especial quando estas são ofertadas para toda a rede. Observa-se que nessas unidades as ações para a inclusão não são tão evidentes quanto as outras que são instigadas através do AEE, pelas Professoras desse tipo de atendimento, que incentivam os gestores e colegas professores às ações inclusivas, bem como desenvolvem ações voltadas para a inclusão.

Assim, pode-se afirmar que a Sala de Recurso Multifuncional para a realização do AEE constitui-se no ambiente que instiga o processo de inclusão educacional dos estudantes com deficiência, visto que sem a sala não há a figura da Professora do AEE e esta é uma das maiores incentivadoras e promotoras do processo de inclusão social e educacional do estudante com deficiência na escola.

Constata-se com isso que quando dos investimentos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, em destinar recursos específicos para implantação das Salas de Recursos Multifuncionais e formação de professores para o AEE, objetivava promover através desses recursos e dessa estratégia a inclusão dos estudantes com deficiência. Como em sua totalidade as salas disponibilizadas pelo governo federal não foram de fato implantadas, esse recurso não teve seu objetivo atingido, com isso muitos estudantes estão desassistidos, sem o atendimento específico para promoção de sua aprendizagem de maneira significativa.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE EM ESTÂNCIA

Esta seção apresenta a análise das informações levantadas e construídas na tentativa de compreender qual a importância do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade para formação de gestores e professores da rede pública municipal de Estância e suas contribuições para os avanços no processo da inclusão dos estudantes com deficiência. Buscou-se também perceber a relevância das formações dos gestores e professores para trans(formação) da Educação Especial na perspectiva inclusiva na rede municipal de Estância. Verificou-se os investimentos financeiros recebidos para implantação e manutenção do Programa, o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais e como elas têm contribuído com o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência na sala regular.

O município de Estância, enquanto Polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade recebeu durante o período de implantação do referido Programa verba federal para atender seu objetivo principal que foi realizar a formação dos gestores, professores e ofertar serviço de apoio para efetivação da inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar.

Foram assinados dois Convênios durante o período de 2008 a 2011. O primeiro sob nº 816034/2008 no valor global aprovado de R\$ 257.010,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e dez reais), participando o FNDE com R\$ 254.439,90 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa centavos) e o CONVENIENTE (a Prefeitura Municipal de Estância) com a contrapartida, conforme cláusulas contratuais no valor de R\$ 2.570,10 (dois mil, quinhentos e setenta reais e dez centavos) equivalente a 1% do valor do Convênio.

No primeiro Convênio o recurso financeiro foi dividido em três parcelas de igual valor, sendo liberadas a segunda e terceira parcela de acordo com a prestação de contas das parcelas anteriores, estando em conformidades com as exigências do Convênio. De acordo com o que orienta duas “SUBCLÁUSULAS ÚNICAS” constantes no Convênio que condicionava o recebimento das parcelas, sendo:

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Para o recebimento de cada parcela dos recursos, o CONVENIENTE deverá:

I – manter as mesmas condições exigidas para a celebração do presente instrumento;

II – compor o cumprimento da contrapartida pactuada;

III – atender as exigências para a contratação e pagamento previstos nos arts. 44 a 50 da Portaria Interministerial nº 127/2008;

IV – estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho. (CONVÊNIO nº 816034/2008).

De acordo com o Convênio nº 816034/2008, encontra-se a previsão da liberação das parcelas, sendo a primeira liberada no mês de julho/2008 e as demais conforme especificado no Convênio:

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A liberação dos recursos para os exercícios futuros, será realizada pelo CONCEDENTE, diretamente ao CONVENIENTE, com a seguinte previsão:

Parcela	Ano	Valor(es) em R\$
02	2009	84.813,30
03	2010	84.813,30

Analisando o primeiro Convênio, com o valor maior, dividido em três parcelas, com o objetivo de financiar a formação do público alvo, gestores, professores e serviços de apoio, nos anos de 2008, 2009 e 2010, sendo realizado congressos e seminários temáticos para os profissionais do município de Estância e dos demais municípios compreendidos pelo Polo Estância.

Ao longo dos três anos participaram das formações 788 (setecentos e oitenta e oito) profissionais da educação do município Polo Estância e 220 (duzentos e vinte), dos municípios da área de abrangência, sendo registrado um total de 1.008 (um mil e oito) participantes, entre gestores, professores e serviço de apoio, conforme proposto através do Convênio que deu subsídio a implantação e manutenção do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade. Em 2008 participaram das formações um total de 328 (trezentos e vinte e oito) profissionais, sendo 256 (duzentos e cinquenta e seis) do município Polo Estância e 72 (setenta e dois) dos municípios da área de abrangência.

Dos 21 (vinte e um) municípios da área de abrangência, 18 (dezoito) enviaram participantes, sendo eles Arauá, Boquim, Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Macambira, Pedra Mole, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Santa Luzia do Itanhy, Simão Dias, Tobias Barreto, Tomar do Geru, Umbaúba, Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Santa Rosa de Lima. Não compareceram as formações em 2008 os municípios de Porto da Folha, Riachuelo e Santana do São Francisco.

Em 2009 participaram 360 (trezentos e sessenta) profissionais, sendo 296 (duzentos e noventa e seis) do município Polo Estância e 64 (sessenta e quatro) dos municípios da área de abrangência. Neste ano os municípios de Indiaroba, Simão Dias, Umbaúba, Frei Paulo, Poço Redondo, Riachuelo e Santana do São Francisco não participaram.

Em 2010 participaram 320 (trezentos e vinte) profissionais, sendo 236 do município Polo Estância e 84 (oitenta e quatro) dos municípios da área de abrangência. Os municípios de Indiaroba, Umbaúba, Porta da Folha e Santana do São Francisco não participaram das formações neste ano. Os municípios participantes tiveram direito ao deslocamento, hospedagem e alimentação custeados pelo programa, geralmente eram disponibilizadas duas vagas para cada município polo.

Durante cada exercício (2008, 2009 e 2010) foram realizados o Seminário Regional e Seminários Temáticos e promovida as formações de gestores, professores da sala regular, professores do AEE, técnicos das escolas e da Secretaria da Educação, como também estudantes e pais de estudantes com deficiência.

As estratégias utilizadas para realização dos seminários foram palestras, oficinas, debates, relatos de experiência, exposição de filmes e apresentações artísticas e culturais, conforme informações coletadas através do instrumento de avaliação da implementação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade que faz parte da prestação de contas do programa fornecido ao FNDE.¹⁶

Os eixos temáticos trabalhados em 2008 versaram sobre a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva; Direito das pessoas com deficiência: marcos legais; O ensino comum na perspectiva da Educação Inclusiva: currículo, ensino, aprendizagem, conhecimento e avaliação e Atendimento Educacional Especializado – surdez.

Em 2009 as abordagens temáticas foram sobre: “A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”, o Decreto 6.571/2008 e as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica; Políticas Públicas – gestão da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; A formação continuada de professores na Educação Especial; Salas de Recursos Multifuncionais: oferta do AEE; Acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência.

E em 2010 os seminários tiveram como temática Fundamentos legais e pedagógicos para organização e oferta do AEE; A institucionalização do AEE no Projeto Político Pedagógico; A elaboração do Plano de atendimento individual do estudante; Recursos de TA: apoio a inclusão escolar de estudantes com deficiência e, construindo coletivamente um plano de atendimento educacional especializado.

As temáticas discutidas durante a realização dos seminários foram sugeridas, dentre outros temas, no Plano de Ação que norteava a execução do Programa. Objetivou-se formar os

¹⁶ A cópia do formulário de instrumento de avaliação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que corresponde a parte da prestação de contas, consta em anexo deste trabalho.

gestores, professores e serviços de apoio para a promoção da inclusão no ambiente escolar, através do conhecimento e informação sobre a legislação educacional, políticas públicas para inclusão, conhecimento sobre os tipos de deficiência e orientações para o atendimento educacional especializado.

Para a realização destes Seminários foram firmadas algumas parcerias com a Rede Estadual de Educação, Instituição de Educação Superior, Organismos não Governamental e Conselhos Municipais, essas parcerias visavam a participação de servidores e/ou funcionários para atuarem como palestrantes nos seminários, como também para disponibilizar vaga como participante/cursista nos Seminários.

Nas informações contidas no formulário de avaliação, de acordo com informações cedidas pela Secretaria da Educação de Estância, pode-se constatar avanços obtidos na rede pública como a ampliação de matrículas dos estudantes público alvo da educação especial em classes de ensino regular; ampliação da matrícula da Educação de Jovens e Adultos; acessibilidade no prédio escolar; utilização de novos recursos de TA e desenvolvimento de novas práticas pedagógicas em sala de aula comum.

O segundo Convênio de nº 701545/2011 com valor aprovado de R\$ 181.690,00 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e noventa reais), participando o CONCEDENTE com R\$ 179.873,10 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e três reais e dez centavos) e o CONVENIENTE com R\$ 1.816,90 (um mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos) a título de contrapartida, correspondendo a um percentual de 1% (um por cento).

A liberação do recurso deu-se em parcela única no mês de dezembro de 2011, conforme prescrito no Convênio:

CLAUSULA SÉTIMA – A liberação dos recursos será realizada pelo CONCEDENTE, diretamente ao CONVENIENTE, até o último dia do mês previsto para o repasse, obedecendo ao cronograma de desembolso abaixo:

Finalidade	Parcela	Mês/Ano	Valor(es) em R\$
FORM.DE PROF./PROFIS.DE SERV. E APOIO ESCOLAR			
	01		179.873,10

Com esse recurso foram realizados dois Seminários, com a participação total de 470 profissionais. Em 2011, participaram 282 profissionais, sendo 07 (sete) da Secretaria de Estado, 06 (seis) de Instituição de Ensino Superior, 36 (trinta e seis) dos municípios da área de abrangência e 233 (duzentos e trinta e três) do município Polo Estância. Da área de abrangência

estiveram presentes 18 (dezoito) municípios, nos relatórios não foram identificados os municípios que estavam presentes e nem os que não participaram.

Os eixos temáticos abordados foram sobre Educação para os Direitos Humanos e Cidadania com os temas: Educação em Direitos Humanos; Direitos da Criança e do/da Adolescente; Educação Especial com os temas: AEE para estudantes com deficiência, organização da Educação Bilíngue para estudantes surdos no ensino regular e Políticas Públicas intersetoriais para a eliminação das barreiras que impedem o acesso e permanência de pessoas com deficiência na escola. As estratégias utilizadas para realização do Plano de trabalho foram através de palestras, mesa redonda e minicursos.

Dentre as parcerias efetivadas para realização desse seminário estavam a rede estadual da educação, instituição de ensino superior, organismo não governamental e Ministério Público¹⁷.

Nos avanços obtidos pela rede pública do município polo foram registrados a ampliação de matrículas dos estudantes público alvo da educação especial em classes de ensino regular; ampliação de matrículas da Educação de Jovens e Adultos; redução da taxa de analfabetismo; acessibilidade no prédio escolar; ampliação da oferta do AEE; utilização de novos recursos de TA e desenvolvimento de novas práticas pedagógicas em sala de aula comum. Essas informações constam no relatório de prestação de contas feito ao FNDE pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Estância.

Em 2012 participaram do Seminário do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade 188 (cento e oitenta e oito) profissionais, sendo 10 (dez) da Secretaria de Estado da Educação, 04 (quatro) de instituição do Ensino Superior, 24 (vinte e quatro) dos municípios da área de abrangência e 150 (cento e cinquenta) do município de Estância. Com representação de 12 (doze) municípios estiveram presentes, porém não consta no relatório de prestação de contas quais municípios estavam presentes e quais não estavam.

Nesse último Seminário ofertado pelo programa, os eixos temáticos fomentados foram sobre Educação para os Direitos Humanos e Cidadania, com os temas: Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do/da Adolescente, Relações de Gênero e Diversidade Sexual; Educação ambiental com os temas: i) Organização da gestão, da estrutura física e do currículo para tornar as escolas em espaços educadores sustentáveis, Fundamentos, conceitos e práticas em educação ambiental na escola e Implementação e fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola; ii) Educação de Jovens e Adultos – EJA com os

¹⁷ Informações coletadas do relatório de prestação de contas fornecido pela Secretaria Municipal da Educação de Estância.

temas: Políticas para alfabetização de adultos, EJA no Projeto Político Pedagógicos: ampliação da oferta e melhoria da qualidade e Políticas Educacionais para a Juventude; Educação para as Relações Etnicorraciais com o tema Educação para as relações etnicorraciais; Educação Especial com os temas: AEE para estudantes com deficiência e Políticas Públicas intersetoriais para a eliminação das barreiras que impedem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na escola; Educação do Campo e Quilombola com os temas: Organização pedagógica para as escolas multisseriadas e Formação de professores/as e materiais didáticos na perspectiva intercultural. Nas estratégias utilizadas para abordagem de todos esses eixos e temas foram realizadas palestras, oficinas e mesas redondas.

Nos dois Convênios¹⁸ constam no objeto oferecer curso de formação para gestores e professores, em atendimento ao Plano de Ações Articuladas (PAR), Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

As prestações de contas dos Convênios eram realizadas ao término das ações, seguindo as orientações do FNDE, dentro dos prazos pré-estabelecidos. Todos apresentavam um Plano de Ação pré-estabelecido como norteador das ações. E de acordo com as prestações de contas, todos os itens foram atendidos.

Além dos dois convênios com verbas específicas para a formação dos gestores, professores e serviços de apoio, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade contemplou, através do PAR, as unidades escolares da rede pública municipal de Estância com recursos que foram destinadas para a acessibilidade, modificando a estrutura arquitetônica das unidades escolares, que foram utilizadas para construção de rampas e banheiros para estudantes com deficiência. Como também recursos investidos em imobiliários e materiais didáticos – pedagógicos e tecnológicos destinados para a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, conforme abordado na seção anterior.

Diante dos recursos financeiros investidos para a promoção da inclusão no ambiente escolar, busquei verificar se a inclusão proposta de fato aconteceu. Para verificar se as formações ofertadas para os gestores e professores da rede pública municipal de ensino da cidade de Estância para a promoção de uma Educação Especial, de fato favoreceram o aspecto inclusivo, foi imprescindível ouvir as vozes dos gestores e professores sobre seus conhecimentos a respeito do programa, se participaram das formações propostas e de que maneira participaram, se as formações ofertadas e as temáticas discutidas favoreceram o

¹⁸ Cópia do Convênio nº 816034/2008 e do Convênio nº 701545/2011, constam em anexo deste trabalho, assim como as prestações de contas dos mesmos. As referidas cópias dos documentos foram fornecidas pela Secretaria Municipal da Educação da Estância/Se.

processo de inclusão dos estudantes com deficiência, se estes profissionais atuam diretamente com estudantes com deficiência, se sentem dificuldades em trabalhar a inclusão, como também se percebem sua unidade escolar como uma escola inclusiva.

5.1 Relatos dos gestores e professores sobre o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e suas formações

A metodologia utilizada para abordagem dos sujeitos foi a entrevista semiestruturada, com roteiro elaborado com questões abertas para que os gestores e professores se expressassem livremente. Foram elaborados três roteiros para entrevista, os quais encontram-se em anexo deste trabalho, objetivando adquirir informações mais específicas sobre a atuação de cada profissional.

Participaram das entrevistas 21 profissionais, sendo 07 gestores de unidades educacionais, 07 professores que atuam no AEE, na sala de recursos multifuncionais e 07 professores que atuam na sala regular. As transcrições das entrevistas compõem o anexo desse trabalho.

As entrevistas foram realizadas em 07 (sete) unidades escolares, compondo unidades com Salas de Recursos Multifuncionais, unidades sem salas de recursos multifuncionais, unidades localizadas no centro da cidade, outras em bairros periféricos e uma unidade localizada na zona rural.

Para organização das informações, construí um quadro dos sujeitos entrevistados que apresenta a identificação dos profissionais, sua formação inicial e continuada, unidade de lotação e tempo de serviço, seja na gestão da unidade, como professor na sala de aula regular e também como professor no AEE, na Sala de Recursos Multifuncionais.

QUADRO 7 – Cartografia dos Gestores e Professores participantes da pesquisa

Nº	NOME	FORMAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	CURSOS NA ED. ESPECIAL	UNIDADE DE LOTAÇÃO	FUNÇÃO	TEMPO NA GESTÃO*/ NA REDE**/ NO AEE*** ¹⁹
01	S. P. S. O. Nascimento	Pedagoga	Psicopedagoga/AEE	AEE/Libras	E.M. S. Júlio C. Leite	Gestor	03 anos*
02	Márcia da C. Ferreira Silva	Pedagoga	Gestão Escolar	Libras/Tec. Assistivas	E.M. João Nasc. Filho	Gestor	01 ano*
03	Adenilde Araújo Costa	Letras/Português	Gestão Escolar	-	E.M. D. José B. Coutinho	Gestor	03 anos*
04	Juçanã Francisco dos Santos	Letras/Português	Literatura Brasileira	Libras/Tec. Assistivas	E.M. M ^a Izabel Nabuco	Gestor	03 anos*
05	Edilson Rodrigues dos Santos	Física	Mestrado	-	E.M. Laura C. Costa	Gestor	03 anos*
06	Antônio César de O. Pereira	Educação Física	Gestão em saúde	Autismo	E.M. Prof. Azarias Santos	Gestor	02 anos*
07	Iveta Cruz dos Santos	Pedagogia	Gestão Escolar	Educação Inclusiva	E.M. Profa. J. de Souza	Gestor	17 anos*
08	Valdirene de Andrade Santos	Letras/Português	E.J.A.	-	E.M. S. Júlio C. Leite	Prof. Regular	02 anos**
09	Maria José Vieira Paixão	História	-	-	E.M. S. Júlio C. Leite	Prof. Regular	20 anos**
10	Josiane C. de Souza Santos	Pedagogia e Matemática	Mestrado	AEE	E.M. João N. Filho	Prof. Regular	15 anos**
11	Flávia Luciana R. S. Serafim	Pedagogia e Letras	Gestão Educacional	-	E.M. M ^a Izabel Nabuco	Prof. Regular	15 anos**
12	Rivanda Lima de Souza	Letras/Português	-	-	E.M. João Nasc. Filho	Prof. Regular	32 anos**
13	Francismeire dos Santos Pinto	Pedagogia e Matemática	Educação Matemática	-	E.M. Prof. Azarias Santos	Prof. Regular	15 anos**
14	Cristhiane M ^a da S. Oliveira	Pedagogia	Psicopedagogia	-	E.M. Profa. J. de Souza	Prof. Regular	31 anos**
15	Maria Jociara Souza Vieira	Pedagogia	AEE/Psicopedagogia	Baixa visão/surdez/TEA/Tec. Assistiva	E.M. João N. Filho	Profa. AEE	15 anos** 10 anos***
16	Mara Rúbia Andrade de Carvalho	Pedagogia	Libras/Ed. Inclusiva	AEE	E.M. D. José B. Coutinho	Profa. AEE	07 anos** 04 anos***
17	Rita de Cassia D. Andrade Lima	Pedagogia e Letras/Port.	Psicopedagogia	AEE	E.M. João Nasc. Filho	Profa. AEE	24 anos** 02 anos***
18	Maria das Graças Lima dos Santos	Letras/Português	AEE/Tec. Assistiva	Autismo/Microcefalia/Tec. Assistivas	E.M. M ^a Izabel Nabuco e Eleonora Leite	Profa. AEE	15 anos** 04 anos***
19	Gueide Silva Rocha Santos	Pedagogia	AEE	Autismo/Libras	E.M. M ^a Izabel Nabuco e Madre Tabernáculo	Profa. AEE	15 anos** 07 anos***
20	Antônia M ^a de O. Maciel Santos	Pedagogia e História	Psicopedagogia e Educação Inclusiva	TEA	E.M. Laura C. Costa		33 anos** 05 anos***
21	Gleide Selma de Souza Santos	Pedagogia	Psicopedagogia	Deficiência Intelectual	E.M.Profa.J. de Souza		04 anos** 03 anos***

¹⁹ (*) tempo de atuação na rede enquanto Gestor de unidade escolar.

(**) tempo de atuação na rede como Professor

(***) tempo de atuação na rede como Professor do AEE na Sala de Recursos Multifuncionais

Analisando os profissionais entrevistados observamos que dos 07 (sete) gestores, 03 (três) são licenciados em Pedagogia, 02 (dois) em Letras/Português, 01 (um) em Física e 01 (um) em Educação Física. Apenas um possui especialização na área da Educação Especial, e na formação continuada em cursos de curta duração dos 07 (sete), 05 (cinco) possuem cursos em Educação Especial. O tempo de serviço na gestão varia entre 01(um) a 17 (dezesete) anos.

Dos 07 (sete) professores que atuam nas salas de aula regulares, 04 (quatro) possuem formação inicial em Pedagogia, 02 (dois) em Letras/Português e 01(um) em História. Uma possui especialização na área da Educação Especial, 04 (quatro) possuem em outras áreas e 02 (dois) não possuem especialização. Apenas 01 (um) possui formação continuada em Educação Especial. O tempo de atuação na rede varia de 02 (dois) a 32 (trinta e dois) anos.

Das 07 (sete) professoras que atuam no AEE, 06 (seis) possuem formação inicial em Pedagogia e 01 (uma) Letras/Português. Todas possuem especialização na área da Educação Especial e formação continuada também. O tempo de serviço na rede como professora varia de 04 (quatro) a 33 (trinta e três) anos e especificamente como professora do AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais variam de 03 (três) a 10 (dez) anos.

A realização das entrevistas foi fundamental para ouvir a percepção dos profissionais da educação que compõem a rede pública municipal de ensino da cidade de Estância e, em suas vozes, identifiquei os impactos do Programa na rede de ensino para a consolidação do processo de implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Após uma década do processo de sua implantação, verifiquei como os investimentos na disseminação das políticas públicas da Educação Especial na perspectiva Inclusiva foram relevantes e obtiveram êxito.

Assim, ouvi de gestores, como a Profa. Iveta (2019), há 17 (dezesete) anos como gestora de uma unidade educacional, na zona rural, com 30 (trinta) estudantes com deficiência, a qual afirma que por ter participado das formações continuadas do programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade “[...] deu um norteamento como lidar com as diversidades”. Questionada quanto às maiores dificuldades encontradas para realização da inclusão, a referida gestora afirmou: “[...] a aceitação das limitações dos estudantes por parte de alguns professores”. De acordo com a gestora alguns professores ainda têm resistência em atuar com crianças especiais.

A Professora Iveta (2019) acredita na inclusão e nas possibilidades educacionais dos estudantes com deficiência. E que, em relação ao seu relacionamento com as famílias dos estudantes com deficiência, afirmou: “[...] tenho um relacionamento natural, dialogando sempre que necessário”. Enquanto gestora da unidade afirma reconhecer a sua unidade como inclusiva, e quando questionada sobre o que ela faz para que isso aconteça, disse: “[...] procuro estar sempre

dialogando com os professores e funcionários sobre cada situação”. Para ela o diálogo é primordial para a sensibilização da equipe.

A referida gestora afirmou que a Secretaria da Educação incentiva e apoia o processo de inclusão e sempre que necessário, oferta formações na área da Educação Especial. Questionada em relação à Sala de Recurso Multifuncional, a Profa. Iveta (2019) disse: “A sala está preparada para ser desenvolvido qualquer trabalho voltado para a inclusão”. E em relação à professora do AEE disse que “[...] ela desenvolve para cada especificidade um trabalho com muita dedicação, não só aos estudantes como às famílias”.

Para a Professora Iveta (2019) incluir um estudante com deficiência na escola significa “Contribuir para que esses estudantes possam ter seus direitos assegurados”.

Na mesma unidade escolar ouvi a Professora Cristhiane (2019) que atua há 31 (trinta e um) anos na rede. A professora disse conhecer o programa e ter participado dos cursos de formação, que os mesmos ajudaram no processo de inclusão. No momento a professora não tem estudante com deficiência na sala regular, mas questionada em relação às dificuldades para realizar a inclusão do estudante com deficiência a mesma disse: “[...] adaptação (agregar) conteúdos específicos na sala de aula”, é uma dificuldade para ela.

A Professora Cristhiane (2019) relata que acredita nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, que crê na inclusão, que reconhece sua escola como inclusiva, e quando questionada em relação a sua contribuição para que o ambiente escolar seja inclusivo, disse “[...] procuro ajudar na melhor maneira possível”.

De acordo com a Professora Cristhiane (2019) incluir significa “Agregar para sua área (educar) algo diferente que requer desafios”. A Professora Cristhiane disse que o ato de educar por si só é um grande desafio, e que educar crianças com deficiência é um desafio ainda maior.

Ainda na mesma unidade, entrevistei a Profa. Gleide Selma (2019), que desenvolve suas funções na Sala de Recursos Multifuncionais, atua há 04 (quatro) anos na rede, sendo 03 (três) na sala de recursos. A Professora não conhece o Programa e não participou de nenhum curso na época²⁰. A referida Professora atende 30 (trinta) estudantes com deficiência nessa unidade educacional, sendo deficiências: intelectual, visual, física, TEA e auditiva. Questionada sobre as dificuldades encontradas para realização da inclusão desses estudantes com deficiência, disse: “A aceitação da limitação dos estudantes por parte dos professores, e a realização de atividades diferenciadas, conforme necessidade”. Embora destaque que alguns professores são resistentes e colocam muitas dificuldades para realização de atividades diferenciadas.

²⁰ Vale ressaltar que o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade foi implantado no período de 2003 a 2008 e a referida professora não trabalhava da rede.

Quanto às possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, a professora Gleide (2019), acredita que “[...] todos os seres humanos são capazes de desenvolver a aprendizagem”. Também reafirma acreditar na inclusão “[...] sim, encontramos muitas barreiras, mas com força de vontade tudo é possível”. A Professora Gleide (2019), acredita na inclusão, que sua escola é uma unidade inclusiva, que a gestora da unidade apoia as atividades que ela busca desenvolver com os estudantes com deficiência, disponibilizando recursos e materiais. Em relação aos cursos ofertados pela rede, a professora disse que não são suficientes, que ajuda muito, mas que cursos extras são necessários.

Na Sala de Recursos Multifuncionais a professora utiliza jogos didáticos, materiais lúdicos, livros paradidáticos. Recursos tecnológicos digitais como computador, trabalha com as TDICs, para pesquisas, jogos silábicos e da memória. Para a Profa. Gleide (2019), as TA são importantes no processo de ensino-aprendizagem “[...] extrema importância pois auxilia no desenvolvimento cognitivo”. Gleide (2019) entende que incluir significa: “contribuir para que o estudante com deficiência possa ter as mesmas condições de acesso e permanência que um estudante dito normal, seja nas atividades, na socialização e no desempenho. Como um ser humano dotado de direitos, que faz parte de uma sociedade ampla e justa [sic]”.

O processo de inclusão do estudante com deficiência tem sido desafiador e uma das primeiras barreiras a serem vencidas é a do conhecimento. Para os gestores, assegurar os direitos de cada estudante com ou sem deficiência, é uma obrigação.

Na Escola Maria Izabel N. D’Ávila, em que o Prof. Juçanã atua como gestor há 03 (três anos), encontram-se matriculados 14 estudantes com deficiência, sendo encontradas autismo, TEA, deficiência intelectual, microcefalia. O gestor afirma enfrentar dificuldades para realizar a inclusão, como a falta de recursos e o apoio da família. Ao ser questionado sobre sua contribuição para fazer da unidade um ambiente inclusivo, coloca que “[...] procuro me relacionar com eles, se são bem acolhidos pelos cuidadores, professores e pessoal de apoio”. Embora destaque que ainda existe “[...] algumas resistências por parte de alguns professores por se sentirem incapazes” (JUÇANÃ, 2019).

O Prof. Juçanã (2019) relatou que antes não acreditava na inclusão, mesmo tendo relatado ter participado de algumas formações, mas após a convivência com estudantes com deficiência, constatou que eles são capazes de aprender e que a inclusão pode sim acontecer, que sua unidade é inclusiva, que faz com que todos os estudantes com deficiência participem de todos os eventos e atividades da escola. E que eles se saem muito bem.

Para o referido gestor, para incluir um estudante com deficiência a escola deve, “[...] dentro das suas possibilidades oferecer uma educação de qualidade e igualitária, um bom

convívio social. No AEE trabalhar atividades pedagógicas dentro do limite das possibilidades de cada estudante”[sic] (JAÇANÃ, 2019).

Na Escola em que o Professor Juçanã é gestor, entrevistei a Profa. Flávia, que atua na sala regular. Segundo a professora ela conhece o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, porém nunca participou das formações. A professora tem dois estudantes com deficiência e disse que as maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão são “[...] fazê-lo interagir com os demais educandos, ter subsídios para que o mesmo possa ter as mesmas oportunidades que os demais, apoio de outros profissionais (suporte pedagógico)”.

Para a Profa. Flávia (2019), o sistema é falho, não há acompanhamento. Questionada quanto ao incentivo dado pela Secretaria de Educação para que a inclusão aconteça, a professora disse “Não posso entender incentivo como “matricular o estudante”, incentivar para mim é estar junto no chão da escola” (FLÁVIA, 2019). Sobre o funcionamento da Sala de Recursos da escola em que trabalha a professora Flávia disse que “[...] o estudante é assistido pela profissional da sala mediante suas necessidades e sempre analisadas junto ao professor da sala regular” (2019). Alega existir uma boa relação entre ela, professora da sala regular e a professora do AEE, “[...] com muito diálogo e sempre analisando as melhores formas para serem trabalhadas com estes estudantes e que a aprendizagem possa acontecer” (FLÁVIA, 2019).

Para a Professora Flávia (2019) incluir significa,

Fazer o estudante encontrar-se num ambiente que o propicie subsídios que o encaminharão a sua aprendizagem, ao preparo para o convívio social e profissional e não apenas ocupar uma carteira na sala de aula, ou os corredores da mesma, mas que para isso a escola e seus profissionais possam receber suporte necessário[sic].

Observa-se algumas falas conflituosas, onde a professora alega não ter apoio, porém não participa das formações ofertadas, mas também diz que a escola disponibiliza atendimento na sala de recursos, que tem um bom diálogo com a professora do AEE. Que a direção apoia as atividades, que mantém bom diálogo com a família.

A escola Maria Izabel, onde leciona a Profa. Flávia, tem duas professoras para o AEE na sala de recurso multifuncional. Uma delas é a Profa. Gueide, que atua há 10 anos na Sala de Recursos. A Profa. Gueide (2019) disse em sua entrevista que conhece o programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, que participou de várias formações do Programa, que os cursos agregaram muito conhecimento e ajudaram no processo de inclusão dos estudantes com deficiência, “[...] através dele enxerguei a inclusão com outra visão”.

A professora Gueide (2019) afirmou atender 08 (oito) estudantes nessa unidade, com deficiência intelectual, TEA e microcefalia. Destaca como maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão, a falta de recursos e a família. Ainda não reconhece a sua escola como inclusiva e que existem pontos a serem aprimorados.

Em relação aos recursos utilizados no AEE a Professora afirma utilizar a comunicação alternativa, tecnologia assistiva, jogos, computador, dentre outros. Em relação as TDICs ela utiliza computador e notebook. Assevera a importância da utilização das TA no processo ensino-aprendizagem por “[...] proporcionar ao estudante maior independência, minimizando suas barreiras”. Segundo esta Professora incluir significa “[...] promover uma educação de qualidade e igualitária” (GUEIDE, 2019).

De acordo com a Profa. Gueide (2019), a direção da unidade apoia as atividades que ela desenvolve, “[...] fornecendo na medida do possível, materiais solicitados”. Que a Secretaria da Educação incentiva o processo de inclusão que os cursos ofertados pela rede não são suficientes, que pode ser melhorada a oferta.

A Professora Maria das Graças também atua na Escola Maria Isabel, está há 4 anos na Sala de Recursos, afirmou conhecer o Programa e ter realizado várias formações e que os cursos agregaram conhecimento e a ajudaram no processo de inclusão. Atualmente ela atende 12 (doze) estudantes com deficiência no AEE, estudantes com autismo, síndrome de Down e Paralisia cerebral. No entanto sente algumas dificuldades no atendimento, relacionada à falta de recursos, mas que acredita na inclusão “[...] sei que ainda há muito a ser feito, mas a mesma já acontece em grande parte dos espaços, não só educacional, como também na sociedade”.

A Professora Maria das Graças (2019) disse que sempre realiza momentos de sensibilização na escola para que os estudantes tenham um relacionamento respeitoso e de aceitação com os estudantes com deficiência. Para ela, as TA que utiliza na Sala de Recursos contribuem muito para a aprendizagem dos estudantes com deficiência, “[...] proporciona a pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social” e entende que incluir significa “Criar as condições necessárias para que o estudante possa, dentro das suas possibilidades, usufruir, como cidadãos capazes de suas habilidades e competências”.

Na Escola Prof. Azarias Santos, o Prof. César é gestor há 03 (três) anos, não possui Sala de Recursos Multifuncional, mas tem 05 (cinco) estudantes com deficiência. O gestor da unidade conhece o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, já participou das formações ofertadas e que o conhecimento adquirido o ajudou no processo de inclusão. Para ele, “[...] a formação primeiramente nos mostra como respeitar e depois como agir” (CÉSAR, 2019).

Em relação às dificuldades, César (2019) afirmou: “[...] acredito que seja conscientizar os outros estudantes que todos precisam ser respeitados, independente se “especiais” ou não”. Para o gestor a relação com a família dos estudantes com deficiência é boa, eles acreditam no trabalho que é realizado, o próprio gestor afirma acreditar nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. E disse que sua unidade é inclusiva: “Totalmente. Apesar de não termos sala do AEE, trabalhamos de maneira adequada à necessidade dos estudantes”.

É importante frisar, que muitos gestores e professores denominam a sala de recursos multifuncionais como “sala do AEE”. Para o gestor César (2019) incluir um estudante com deficiência na escola,

É muito mais do que simplesmente aceitar. Incluir é respeitar; incluir é entender que todos somos diferentes; incluir é entender que todos temos algum tipo de deficiência; incluir é proteger; incluir é deixar que o outro manifeste seus problemas, seus desejos, seus dilemas; incluir é permitir o envolvimento fraterno; incluir é acolher, abraçar, confiar (...) [sic].

Percebe-se o entusiasmo do gestor ao falar da inclusão, sensível a situação dos estudantes da sua unidade. Ressalto que a referida unidade foi contemplada pelo Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, com uma Sala De Recursos Multifuncional, porém, a sala foi desativada na gestão municipal anterior.

A Profa. Francimeire (2019), trabalha com o professor César na Escola Prof. Azarias Santos, e ao ser entrevistada disse que conhece o Programa, que já participou das formações, que tem estudante com deficiência, que sua maior dificuldade para realizar a inclusão se dá “Na abordagem de alguns conteúdos, pois se faz necessário buscar métodos diferenciados que contemplem a aprendizagem deles”.

Para esta professora, sua escola é inclusiva porque trata o estudante com afetividade e respeito. E que ela contribui com esse processo quando: “[...] busco tratá-los com equidade, respeitando suas dificuldades e o tempo de aprendizado”. Afirmou que a direção da escola apoia as atividades que desenvolve, disponibilizando recursos didáticos necessários e no relacionamento com os estudantes. Incluir é “[...] respeitar as diferenças. Acredito que todo ser humano possui um talento em alguma área”. Na percepção da Professora ainda existe muita resistência na aceitação do estudante com deficiência na sala de aula regular, não apenas por parte de alguns colegas professores, mas também no relacionamento dos próprios estudantes.

Entendo o ambiente escolar de fato como o local onde se pode vivenciar a diversidade humana, onde se pode aprender a conviver com as diferenças de pessoas diferentes, em vários

aspectos, sejam físicos, cognitivos, emocionais, onde se tem a oportunidade de aprender a respeitar as pessoas como elas são, independente das suas condições.

Para a Profa. Silvânia, gestora da Escola Senador Júlio César Leite, que fica localizada no centro da cidade de Estância incluir um estudante com deficiência significa:

[...] atender e respeitar as especificações de cada estudante com deficiência, transformando o ambiente escolar num espaço para todos, fazendo as adaptações necessárias para garantir o direito a educação desses estudantes na escola. Ter e manter um olhar voltado a diversidade é melhorar a qualidade de vida de várias pessoas (estudantes) que muitas vezes são colocados na segregação dos seus direitos e mutilados na vida social [sic] (SILVÂNIA, 2019).

A Profa. Silvânia (2019) relatou em sua entrevista conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, ter participado das formações do Programa, que os cursos “[...] agregaram vários conhecimentos sobre as diferentes deficiências”. Ter participado das formações ajudaram no processo de inclusão. Na referida unidade, de acordo com a gestora possui 20 estudantes com deficiência, sendo elas intelectual, autismo, deficiência física, síndrome de Down, TDAH, cegueira, surdez, deficiência auditiva.

A professora Silvânia (2019) destaca também uma das maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão refere-se à aceitação da própria família na aceitação da deficiência do seu filho. Outro fator é que a “[...] falta de informação e formação de alguns integrantes da sua equipe pedagógica (professores e técnicos) entre outros profissionais”. Questionada se enquanto gestora reconhece sua unidade escolar como inclusiva, a professora destacou: “[...] reconheço que no decorrer destes 03 anos de gestão nesta unidade de ensino, modificamos o olhar dos professores para a inclusão, buscamos adequar as metodologias e incluímos os estudantes nos mais variados aspectos escolar”.

De acordo com a Profa. Silvânia houve um grande avanço na relação dos professores com os estudantes com deficiência: “[...] percebo que teve um grande avanço, hoje já vemos professores que mudaram as metodologias e alguns que fazem a adequação de atividades”.

A unidade escolar Possui Sala De Recurso Multifuncional e duas professoras para o AEE. A Sala De Recurso é do Tipo II, com materiais específicos para o atendimento de estudantes com deficiência visual.

A Professora Valdirene, atua na Escola Sen. Júlio C. Leite, como professora da sala regular, com a disciplina de Português, nas turmas do 6º ao 9º ano. A Professora relatou ter 10 (dez) estudantes com deficiência e que suas maiores dificuldades estão na transmissão de conteúdos, principalmente para o estudante com cegueira. A professora relatou não conhecer o

programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e não ter participado de nenhuma formação (VALDIRENE, 2019).

Para a Profa. Valdirene (2019), incluir “[...] é respeitar as diferenças, superar limites e compreender lá no fundo, as nossas distintas realidades, mas também é buscar ir além”. Acredita nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, que sua escola é inclusiva porque “[...] há sala adequada para atendimento especial, cuidadores capacitados para lidar com o estudante, professor de Libras que acompanha o estudante nas atividades”.

Quanto a sua percepção sobre o relacionamento entre os estudantes com e sem deficiência a Profa. Valdirene (2019) disse: “[...]o tratamento é normal entre todos. Percebe-se que há uma relação acolhedora e respeitosa”. Relatou também que recebe apoio da Direção da escola e incentivo para a participação de formações por parte da Secretaria da Educação.

A Profa. Maria José (2019), também atua na Escola Sen. Júlio C. Leite, com a disciplina de História e disse conhecer o Programa, mas não participou das formações. Atualmente tem 09 (nove) estudantes com deficiência em suas turmas. Sobre suas dificuldades para realizar a inclusão, alega ser a falta da oferta de formação e ressaltou: “[...] precisamos ter mais formações. As formações priorizam professores que atuam na sala do AEE” (MARIA JOSÉ, 2019). A referida Professora relatou acreditar na inclusão e nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Percebe sua escola como inclusiva e que sua contribuição para que isso aconteça é desenvolver sempre atividades com o envolvimento de todos.

Quando questionada sobre o incentivo dado pela Secretaria da Educação, disse: “Sim. Oferecendo curso de formação”. Porém, disse também que não são suficientes para promover a inclusão no ambiente escolar e completou: “Deveria haver uma capacitação maior. Quando tem cursos, são ofertadas poucas vagas”. Para esta Professora incluir “é fazer com que todos estejam no mesmo espaço, participando das mesmas atividades sem distinções” (MARIA JOSÉ, 2019). A professora relatou que as relações entre família e escola acontece de forma tranquila, através do diálogo, que também percebe uma relação muito boa entre os estudantes com e sem deficiência. A Escola onde a referida professora trabalha possui Sala de Recursos Multifuncional e duas professoras para o Atendimento Educacional Especializado.

Na Escola Dom Coutinho entrevistei a gestora, Profa. Adenilde, que afirmou conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e ter participado das formações ofertadas. Afirmou que o conhecimento adquirido através das formações ajudou no processo de inclusão dos estudantes com deficiência em sua unidade e disse: “Através dessa formação passamos a ter um maior conhecimento da realidade e limitações desses estudantes e também dos métodos para poder ajudá-los” (ADIENE, 2019).

Para a gestora as maiores dificuldades encontradas para proporcionar a inclusão no ambiente escolar é o sentimento de despreparo observado pelas escolas e professores: “[...] se consideram incapazes de atuar nas mais diversas situações na sala”. Afirmar acreditar na aprendizagem do estudante com deficiência, na inclusão desse estudante no ambiente escolar “[...] sabendo que incluir crianças com deficiência nas salas regulares depende de um trabalho diferenciado do educador e muitas ferramentas de auxílio”, afirmou a gestora Adenildes (2019).

A unidade escolar possui sala de recursos multifuncional, que para a gestora tem uma estrutura razoável, mas que consegue atender as necessidades dos estudantes com deficiência, pois possui: “[...] bons materiais de apoio pedagógico específico para cada deficiência”. De acordo com Adenilde (2019), incluir “Significa incluir a criança/jovem na interação social, respeitando suas limitações e necessidades”. A unidade escolar atende estudantes com síndrome de Down, surdez, autismo e paralisia cerebral.

A professora que atua no AEE da Escola Dom Coutinho, Professora Mara Rubia (2019), possui deficiência auditiva, atua como professora na rede há 07 (sete) anos e na Sala de Recursos Multifuncionais há 04 (quatro) anos. Na entrevista disse conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e ter participado de algumas formações. A sua unidade tem 29 (vinte e nove) estudantes com deficiência e ela atende 12 (doze) estudantes, sendo autistas, surdos, Down, TDAH e com paralisia cerebral.

Sua maior dificuldade é “A falta de transporte para deslocar os estudantes em turno contrário” disse Mara Rubia (2019), para que estes frequentem a Sala de Recurso. Ela disse acreditar sim nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Que é um trabalho de “formiguinha”.

A Profa. Mara Rubia (2019) afirmou que acredita na inclusão, que “[...] já avançamos muito”. A professora disse que utiliza recursos tecnológicos como jogos online, atividade interativa utilizando a internet. Mas, disse também que ainda faltam muitos recursos. Para esta Professora incluir significa “[...] acolher, incluir, valorizar, encorajar para que o amor seja presente constante entre estudantes especiais e ‘dito normais’ ” (MARA RUBIA, 2019).

No ano de 2019 a Professora Mara Rúbia também foi convidada pela Secretaria da Educação para ministrar cursos de Libras para Professores e demais profissionais da rede, onde foram formadas cinco turmas e formados aproximadamente 155 profissionais no curso básico de Libras e assim pode contribuir na formação de mais professores em Libras.

A professora Márcia atua como gestora em uma das maiores unidades da rede pública municipal de ensino da cidade de Estância, a Escola João Nascimento Filho, localizada no centro da cidade. Está na direção há 01 (um) ano, disse conhecer o Programa e ter participado das

formações propostas através do mesmo, que estes cursos agregaram conhecimento que favoreceram o seu trabalho na proposta de gerir uma escola inclusiva e afirmou: “Como a escola é um local de inclusão, temos que estar minimamente aptos a saber lidar com as diversidades” (MÁRCIA, 2019).

Na unidade em que a gestora Márcia atua estão matriculados 18 (dezoito) estudantes com deficiência, sendo as deficiências: auditiva, deficiência intelectual, síndrome de Down, surdos, autista. Dentre as dificuldades encontradas para realizar a inclusão, destacou: “[...] as salas de aula com grande quantidade de estudantes, com isso torna o trabalho do professor com mais dificuldades de dar atenção aos deficientes” (MÁRCIA, 2019). Questionada se acredita nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, disse: “Sim. Desde que escola e família andem lado a lado e a sua casa também se torne um local de estímulo à aprendizagem” (MÁRCIA, 2019). Para esta gestora, “[...] para muitos” o ambiente escolar, “[...] é o único local onde pode viver a socialização com outras pessoas” (MÁRCIA, 2019).

A unidade escolar em que atua possui Sala de Recursos Multifuncionais e duas Professoras para o AEE. De acordo com a diretora a sala é estruturada e atende as necessidades de seus estudantes com deficiência. Que sua unidade é inclusiva, que possui bom relacionamento com os familiares dos estudantes com deficiência, que sente a ausência de alguns, que não participam das reuniões e pouco comparecem na escola. Para Marcia (2019) incluir um estudante com deficiência significa, “[...] dar possibilidades de convivência com outros, como também estimular a aprendizagem de acordo com a sua necessidade, utilizando meios que facilitem a interação social”.

Na mesma unidade escolar entrevistamos a Professora Rivanda (2019), que afirmou conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, mas que não participou de nenhuma formação ofertada. A Professora disse ter 04 (quatro) estudantes com deficiência em suas turmas, e que as maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão desses estudantes é a falta de recursos, geralmente trabalham com materiais improvisados e reciclados.

A Professora Rivanda (2019) disse que acredita na inclusão e nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, que sua escola é inclusiva, mas que “[...] falta muitas atitudes para que essa inclusão seja mais proveitosa”. Que enquanto professora “[...] trabalha a afetividade e respeito. Realizo as atividades de integração, dialogo, atividades adaptadas sobre o conteúdo” (RIVANDA, 2019). Para a Professora a relação entre os estudantes é de respeito e carinho, que isso contribui para a inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

A Professora Rivanda (2019) relatou que sente muito a ausência dos pais das crianças com deficiência na escola e que isso dificulta muito o trabalho. Em relação à Sala de Recursos, a Profa. Rivanda (2019) disse que interage com as professoras do AEE, sendo auxiliada por elas em estratégias e atividades para trabalhar com os estudantes com deficiência em sala de aula. Relatou que os professores das disciplinas específicas, que lecionam Português, a exemplo dela, sentem mais dificuldade para ensinar estudantes com deficiência intelectual.

A Professora Josiane (2019) também leciona na mesma unidade disse conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e confirmou ter participado de “todas” as formações ofertadas. A professora disse que no ano de 2019 não teve estudante com deficiência, mas que sempre teve e sua maior dificuldade era a falta da presença da família na escola. Quando questionada se acredita nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência afirmou: “[...] em alguns casos sim, em outros existe muito mais a integração que a inclusão”. (JOSIANE, 2019). Ela acredita na inclusão no ambiente escolar, mas não em sua totalidade e não reconhece sua escola como inclusiva e justificou: “[...] porque a maioria dos professores não formulam suas aulas pensando nos estudantes com deficiência”.

Ainda de acordo com a Professora Josiane (2019) a Sala de Recursos ajuda bastante os professores da sala regular porque existe um diálogo com as professoras do AEE para buscar recursos para ensinar os estudantes com deficiência. Em sua concepção incluir significa: “[...] compreender as necessidades específicas de cada indivíduo” e dar a eles as condições necessárias para aprender. A referida professora possui especialização em AEE e já trabalhou em Sala de Recursos Multifuncionais e atualmente leciona a disciplina de Matemática nas turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A Professora Rita de Cássia atua no magistério municipal há 24 (vinte e quatro) e atua há 02 (dois) anos na Sala de Recursos como professora do AEE. Disse conhecer o Programa em estudo e participou de várias formações e reconhece que os cursos agregaram conhecimento que garantiram, para ela, práticas para um ensino inclusivo. Assim afirmou: “Com as formações, as teorias aliadas à prática ajudam a enfrentar os problemas no ambiente escolar” (RITA DE CÁSSIA, 2019). Ela atua na Escola João Nascimento Filho e possui 18 estudantes com deficiência. Atende 10 (dez) deles, os quais possuem deficiência intelectual.

De acordo com a professora Rita de Cássia (2019) as maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão são a falta de conhecimento de alguns colegas sobre o funcionamento do AEE, falta de comprometimento dos pais ou responsáveis pelos estudantes e percebe que os estudantes estão integrados a escola, mas não totalmente incluídos.

A Professora Rita disse que acredita nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes, desde que lhes deem condições. Em relação à percepção quanto a sua unidade escolar ser inclusiva, “Quase sempre. Ainda precisa melhorar. A sala de aula precisa ser um ambiente onde a prática de ensino inclusivo garanta o aprendizado do estudante com deficiência”. Os recursos mais utilizados pela professora no AEE na Sala de Recursos Multifuncionais, são jogos pedagógicos, de sucata, sites educativos, atividades adaptadas, trabalha com recursos tecnológicos como computadores, softwares, aplicativos de jogos e áudio livro.

Para Professora Rita (2019) as TA têm uma importância muito grande no ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, pois promovem autonomia, aprendizagem lúdica e interdisciplinar. Neste sentido, incluir os estudantes com deficiência no ambiente escolar significa: “[...] integrar estudantes com deficiência em ambientes, considerando suas particularidades como diversidade e não como problema” (RITA, 2019).

A Professora Rita (2019) ressaltou que os estudantes com e sem deficiência se relacionam de maneira respeitosa, assim como ocorre a relação entre ela, enquanto professora do AEE e os professores da sala regular. Os professores que procuram o AEE e partilham as dificuldades encontradas para ensinar, buscam auxílio, solicitam ajuda. A Professora Rita (2019) relatou sentir a falta de mais oferta de formação, principalmente para se trabalhar com as deficiências intelectuais, falta melhorar a estrutura da sala do AEE assim como também faltam recursos tecnológicos.

A Professora Jociara (2019) atua na Sala de Recursos Multifuncionais e dos 15 (quinze) anos que atua na rede municipal, há 10 (dez) está no AEE. A Professora relatou conhecer o Programa, destacou que ele foi de grande importância para sua formação profissional, que participou de várias formações ofertadas pelo Programa. Atende atualmente 10 (dez) estudantes com deficiência, sendo deficiência intelectual, baixa visão, perda auditiva e autismo. Questionada quanto às maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão do estudante com deficiência, ela relatou:

Acredito que o processo de inclusão é um desafio que contempla a realização de práticas pedagógicas, considerando as especificidades dos estudantes. São muitas as dificuldades para que a inclusão seja real, ou seja a precariedade dos espaços físicos, carência de materiais pedagógicos, falta de profissionais de apoio, ausência do acompanhamento dos pais na escola, bem como a falta de formação dos professores. Sabemos que muito tem sido feito em relação as formações, mas, são poucos docentes que atuam na área e muitos não querem, alguns por medo, receio, preconceito e falta de um olhar diferenciado e humanizado para com o outro [sic] (JOCIARA, 2019).

A Professora Jociara (2019) disse que acredita na inclusão, mas que a mesma segue a passos de “formiguinha”, e que por mais que todos saibam que é um direito do estudante, ainda há muito que se fazer para que as mudanças aconteçam. Que os estudantes com deficiência têm possibilidades de aprendizagem, mas para que isso aconteça apresenta alguns critérios:

[...] é preciso trabalhar para e pela diversidade, reformular os princípios, metas e currículos. Na verdade, a valorização e incentivo da potencialidade do estudante faz com que o mesmo possa ter desenvolvimento pleno de sua capacidade. E para que o estudante possa realmente ser incluído o professor precisa mudar de postura, avaliar o estudante de forma dinâmica e acreditar na potencialidade do estudante [sic] (JOCIARA, 2019).

Ainda de acordo com a Professora a escola que atua ainda não é inclusiva e assim afirmou:

Ainda existe muito a se fazer para que seja de fato inclusiva. Não me refiro ao olhar de todos que fazem a escola (porteiro, executores, direção, funcionários). Todos acolhem com carinho e respeito os nossos estudantes. Porém, para que realmente seja incluído em suas atividades pedagógicas falta muito. E a principal de todas é a mudança (adaptação curricular). Por ser uma escola de fundamental maior, exige do professor elaborar atividades e conteúdos diferenciados para que o estudante desenvolva suas habilidades e isso ainda é uma utopia [sic] (JOCIARA, 2019).

Para a Professora Jociara a mudança atitudinal dos colegas é muito importante para que de fato o processo de inclusão aconteça. E muitas lacunas precisam ser preenchidas. Ela disse que sempre está sensibilizando os colegas professores, que dialoga muito com eles sobre “[...] o olhar para com o estudante, bem como a necessidade de adaptação curricular e de avaliação”. Acredita que são aspectos essenciais para um bom desempenho na escola.

A Professora Jociara (2019) considera que as relações entre os estudantes com e sem deficiência são excelentes, que a inclusão, para ela, traz ganhos não somente para os estudantes com deficiência, mas também para todos que convivem com eles. A direção da escola apoia os trabalhos, disponibilizando materiais, incentivando a participação nas atividades, que a secretaria de educação contrata pessoal de apoio como cuidadores, interpretes e isso ajuda consideravelmente.

Em relação aos recursos utilizados pela professora Jociara (2019) relatou os recursos de TA, softwares, jogos educativos e pedagógicos e materiais adaptados e seu próprio celular baixando aplicativos que são utilizados com estudantes autistas.

As maiores dificuldades encontradas segundo a Professora Jociara (2019), para realizar o AEE está na precariedade de xerox e estrutura física. E definiu na sua concepção o que para ela significa incluir com três “A” – “Acolher, Acreditar e Agir” (JOCIARA, 2019).

Assim, percebi que a Escola João Nascimento Filho atende a um público do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, dentre as dificuldades relatadas pelas professoras do AEE está o diálogo com os professores para adaptação curricular.

Também participou da entrevista o gestor da Escola Laura Cardoso Costa, Professor Edilson. A escola está localizada no maior bairro da cidade de Estância e que tem a maior quantidade de estudantes matriculados no ensino fundamental e EJA. O Professor Edilson (2019) afirmou conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e ter participado de algumas formações, às quais lhe agregou bastante conhecimento.

Na Escola Laura C. Costa, estão matriculados 41 (quarenta e um) estudantes com deficiência, sendo autismo, deficiência intelectual, TDAH, Osteogênese, Síndrome de Down. As maiores dificuldades encontradas pelo gestor Edilson (2019) é a ausência da família, falta de estrutura e recursos na escola e de profissionais qualificados. Mas, que apesar das dificuldades reconhece sua unidade como inclusiva e que seus estudantes são tratados com carinho.

A unidade tem Sala de Recursos Multifuncionais e duas professoras para o AEE. Os profissionais são capacitados e realizam um atendimento satisfatório, desenvolvendo atividades diferenciadas em atendimento a cada especificidade e com isso tem obtido bons resultados. O gestor Edilson (2019) acredita nas possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, e que o ambiente escolar pode ser um espaço inclusivo. Enquanto gestor ele afirmou: “[...] procuro proporcionar um ambiente incluso com atividades especiais para cada um”. Em sua compreensão incluir significa: “Atender as necessidades especiais que cada estudante possua, transformando a escola em um espaço para todos” (EDILSON, 2019).

A professora Antônio Maria atua na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Laura C. Costa há 05 (cinco) anos dos 33 (trinta e três) anos que atua como professora na rede. Disse não conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, mas quando questionada sobre ter participado das formações do referido Programa, disse que sim, que participou e que essas agregaram conhecimento que proporcionou a inclusão dos estudantes com deficiência na sua unidade.

De acordo com a Professora Antônio Maria (2019), ela presta atendimento a 17 alunos com deficiência, atendendo estudantes com TEA, deficiência intelectual, TDAH, Osteogênese, síndrome de Down, Paralisia cerebral, síndrome Hipercinética. Dentre as maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão, a Professora Antônio Maria (2019) considerou a ausência

da família, a estrutura da unidade escolar, falta de conhecimento dos colegas profissionais, falta de parceria com outros profissionais da área da saúde.

A Professora Antônia Maria (2019) relatou que a gestão da escola se esforça para apoiar a inclusão disponibilizando recursos, materiais pedagógicos, apoio da equipe técnica da unidade. Disse também que a Secretaria da Educação incentiva e oferta formação continuada, mas que estes ainda não são suficientes. Por sua unidade ser grande e ter muitos professores, percebe a falta de preparo por parte de muitos deles que percebe: “[...] baixa expectativa dos professores com relação a aprendizagem” dos estudantes com deficiência. Para a referida professora “Representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade e a participação igualitária de todos os membros de uma sociedade”.

Com as entrevistas constatei que o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade foi determinante para que o processo de inclusão dos estudantes com deficiência acontecesse na rede pública municipal de ensino de Estância. Que através do programa muitos professores puderam conhecer sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar e sobre os recursos que poderiam utilizar como estratégias de ensino, com base na legislação específica da inclusão da pessoa com deficiência, para que essas tenham asseguradas suas matrículas nas escolas comuns, nas salas regulares de ensino, com direito aos apoios educacionais que necessitarem.

A seguir apresento uma análise dos discursos e dos investimentos recebidos pela Secretaria da Educação do município de Estância, referente ao processo de implantação do referido Programa, das formações dos professores e gestores, da implantação das salas de recursos, com ponderações acerca da falta de política pública local e das discontinuidades das políticas públicas governamentais para o setor em estudo.

5.2 Do discurso a prática: análise dos investimentos e relatos dos gestores e professores sobre o programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade

Após análise dos documentos fornecidos pela Secretaria da Educação do município de Estância, pude verificar que durante os primeiros anos de implantação e implementação do Programa foram realizados Seminários e ações para consolidação do processo de inclusão, principalmente entre os anos de 2008 a 2012, houve investimentos financeiros para formação de gestores e professores, para adaptação da estrutura arquitetônica das escolas o que proporcionou a acessibilidade nas unidades escolares e a implantação das salas de recursos multifuncionais.

Constatei uma significativa quantidade de profissionais partícipes das formações os quais adquiriram conhecimentos específicos e diversos sobre as políticas públicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência. Profissionais do município Polo, Estância, e dos municípios da área de abrangência.

De 2013 a 2017 não foram recebidos recursos para manutenção do Programa, assim não há registros de formação continuada e nem de investimentos específicos na Educação Especial, não havendo manutenção das Salas de Recursos Multifuncionais e formação específica para professores no AEE, como também faltou incentivo para professores atuarem nas Salas de Recursos, com isso muitas salas foram fechadas e o atendimento aos estudantes com deficiência foi comprometido e interrompido.

Nesse recorte temporal verifiquei que houve uma descontinuidade do Programa e que muitas lacunas foram deixadas. Durante esse período foi observado também que algumas salas de recursos foram desativadas, sendo interrompido o Atendimento Educacional Especializado. Foi constatado também através da observação in loco que alguns mobiliários e equipamentos dessas salas não foram localizados e outros distribuídos em setores diversos das unidades escolares, como secretarias das escolas e salas de aulas regulares, sendo que deveriam estar na constituição de Salas de Recursos Multifuncionais, conforme prescrito no Convênio que rege o Programa.

Em 2017, das 22 (vinte e duas) salas de recursos ora contempladas pela rede pública municipal de ensino de Estância, através do Programa, apenas 05 (cinco) estavam em funcionamento. Em 2018, 05 (cinco) Salas de Recursos Multifuncionais foram reativadas perfazendo um total de 10 (dez) em funcionamento. A Secretaria Municipal da Educação incentivou professores a atuarem nas Salas de Recursos no AEE e com recursos próprios realizou dois Seminários temáticos voltados para inclusão do estudante com deficiência, tendo como temas o Autismo e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais. E em 2019 mais 05 (cinco) Salas de Recursos foram reativadas, totalizando 15 (quinze) em pleno funcionamento. Foram realizados também dois seminários temáticos, oficinas, caminhadas de sensibilização, dentre outras ações para promoção de inclusão do estudante com deficiência.

Analisando os dados coletados através de documentos e das entrevistas realizadas com profissionais da educação, pude constatar que durante o período de fomentação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade foi de fundamental importância para que as unidades escolares recebessem os estudantes com deficiência no ambiente escolar, na sala regular. Os

estudantes com deficiência foram integrados ao sistema educacional da rede pública nas salas comuns.

As formações mobilizaram o processo de inclusão e desacomodou as escolas no sentido de ter que buscarem adequações necessárias para acolherem os estudantes que começavam a chegar. Porém, as descontinuidades dos investimentos e ações do Programa fizeram com que o processo de inclusão não acontecesse de forma plena, mas é preciso reconhecer que muitas conquistas foram alcançadas, através de um processo extenso e lento, com luta e sofrimento.

A lacuna deixada entre o período de 2013 a 2017 parece ter tido um efeito analgésico, a impressão que se tem é que as formações realizadas não deram preparação para a inclusão. A preparação esperada para acolhida do estudante com deficiência ainda não acontece com segurança para o desenvolvimento das atividades educacionais. A inclusão social está sendo melhor trabalhada, a educacional ainda é integradora a partir do momento que o professor não desenvolve estratégias diferenciadas de ensinar dentro das condições de aprender de cada estudante com deficiência, respeitando suas limitações e acreditando nas suas possibilidades.

No quadro seguinte apresento analisar alguns relatos dos entrevistados no que se refere ao programa e as formações proporcionadas, sendo objetivo do Programa a preparação do ambiente escolar para receber os estudantes com deficiência nas escolas regulares através da formação de gestores e professores para transformação da escola em um ambiente inclusivo. Buscou modificar e adequar a estrutura arquitetônica, implantou Salas de Recursos Multifuncionais e formou professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

QUADRO 8 – Síntese das entrevistas realizadas com gestores e professores da rede pública municipal de ensino de Estância/Se²¹

Nº	NOME	CONHECE O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE?	JÁ PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES DO REFERIDO PROGRAMA?	O CONHECIMENTO ADQUIRIDO ATRAVÉS DAS FORMAÇÕES OFERTADAS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE AJUDARAM VOCÊ NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?	QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?	O QUE VOCÊ FAZ PARA CONTRIBUIR COM UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	NA SUA CONCEPÇÃO O QUE SIGNIFICA INCLUIR?
01	Silvânia	Sim	Sim	Ajudaram muito, porque a partir do momento em que conhecemos um pouco sobre as deficiências nos faz ter um olhar mais inclusivo e inovar nas metodologias.	Uma das principais dificuldades é a aceitação da família a respeito da deficiência dos entes familiares. Como também a falta de formação e informação de membros da equipe pedagógica (professores, técnicos) entre outros profissionais.	Busco sempre manter o diálogo com todos os pares da escola e motivo para que os docentes participem de formação referente a inclusão.	Significa atender e respeitar as especificações de cada aluno deficiente, transformando o ambiente escolar num espaço para todos, fazendo as adaptações necessárias para garantir o direito a educação desses estudantes na escola. Ter e manter um olhar voltado a diversidade é melhorar a qualidade de vida de várias pessoas (estudantes) que muitas vezes são colocados na segregação dos seus direitos e mutilados na vida social.
02	Márcia	Sim	Sim	Sim. Como a escola é um local de inclusão, temos que estar minimamente aptos a saber lidar com as diversidades.	As salas de aulas com grande quantidade de estudantes, com isso torna o trabalho do professor com mais	Fazendo com que todos se sintam iguais, independente da cor, raça, opção religiosa, etc.	Dar possibilidades de convivência com outros, como também estimular a aprendizagem de acordo com a sua necessidade,

²¹ As entrevistas realizadas com os Gestores constavam de 23 (vinte e três) questões. A dos Professores da sala regular continham 26 questões e as das Professoras do AEE continham 30 (trinta) questões. A variante se deu de acordo com as questões de abordagem específicas para cada função desempenhada por cada cargo. Neste quadro foram selecionadas as questões de abordagem condizentes para todas as funções que nos apresentasse um panorama do conhecimento dos entrevistados sobre o Programa estudado e seu impacto no âmbito escolar.

					dificuldades de dar atenção aos deficientes.	Que sejam eficientes ou deficientes.	utilizando meios que facilitem a interação social.
Nº	NOME	CONHECE O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE?	JÁ PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES DO REFERIDO PROGRAMA?	O CONHECIMENTO ADQUIRIDO ATRAVÉS DAS FORMAÇÕES OFERTADAS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE AJUDARAM VOCÊ NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?	QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?	O QUE VOCÊ FAZ PARA CONTRIBUIR COM UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	NA SUA CONCEPÇÃO O QUE SIGNIFICA INCLUIR?
03	Adenilde	Sim	Sim	Com certeza. Pois através dessa formação passamos a ter um maior conhecimento da realidade e limitações desses alunos e também dos métodos para poder ajudá-los.	As nossas escolas e os nossos professores vêm se sentindo cada vez mais despreparados, consideram-se incapazes de atuar nas mais diversas situações na sala.	É frequente o uso de filmes e palestras entre outros recursos que demonstrem a diversidade para conscientização da inclusão.	Significa incluir a criança/jovem na interação social, respeitando suas limitações e necessidades.
04	Juçanã	Sim	Sim	Sim. Passei a vê-los com outro olhar, antes achava que não haveria inclusão.	Falta de recursos, apoio da família.	Procuro me relacionar com eles, se são bem acolhidos pelos cuidadores, professores e pessoal de apoio.	A escola dentro das suas possibilidades oferece uma educação de qualidade e igualitária, um bom convívio social, no AEE trabalhar atividades pedagógicas dentro do limite das possibilidades de cada estudante.
05	Edilson	Sim	Sim	Sim	Ausência da família, falta de estrutura e recursos nas escolas e profissionais qualificados.	Procuro proporcionar um ambiente inclusivo com atividades especiais para cada um.	Atender as necessidades especiais que cada estudante possua, transformando a escola em um espaço para todos.
06	Antônio	Conheço.	Sim	Sim. A formação primeiramente nos mostra como respeitar e depois como agir.	Acredito que seja conscientizar os outros estudantes que todos precisam ser respeitados, independente se “especiais” ou não.	Primeiramente, respeitamos. Buscando apoio com a Secretaria Municipal da Educação.	É muito mais do que simplesmente aceitar,. Incluir é respeitar; incluir é entender que todos somos diferentes; incluir é entender que todos temos

							algum tipo de deficiência; incluir é proteger; incluir é deixar que o outro manifeste seus problemas, seus desejos, seus dilemas; incluir é permitir o envolvimento fraterno; incluir é acolher, abraçar, confiar...
Nº	NOME	CONHECE O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE?	JÁ PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES DO REFERIDO PROGRAMA?	O CONHECIMENTO ADQUIRIDO ATRAVÉS DAS FORMAÇÕES OFERTADAS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE AJUDARAM VOCÊ NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?	QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?	O QUE VOCÊ FAZ PARA CONTRIBUIR COM UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	NA SUA CONCEPÇÃO O QUE SIGNIFICA INCLUIR?
07	Iveta	Sim	Sim	Sim. Porque nos deu um norteamento de como lidar com as diversidades.	A aceitação das limitações dos estudantes por parte de alguns professores.	Procurando está sempre dialogando com os professores e funcionários sobre cada situação.	Contribuir para que esses alunos possam ter seus direitos assegurados.
08	Valdirene	Não	Não	-	Transmissão de conteúdo, principalmente para os alunos com cegueira.	Sempre fazendo atividades em sala que incluam os estudantes.	É respeitar as diferenças, superar limites e compreender lá no fundo as nossas distintas realidades, mas também é sentir e buscar ir além.
09	Maria José	Sim	Não	-	Precisamos ter mais formações. As formações priorizam professores que atuam na sala do AEE.	Procurando fazer atividades em que todos estejam envolvidos.	É fazer com que todos estejam no mesmo espaço, participando das mesmas atividades sem distinção.
10	Josiane	Sim	Sim. Todos.	Sim	Para mim o diálogo com a família, pois me ajudaria com as atividades desta classe.	Esse ano não tenho estudante com deficiência, mas procuro dialogar com todos eles na escola.	Para mim incluir é compreender as necessidades específicas de cada indivíduo.

Nº	NOME	CONHECE O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE?	JÁ PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES DO REFERIDO PROGRAMA?	O CONHECIMENTO ADQUIRIDO ATRAVÉS DAS FORMAÇÕES OFERTADAS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE AJUDARAM VOCÊ NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?	QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?	O QUE VOCÊ FAZ PARA CONTRIBUIR COM UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	NA SUA CONCEPÇÃO O QUE SIGNIFICA INCLUIR?
11	Flávia	Sim	Não	-	Fazê-lo interagir com os demais educandos, ter subsídios para que o mesmo possa ter as mesmas oportunidades que os demais, apoio de outros profissionais (suporte pedagógico).	Procuro acolher este estudante, pesquiso sua bagagem e aspectos familiares.	Fazer o aluno encontrar-se num ambiente que o propicie subsídios que o encaminharão a sua aprendizagem, ao preparo para o convívio social e profissional e não apenas ocupar uma carteira na sala de aula, ou os corredores da mesma, mas que para isso a escola e seus profissionais possam receber suporte necessário.
12	Rivanda	Sim. Ótimo, visto que oferece um apoio pedagógico para os gestores e educadores para que aceitem e acompanhem o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência.	Não	-	Recursos para o trabalho pedagógico, os quais não existem. Trabalhamos com materiais improvisados e reciclados.	Trabalho a afetividade e respeito. Realizo atividades de integração, dialogo e atividades adaptadas sobre o conteúdo.	Incluir é aceitar o outro como ele é. Eliminar barreiras que possam obstruir o processo de escolarização desse estudante – indivíduo.
13	Francismeire	Sim	Sim	Sim	Na abordagem de alguns conteúdos, pois se faz necessário buscar métodos diferenciados que contemplem a aprendizagem deles.	Busco tratá-los com equidade respeitando suas dificuldades e o tempo de aprendizado.	Respeitar a diferenças. Acredito que todo ser humano possui um talento em alguma área.

Nº	NOME	CONHECE O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE?	JÁ PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES DO REFERIDO PROGRAMA?	O CONHECIMENTO ADQUIRIDO ATRAVÉS DAS FORMAÇÕES OFERTADAS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AJUDARAM VOCÊ NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?	QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?	O QUE VOCÊ FAZ PARA CONTRIBUIR COM UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	NA SUA CONCEPÇÃO O QUE SIGNIFICA INCLUIR?
14	Cristhiane	Sim	Sim	Sim	Adaptação (agregar) conteúdos específicos na sala de aula.	Procuro ajudar da melhor maneira possível.	Agregar para sua área (educar) algo diferente que requer desafios.
15	Mª Jociara	Sim	Sim	Com certeza.	Acredito que o processo de inclusão é um desafio que contempla a realização de práticas pedagógicas, considerando as especificidades dos alunos. São muitas as dificuldades para que a inclusão seja real, ou seja a precariedade dos espaços físicos, carência de materiais pedagógicos, falta de profissionais de apoio, ausência do acompanhamento dos pais na escola, bem como a falta de formação dos professores. Sabemos que muito tem sido feito em relação as formações mas, são poucos docentes que atuam na área e muitos não querem, alguns por medo, receio, preconceito e falta de um olhar diferenciado e humanizado para com o outro.	Conversamos com os colegas (professores) sobre o olhar para com os estudantes, bem como a necessidade de adaptação curricular e de avaliação.	Defino incluir com 3ºAs” Acolher Acreditar Agir

Nº	NOME	CONHECE O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE?	JÁ PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES DO REFERIDO PROGRAMA?	O CONHECIMENTO ADQUIRIDO ATRAVÉS DAS FORMAÇÕES OFERTADAS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE AJUDARAM VOCÊ NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?	QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?	O QUE VOCÊ FAZ PARA CONTRIBUIR COM UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	NA SUA CONCEPÇÃO O QUE SIGNIFICA INCLUIR?
16	Mara	Sim	Não	Sim. Com certeza.	A falta de transporte para deslocar os estudantes em turno contrário.	Busco adquirir aprendizagem para contribuir com meus estudantes e pais.	Acolher, incluir, valorizar, encorajar para que o amor seja presente constante entre estudantes especiais e “dito normais”.
17	Rita	Sim, tem o objetivo de apoiar a formação de educadores para a transformação do ambiente escolar em ambiente inclusivo	Sim. Várias formações continuadas.	Sim. Com as formações, as teorias aliadas a prática ajudam a enfrentar os problemas no ambiente escolar.	O estudante está integrado, mas não está incluído na escola. A falta de conhecimento de alguns sobre o funcionamento do AEE. Falta de comprometimento de pais e ou responsáveis com a aprendizagem e evolução desses estudantes.	Acompanho os conteúdos que estão sendo ensinados ao longo do ano letivo e complemento no atendimento especializado. Facilito a participação dos estudantes em projetos da escola, entre outros.	Incluir alunos com deficiência em ambientes, considerando suas potencialidades como diversidade e não como problema.
18	Mª das Graças	Sim.	Sim	Sim	Ausência de recursos adequados.	Realizo juntamente com a escola um momento de sensibilização no início do ano, como também durante todo o ano.	Criar as condições necessárias para que o estudante possa, dentro das suas possibilidades, usufruir como cidadãos capazes de suas habilidades e competências.
19	Gueide	Não	Não	-	A aceitação da limitação do estudante por parte dos professores e a realização de atividades conforme necessidade.	Desenvolvo diálogos e atividades que facilitem a inclusão.	Contribuir para que o estudante com deficiência possa ter as mesmas condições de acesso e permanência que um estudante dito normal, seja nas atividades, na socialização, e no

							desempenho. Como um ser humano dotado de direitos, que faz parte de uma sociedade ampla e justa.
Nº	NOME	CONHECE O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE?	JÁ PARTICIPOU DAS FORMAÇÕES DO REFERIDO PROGRAMA?	O CONHECIMENTO ADQUIRIDO ATRAVÉS DAS FORMAÇÕES OFERTADAS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE AJUDARAM VOCÊ NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?	QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAR A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA?	O QUE VOCÊ FAZ PARA CONTRIBUIR COM UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	NA SUA CONCEPÇÃO O QUE SIGNIFICA INCLUIR?
20	Antônia	Não	Sim	Sim	Ausência da família, estrutura das unidades escolares, profissionais da área, quebra de paradigmas, conhecimentos das práticas pedagógicas, falta de entusiasmo, profissionais na área da saúde especialistas que garantam parceria entre as escolas e garantir o processo de ensino – aprendizagem e inclusão de qualidade.	Exerço sempre que posso com responsabilidade o meu papel de Professora do AEE	Representa um ato de igualdade entre diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade e a participação igualitária de todos os membros de uma sociedade.
21	Gleide	Sim	Sim	Sim. Através dele enxerguei a inclusão com outra visão.	A família e falta de recursos.	Compartilhando e orientando no pouco que sei.	Promover uma educação de qualidade e igualitária.

Fonte: Elaboração da autora (2020).

A partir da análise dos discursos dos 21 (vinte e um) entrevistados, destacamos 05 (cinco) questões de abordagem geral, inerentes à função desempenhada por cada profissional no âmbito escolar. Dos 21 (vinte e um) entrevistados, 18 (dezoito) afirmaram conhecer o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e 03 (três) disseram não conhecer. Devendo ser considerado que duas das entrevistadas, foram concursadas em 2012, após o processo de implantação do Programa e de suas formações. Dos 18 (dezoito) entrevistados que afirmaram conhecer o programa, 15 (quinze) participaram de alguma das formações ofertadas através do mesmo, porém não especificaram de quais formações participaram. E 3 (três) disseram não ter participado de nenhuma formação.

Quando questionados se o conhecimento adquirido através do Programa ajudou no processo de inclusão dos estudantes com deficiência na escola, 16 (dezesesseis) entrevistados responderam que sim, que as formações ajudaram e 05 (cinco) entrevistados não responderam ao questionamento. Destaco que os 05 (cinco) estão entre os que responderam anteriormente não conhecer o Programa, ou conhecer e não ter participado das formações.

Em relação ao questionamento feito sobre as maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão do estudante com deficiência, os 21 (vinte e um) entrevistados afirmaram ter dificuldades, dentre elas citaram: a aceitação da deficiência do estudante pela própria família, a ausência da família na escola, a falta de comprometimento da família com a educação do estudante com deficiência, a falta de conhecimento específico dos colegas professores para trabalhar com os estudantes com deficiência, a falta de estrutura da escola, falta de recursos e materiais pedagógicos adequados para trabalhar com os estudantes com deficiência, salas de aula lotadas, falta de apoio pedagógico, necessidade de mais formações e necessidade de parceria com outras áreas como a saúde.

As dificuldades elencadas pelos entrevistados compõem o cenário das unidades escolares, que angustiam os profissionais da educação no processo de inclusão do estudante com deficiência. Mesmo após uma década da implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância, muitos gestores e professores sentem dificuldades no atendimento, no ensino e consequentemente no processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

Uma das dificuldades citadas está na escassez de material didático e pedagógico, todavia, quando analisei os registros da quantidade de Salas de Recursos recebidos pela rede e dos materiais que foram enviados para compor essas salas, notei que estas unidades receberam muitos materiais didático-pedagógicos. O que aconteceu então? As unidades têm material e os professores não têm acesso a eles, ou não sabem trabalhar com o material recebido?

A formação continuada foi uma das necessidades mais citadas diante das dificuldades enfrentadas no processo da inclusão. Todavia, durante o período de 2008 a 2012, 1.171 (um mil, cento e setenta e um) profissionais da educação da rede pública municipal, entre gestores e professores, participaram das formações ofertadas pelo Programa. Sendo que a rede possui 441 profissionais da educação (gestores e professores), poderia cada profissional ter participado no mínimo duas vezes nas formações ofertadas pelo Programa. Mas, o que poderia ter ocorrido? Quais os critérios para participação? Quem escolhia os participantes? Todos tinham direito a participação nas formações? De acordo com informações obtidas na Secretaria da Educação de Estância foi que eram disponibilizadas para cada unidade escolar uma quantidade de vagas por formação e que ficava a critério da direção informar os participantes de cada curso.

De acordo com os gestores, eles divulgavam nas escolas e os professores que manifestavam o desejo de participar eram inscritos. Enfim, não se saber ao certo se todos receberam a mesma informação e/ou se tiveram as mesmas oportunidades de participar das formações, pois estas dariam para ter formado toda a rede.

Alguns relatos apresentados nas entrevistas, ainda referentes às dificuldades encontradas para que a inclusão acontecesse, revelam-se nos colegas professores que não concebem a inclusão. Seria por não saberem trabalhar com os estudantes com deficiência? Poderia ser a falta de conhecimento? Ou a falta da busca pelo conhecimento? Será que todos estes não tiveram oportunidade de participar das formações ofertadas através do Programa?

É importante ressaltar que as formações continuadas se fazem necessárias acontecerem constantemente. E que a descontinuidade destas ocorridas durante os anos de 2013 a 2016, causaram prejuízo a manutenção do programa, bem como ao processo de inclusão do estudante com deficiência no ambiente escolar, resultando na descontinuidade das políticas públicas proposta para a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Assim, a minha hipótese de que os investimentos realizados através do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade que tinham como objetivo através da formação dos gestores e professores transformar as unidades escolares em instituições inclusivas, de fato ainda não aconteceu. Através das análises das entrevistas pude constatar as dificuldades que os professores enfrentam para proceder com o processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

No aspecto abordado sobre a contribuição dada por cada um para fazer da sua escola um ambiente inclusivo, as respostas destacam a presença do “diálogo”. Para os entrevistados o diálogo é a base do entendimento para promover a sensibilização em suas unidades, para desenvolver estratégias de ensino, para acolher os estudantes com deficiência, para tratar com as famílias dos estudantes e com a própria comunidade escolar.

Nesse processo tanto os gestores como as Professoras do AEE têm mobilizado diversas ações para sensibilizar a comunidade escolar, aproximando cada vez mais a família da escola, dialogando com os professores das salas regulares para que a escola seja mais acolhedora e que os “pré-conceitos” existentes sejam transformados em informações corretas que agreguem valores ao processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

Sobre a concepção do “incluir”, os entrevistados pensam nas possibilidades do tratamento igualitário, nas oportunidades do fazer e participar dos estudantes com deficiência em todas as atividades escolares, nas relações entre toda comunidade escolar, principalmente entre os próprios estudantes com ou sem deficiência.

O respeito foi outro aspecto importante colocado pelos entrevistados para a convivência no ambiente escolar, assim como atender as necessidades especiais e específicas de cada estudante, considerar as possibilidades e respeitar a diversidade de cada um, promover uma educação de qualidade e igualitária; aceitar o outro como ele é. Acolher, aceitar e respeitar foram palavras marcantes do sentido dado a inclusão no ambiente escolar. As vozes dos gestores e professores ecoam sobre as possibilidades da inclusão, as angústias são muitas, mas as possibilidades são maiores, quando se reconhece que elas precisam acontecer.

A inclusão do estudante com deficiência no ambiente escolar, na sala regular de ensino, continua sendo desafiadora. Em muitos casos permanece a integração sem inclusão. Todavia, é notório que a inclusão deve acontecer, falta cada um fazer a sua parte, se comprometer verdadeiramente com o processo e buscar conhecimento, formação específica para aprender a incluir cada estudante com deficiência, observando suas necessidades e dando a eles as oportunidades de estar no convívio social, no ambiente educacional e condições necessária para aprenderem dentro das suas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação Especial no Brasil nos revela caminhos dolorosos percorridos e desbravados com muita força e determinação. O público da Educação Especial apresenta condição física, sensorial ou intelectual em desconformidade com os ditos “padrões” da normalidade e por isso ficam à margem da sociedade. Excluídos por décadas da vida social e educacional, aos poucos esse grupo foi conquistando a dignidade e respeito que se deve ter à condição humana, independente de ter algum tipo de deficiência.

Verifiquei que ao longo da história as possibilidades de convivência digna e de aprendizagem das pessoas com deficiência, desde que lhes sejam assegurados seus direitos e dando-lhes as condições necessárias para que as barreiras impostas pela especificidade da sua deficiência não os limitem a desenvolver suas atividades cotidianas.

A legislação brasileira assegura a todos, igualdade de direitos e deveres, mas temos que assegurar também equidade. As políticas públicas para Educação Especial na perspectiva inclusiva apresentaram um diferencial importante para o conhecimento e aceitação da diversidade humana. O marco temporal estabelecido nessa pesquisa proporcionou conhecer a legislação educacional específica dessa modalidade educacional e os rumos seguidos para transformação do ambiente escolar conforme proposta da inclusão da pessoa com deficiência. A cada passo dado, um direito assegurado, e assim as conquistas foram acontecendo.

Considero o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade como uma proposta de inclusão consolidada, visto que propôs formação específica para gestores, professores e serviços de apoio para atuarem diretamente com o estudante com deficiência. Além de fomentar as condições necessárias para a inclusão, através de garantia de recursos financeiros disponibilizados para a transformação do ambiente em sua estrutura arquitetônica, implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, inserção de novos atores na educação, como cuidadores e intérpretes em Libras.

Através das formações ofertadas pelo Programa pode-se conhecer mais sobre cada deficiência, e o mais importante, respeitar cada pessoa com deficiência e enxergar nelas um ser humano dotado de sentimento, desejos e possibilidades. Com esse conhecimento pode-se desenvolver estratégias e metodologias apropriadas para o ensino, considerando as possibilidades de aprendizagem de cada estudante com deficiência.

A proposta de transformação da escola a partir da acessibilidade arquitetônica seguida da acessibilidade ao conhecimento teve como grande aliado às Salas de Recursos Multifuncionais,

equipadas com mobiliário adequado, materiais pedagógicos, recursos tecnológicos que deram condições ao professor realizar um AEE, específico para atender a cada tipo de deficiência.

As Salas de Recursos Multifuncionais contemplam um diferencial em TA que possibilitam a aprendizagem dos estudantes com deficiência, sendo desenvolvidos mecanismos que lhes dão condições de superação frente as barreiras para a aprendizagem. O que dizer de um cego que lê... em braile?! Ou de um surdo/mudo que fala... em libras? Toda e qualquer deficiência pode ser superada, quando se acredita e contribui para sua superação, quando seus direitos lhes são assegurados.

Observei que a falta de manutenção e investimentos no Programa prejudicaram o processo de inclusão e até mesmo retrocedê-lo, considerando a insegurança apresentada por muitos professores no trato com os estudantes com deficiência, dificuldades relacionadas à comunicação, à adaptação curricular e à avaliação, ficam evidente os prejuízos ocorridos.

Com isso muitos estudantes com deficiência têm sido integrados ao sistema educacional, e como não são incluídos, acabam sendo retidos por longos anos em suas unidades, sendo em alguns casos rotulados como “incapazes”.

Os investimentos governamentais foram e são fundamentais para que as unidades escolares possam manter sua estrutura acolhedora para inclusão. As lacunas deixadas devem ser superadas e a continuidade das ações deve estar cada vez mais efetivada.

A barreira atitudinal e do conhecimento tem gerado um impacto negativo considerando mais de uma década após a implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e da instituição dos marcos legais para a efetivação da inclusão do estudante com deficiência na escola comum, nas classes regulares.

No decorrer da pesquisa pude perceber o crescimento do número das matrículas na rede pública municipal de ensino no município de Estância, após a implantação do Programa, mas não apenas em decorrência do mesmo, mas sim em atendimento a legislação educacional, quando da obrigatoriedade na aceitação do estudante com deficiência nas escolas comuns. Assim, com a necessidade de adequação do ambiente escolar e tendo que receber esses estudantes com deficiência, a comunidade escolar teve que se preparar através de formações específicas. Porém, muitos ainda estão resistentes às mudanças. Observei que alguns professores entrevistados disseram acreditar na inclusão, porém não se mobilizam para participar de formações da área, não conseguem adaptar o currículo para atender ao “seu” estudante com deficiência. E alegam, na maioria dos casos, a ausência da família na escola, o que não desconsideramos, mas, chega de apontar culpados, e o que todos devem fazer é buscar soluções.

Constatei que estamos vivenciando uma era de transformações no ambiente escolar, com uma proposta de inclusão não só da pessoa com deficiência, mas da diversidade humana, e que a análise realizada sobre as políticas públicas que direcionam ao processo de inclusão foi impulsionada sim, através do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

Com o aporte teórico dos autores Souza (2017), Lima (2012), Bianchetti (1998), González (2002), Bueno (1993), Morin (2003), Mantoan (2003) e Stainback (1999) conseguimos apresentar discussões sobre os conceitos de inclusão, integração, diversidade, diferenças e compreender a trajetória dos marcos históricos e documentais que compõem a trajetória da Educação Especial no Brasil e os rumos percorridos para a proposta da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Concluo esta pesquisa em consonância a toda proposta traçada nos objetivos geral e específicos, onde analisei a implantação do Programa no município de Estância, sua disseminação e as políticas públicas para a inclusão colocadas através dos marcos legais do Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI).

Foi realizado levantamento documental tendo como marco temporal o período de 2003 a 2019. Foram analisados os documentos que embasaram o processo de disseminação da inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar.

Os objetivos específicos foram atingidos e consegui compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, verificando como ocorreu a implantação do Programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância, que foi um dos Polos de disseminação do Programa, apresentando a proposta da inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar.

Examinei a rede pública educacional do município de Estância, para verificar se a mesma contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao Programa. E nesse aspecto constatei que a rede contempla a proposta. Foi feita adesão ao Programa, seguindo as orientações pertinentes a implantação do mesmo, confirmado o recebimento dos investimentos para adequação da estrutura física das unidades escolares para colocação de rampas e banheiros acessíveis, como também implantação das salas de recursos e formação dos gestores e professores.

Das 43 unidades escolares constantes na rede, 22 receberam mobiliário e equipamentos para montagem de Salas de Recursos Multifuncionais, cujo critério para recebimento desse

material era apresentar em seu Censo Escolar estudantes com deficiência, devidamente matriculados na rede.

Nesse aspecto, verifiquei que muitas dessas Salas não foram ativadas em nenhum momento, outras foram ativadas e tempos depois foram desativadas. Sendo um aspecto apontado como descontinuidade da política pública implantada e de prevaricação do erário público, sendo verba federal, esta não teve seu objetivo atingido em sua totalidade.

Examinei a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, onde identificamos os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento atendidos na rede em cada unidade escolar e a importância do atendimento nas Salas de Recursos para o apoio pedagógico na aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Verifiquei os tipos de TA existentes e quais foram disponibilizadas pelo Programa para serem trabalhados pelos professores do AEE nas Salas de Recursos. Sendo ressaltado pelas professoras do AEE como de relevante importância, possibilitando que o processo ensino – aprendizagem aconteça, e que as barreiras do conhecimento deveriam ser eliminadas.

Foram examinados os documentos e relatórios do Programa no município de Estância, e verifiquei como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva, e como essas formações contemplaram a proposta. Sendo confirmada a realização e cumprimento do Programa e a formação através dos Seminários ofertados aos gestores e professores da rede pública municipal de Estância, tendo como participantes também cursistas dos 21 municípios da área de abrangência do Polo Estância.

Constatei que as temáticas abordadas foram pertinentes ao objetivo de capacitar e nutrir de informações e conhecimentos dos cursistas que participaram das formações ofertadas. Observei uma quantidade significativa de professores que ao longo do período de disseminação do Programa, de 2008 a 2012, foram capacitados para atuarem de maneira transformadora em seus ambientes escolares, na promoção da inclusão.

E por fim, avaliei que os resultados obtidos com a implantação do Programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância, constatado por meio das entrevistas que o Programa foi importante para o processo de disseminação da política de inclusão do estudante com deficiência na escola, que muitos gestores e professores participaram das formações, mas também constatee que houve descontinuidade do processo durante o período de 2013 a 2016, não havendo registros de formações nesse período, como também algumas Salas de Recursos Multifuncionais foram desativadas, deixando muitos estudantes com deficiência desassistidos sem o AEE que necessitavam.

Assim, considero que os recursos financeiros oriundos do Programa deram condições para que os investimentos em uma educação inclusiva acontecessem. Sendo que a descontinuidade destas em determinado momento, retrocedeu o processo de inclusão do estudante com deficiência, no âmbito educacional. Assim, ao invés de lhes darem mais possibilidades, ao contrário, lhes foram impostas mais limitações com a falta do atendimento educacional especializado. De modo que a Inclusão não prevaleceu e sim em muitos casos, o que ainda acontece é apenas a integração do estudante com deficiência na unidade escolar.

Assim, posso afirmar que a tese foi confirmada que houve descontinuidade das políticas públicas governamentais, causando prejuízos à evolução da proposta educacional de inclusão do estudante com deficiência no ambiente escolar, que durante o período de 2013 a 2016 o programa Educação inclusiva: Direito à Diversidade não teve continuidade, as formações foram interrompidas e estima-se que 50% das salas de recursos que chegaram, nunca funcionaram e 25% das que foram ativadas, durante esse período, foram desativadas, deixando os estudantes com deficiência, público alvo do atendimento, sem o serviço.

Com a falta das formações, tanto os gestores, quanto os professores não se sentiam, e ainda não se sentem seguros em receber estudantes com deficiência em sala de aula regular e apresentam dificuldades na adequação curricular, nos trabalhos que são desenvolvidos, no processo de ensinar. Com isso, muitos estudantes com deficiência ficam retidos por anos nas mesmas séries.

Assim, considero a escola como espaço do conhecimento, da aprendizagem, dos relacionamentos, da cultura, da arte, das vivências dos diferentes, ou seja, como um local apropriado para conhecer e aprender a conviver com as diferenças dos diferentes. Acredito que nela deve ter o respeito e a aceitação como mediadores na transformação educacional para que haja a inclusão do estudante com deficiência e suas possibilidades de aprendizagem e convivência social sejam garantidas.

Concordo com a Professora Joyce do AEE, uma das entrevistadas, neste estudo, que acreditar, acolher e agir são diferenciais para que a inclusão de fato aconteça nas escolas. Nesse sentido, afirmo que a significativa trans (formação) nas atitudes dos gestores e professores deve acontecer nas ações em favor da inclusão do estudante com deficiência não só integrando estes nas unidades escolares em atendimento à legislação vigente, mas acima de tudo dando aos estudantes com deficiência condições necessárias para serem incluídos no processo educacional. Só assim, o sistema educacional deixará de integrar e passará a incluir.

As dificuldades para promover a inclusão são muitas, perpassam os investimentos financeiros e a promoção das formações continuadas. As maiores dificuldades são compostas por

barreiras do conhecimento, da aceitação, são os “pré” conceitos ainda formulados do pouco que se sabe sobre as possibilidades de aprendizagem da pessoa com deficiência.

É necessário continuar a caminhada em busca de alternativas para progredir ainda mais no processo de inclusão educacional da pessoa com deficiência nas salas regulares, nas escolas comuns.

Os professores sentem dificuldades para adequar o currículo para o estudante com deficiência, “não sabem fazer”, “dá trabalho”, “não têm tempo”. As avaliações não são proporcionais as suas potencialidades, não são observadas as suas condições, e assim esses estudantes acabam sendo retidos ano a ano em suas unidades como verdadeiros "incapazes", pois, não são respeitadas suas necessidades educacionais e não são disponibilizados recursos adequados para que sejam avaliados de maneira justa.

Assim, a Educação Especial é um campo vasto que necessita de muitas pesquisas e contribuições para a evolução das políticas públicas educacionais para o atendimento às pessoas com deficiência no ambiente escolar que garanta a inclusão em todos os seus aspectos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LTDA, 2009.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. MONTANO, Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para deficiência mental**. 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BIANCHETTI, Lucídio. FREIRE, Ida Mara (org.). **Um olhar sobre a diferença: Integração, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BRASIL. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil (2003 – 2016)**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, nº163, 26 de agosto de 2009. Seção 01. p. 3.

BRASIL. **ATA VII** - Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) - Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Constituição do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Convênio de nº 701545/2011.

BRASIL. Convênio nº 816034/2008.

BRASIL, **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial, 2001.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 12, de 17 de outubro de 1978**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em 04 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. 2010

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01. p. 17.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <www.mec.gov.br/cne>. Acesso em 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político – Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica nº11 de 2010**. Dispõe sobre Orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas em escolas regulares. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Secretaria da Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.751, de 17 de março de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art.60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, nº188, 18 de setembro de 2008. Seção 01. p. 26.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do estudante diferente**. São Paulo: EDUC, 2001.

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 04 de mar. 2020.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 05 mar. 2020.

Documento Orientador do Programa Educação Inclusiva: Direito À Diversidade, Brasília, 2005, s/p.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

JESUS, Patrick Medeiros de. GROSSI, Márcia Goretti Ribeiro. O uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação de pessoas com deficiência. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2016.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 04 mar. 2020.

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 03 mar. 2020.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 04 mar. 2020.

Lei nº 13.146/2015, a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, de 06 de julho de 2015.

LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Disponível em: <http://www.procuradoria.ufrj.br/legislacao-1/legislacao-referente-ao-servico-publico/leis/lei-10-048-00>. Acesso em 04 mar. 2020.

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em 04 mar. 2020.

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em 04 mar. 2020.

LIMA, Iara Maria Campelo. **Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação continua de professores**: uma perspectiva de educação inclusiva. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MANZINI, Eduardo José. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 01 Abril 2011, Vol.17(1), p.53-70.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. Uma experiência de inclusão: providências, viabilização e resultados. **Educar**, Curitiba, n. 23, p. 29-43, 2004. Editora UFPR.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). O desafio das diferenças na escola. 4ª ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 2011.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, Ana Paula da Silva. **Tecnologias digitais na educação de estudantes com necessidades especiais que apresentam dificuldades de aprendizagem**. Pouso Alegre: 2017.129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí Orientadora: Prof.^a Dra. Rosimeire Aparecida Soares Borges 1.Tecnologias digitais. 2. Software Educativos. 3. Dificuldades de aprendizagem. 4. Ensino Fundamental. CDD: 370.

MEC/SEESP. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasil, 2010.

MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. **Educação Especial**: um direito assegurado. Livro 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 1994.

MOREIRA, Walter. **Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico**: conceitos e estratégias para confecção. Lorena/SP, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2004.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 8ª ed. São Paulo. Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 3, 2º Sem/ 1996.

PEDROSO, Cristina Cinto Araújo. CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. DUARTE, Márcia. **Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura.** Volume 17, número 1, janeiro • abril 2013.

Resolução CNE/Cp 1, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em 04 mar. 2020.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 04 mar. 2020.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 04 mar. 2020.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental.** Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico- Crítica:** primeiras aproximações. 7ª ed. Campinas, SP, 2000.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora: Vozes. Petrópolis, RJ, 1999.

SIGNIFICADO SEGREGAÇÃO. **SIGNIFICADOS.** DISPONÍVEL EM: <https://www.significados.com.br/segregacao/>. Acessado em 12 out. 2018.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe:** uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

STAINBACK, Susan. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TAJRA, S. F. **Informática na Educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8. ed. São Paulo: Erica, 2008.

VASCONCELOS, Tereza Maria. **Aonde pensas tu que vais?** Investigação etnográfica e estudos de caso. Porto: Editora Porto, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2010.

SITES:

encurtador.com.br/gnG14 . Acesso em 05 mar. 2020.

encurtador.com.br/yDFI9. Acesso em 05 mar. 2020.

encurtador.com.br/vCLPX. Acesso em 05 mar. 2020.

encurtador.com.br/bwzI3. Acesso em 05 mar. 2020.

encurtador.com.br/ctBE8. Acesso em 05 mar. 2020.

encurtador.com.br/lstEX. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/rGY03. Acesso em 05 mar. 2020
encurtador.com.br/xEY17. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/kvzEH. Acesso em 05 mar. 2020
encurtador.com.br/kouz7. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/gqvX0. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/quvAE. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/fuV37. Acesso em 05 mar. 2020
encurtador.com.br/fiuBY. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/wxAU9. Acesso em 05 mar. 2020
encurtador.com.br/aijoq. Acesso em 05 mar. 2020
encurtador.com.br/ijqAJ. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/esvCV. Acesso em 05 mar. 2020
encurtador.com.br/exGSW. Acesso em 05 mar. 2020.
encurtador.com.br/CLX35. Acesso em 05 mar. 2020

LISTA DE ENTREVISTADOS

Adenilde Araújo Costa. Entrevista em 04 agosto 2020
 Antônia M^a de O. Maciel Santos. Entrevista em 03 agosto 2020
 Antônio César de O. Pereira. Entrevista em 03 agosto 2020
 Cristhiane M^a da S. Oliveira. Entrevista em 05 agosto 2020
 Edilson Rodrigues dos Santos. Entrevista em 03 agosto 2020
 Flávia Luciana R. S. Serafim. Entrevista em 04 agosto 2020
 Francismeire dos Santos Pinto. Entrevista em 03 agosto 2020
 Gleide Selma de Souza Santos. Entrevista em 05 agosto 2020
 Gueide Silva Rocha Santos. Entrevista em 04 agosto 2020
 Iveta Cruz dos Santos. Entrevista em 05 agosto 2020
 Josiane C. de Souza Santos. Entrevista em 05 agosto 2020
 Juçanã Francisco dos Santos. Entrevista em 04 agosto 2020
 Mara Rúbia Andrade de Carvalho. Entrevista em 04 agosto de 2020
 Márcia da Conceição Ferreira Silva. Entrevista em 05 agosto 2020

Maria das Graças Lima dos Santos. Entrevista em 04 agosto 2020

Maria Jociara Souza Vieira. Entrevista em 05 agosto 2020

Maria José Vieira Paixão. Entrevista em 05 agosto 2020

Rita de Cassia D. Andrade Lima. Entrevista em 05 agosto 2020

Rivanda Lima de Souza. Entrevista em 05 agosto 2020

Silvânia P. S. Oliveira Nascimento. Entrevista em 05 agosto 2020

Valdirene de Andrade Santos. Entrevista em 05 agosto 2020

ANEXOS

ORIENTADOR: PROF. DR. RONALDO NUNES LINHARES

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS AOS GESTORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE.

16. Você acredita na inclusão?

17. Como você se relaciona com a família do estudante com deficiência?

18. Você reconhece a sua unidade como uma escola inclusiva?

() Sim

() Não

Por que? _____

19. O que você faz para contribuir com um ambiente escolar inclusivo?

20. Como você percebe a relação dos professores com os estudantes com deficiência?

21. A secretaria da educação incentiva o processo de inclusão na sua unidade?

() Sim

() Não

De que forma isso acontece? _____

22. A rede oferta formações na educação especial na perspectiva inclusiva?

() Sim

() Não

23. Você acredita que os cursos ofertados pela rede são suficientes para que o estudante com deficiência seja incluído no processo educacional?

() Sim

() Não

24. Sua unidade escolar possui sala de recursos multifuncional?

() Sim

() Não

25. Sua unidade possui profissionais capacitados para trabalhar com estudantes com deficiência no Atendimento Educacional Especializado – AEE?

() Sim

() Não

26. Sua unidade contempla no PPP ações e projetos voltados para inclusão e para os estudantes com deficiência?

() Sim

() Não

Quais? _____

27. Na sua concepção o que significa incluir?

UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DOCTORANDA: ADRIANA ROCHA FONTES

ORIENTADOR: PROF. DR. RONALDO NUNES LINHARES

TEMA: INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR - Análise do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se.

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE.

1. Nome:

2. Formação:

3. Especialização:

4. Possui cursos na área de Educação Especial?
() Sim () Não
Qual? _____

5. Em qual unidade escolar atua?

6. Quanto tempo atua como professor da rede?

7. Conhece o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade?
() Sim () Não

8. Já participou das formações do referido programa?
() Sim () Não

9. Quais cursos você fez?

10. Esses cursos agregaram conhecimento para você?

11. O conhecimento adquirido através das formações ofertadas pelo programa Educação Inclusiva: direito a diversidade ajudou você no processo de inclusão de estudantes com deficiência?

12. Na unidade escolar em que você trabalha, possui estudante com deficiência?
() Sim () Não

13. Sabe informar quantos e quais tipos de deficiência?

14. Na sua sala de aula tem estudante com deficiência?
() Sim () Não

15. Quantos e quais tipos de deficiência?

16. Quais as maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão do estudante com deficiência?

17. Você acredita nas possibilidades de aprendizagem do estudante com deficiência?

18. Você acredita na inclusão?

19. Como você se relaciona com a família do estudante com deficiência?

20. Você reconhece a sua unidade como uma escola inclusiva?

() Sim

() Não

Por que? _____

21. O que você faz para contribuir com um ambiente escolar inclusivo?

22. Como você percebe a relação entre os estudantes com e sem deficiência na sala de aula regular?

23. A direção da escola apoia as atividades que você desenvolve em sala de aula com o estudante com deficiência?

() Sim

() Não

24. De que forma acontece esse apoio? _____

25. A secretaria da educação incentiva o processo de inclusão na sua unidade?

() Sim

() Não

26. De que forma isso acontece? _____

27. A rede oferta formações na educação especial na perspectiva inclusiva?

() Sim

() Não

28. Você acredita que os cursos ofertados pela rede são suficientes para que o estudante com deficiência seja incluído no processo educacional?

() Sim

() Não

29. Sua unidade escolar possui sala de recursos multifuncional?

() Sim

() Não

30. Sua unidade possui profissionais capacitados para trabalhar com estudantes com deficiência no Atendimento Educacional Especializado – AEE?

() Sim

() Não

31. Você acredita que o Atendimento Educacional Especializado realizado pelas professoras na sala de recursos multifuncional auxilia o desenvolvimento educacional do estudante com deficiência?

() Sim

() Não

Por que? _____

32. Existe uma relação entre você, professora da sala regular, e a professora do AEE?

() Sim

() Não

33. Como se dá essa relação? _____

34. Sua unidade contempla no PPP ações e projetos voltados para inclusão e para os estudantes com deficiência?

() Sim

() Não

Quais? _____

35. Na sua concepção o que significa incluir?

15. Quais os tipos de deficiência?

16. Quais as maiores dificuldades encontradas para realizar a inclusão do estudante com deficiência?

17. Você acredita nas possibilidades de aprendizagem do estudante com deficiência?

18. Você acredita na inclusão?

19. Como você se relaciona com a família do estudante com deficiência?

20. Você reconhece a sua unidade como uma escola inclusiva?
() Sim () Não
Por que? _____
21. O que você faz para contribuir com um ambiente escolar inclusivo?

22. Como você percebe a relação entre os estudantes com e sem deficiência na escola?

23. A direção da escola apoia as atividades que você desenvolve com o estudante com deficiência?
() Sim () Não
De que forma acontece esse apoio? _____
24. A secretaria da educação incentiva o processo de inclusão na sua unidade?
() Sim () Não
De que forma acontece? _____
25. A rede oferta formações na educação especial na perspectiva inclusiva?
() Sim () Não
26. Você acredita que os cursos ofertados pela rede são suficientes para que o estudante com deficiência seja incluído no processo educacional?
() Sim () Não
27. Quais os tipos de recursos você utiliza no AEE?

28. Você utiliza recursos tecnológicos?
() Sim () Não
Quais? _____
29. Você utiliza as TDICs na sala de recursos?
() Sim () Não
Quais? _____
30. Qual a importância das Tecnologias Assistivas no processo de ensino – aprendizagem dos estudantes com deficiência?

31. Você acredita que o Atendimento Educacional Especializado realizado na sala de recursos multifuncional auxilia o desenvolvimento educacional do estudante com deficiência?
() Sim () Não
Por que? _____
32. Existe uma relação entre você, professora do AEE, e a professora da sala regular?
() Sim () Não
Como se dá essa relação? _____

33. Sua unidade contempla no PPP ações e projetos voltados para inclusão e para os estudantes com deficiência?

() Sim

() Não

Quais? _____

34. Na sua concepção o que significa incluir?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

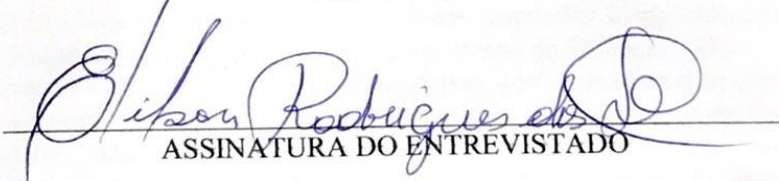
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

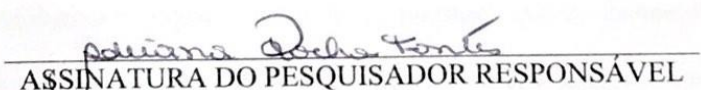
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 03 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

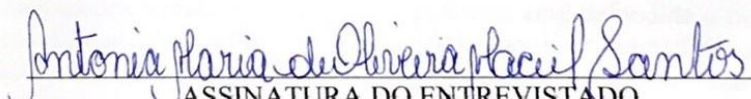
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 03 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/SE, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

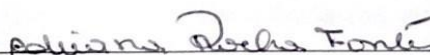
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 03 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro – Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 03 de agosto de 2019.

Francismere dos Santos Pinto
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Adriana Rocha Fontes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

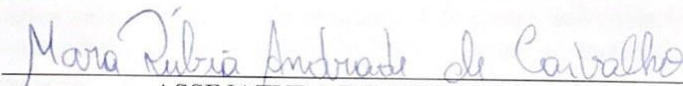
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

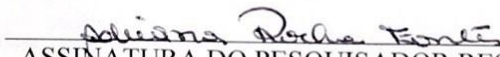
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 04 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIRE E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

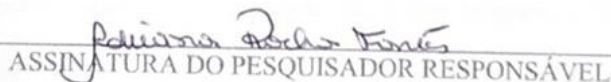
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 04 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.
- 2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância
- 3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.
 - a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.
 - b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.
- 4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.
- 5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.
- 6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 04 de agosto de 2019.

Flávia Luciana Rocha Santos Serafim
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Adriana Rocha Fontes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 04 de agosto de 2019.

Queide Silva Rocha Dantas
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Adriana Rocha Fontes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

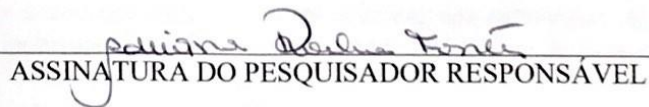
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 04 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIRE E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

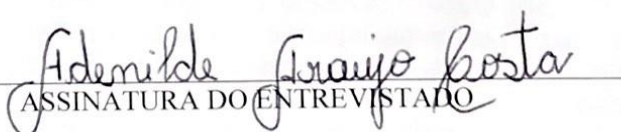
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 04 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Manoel Dias, 500 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.

Josiane Bordeiro de Sousa Santos
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Adriana Rocha Fontes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.

Gláucia Salma de Souza Santos
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Adriana Rocha Fontes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.

Jonas Thiene Marip da Silva Oliveira
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Adriana Rocha Fontes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

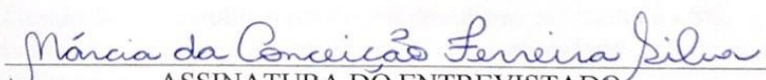
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

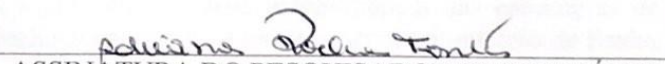
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

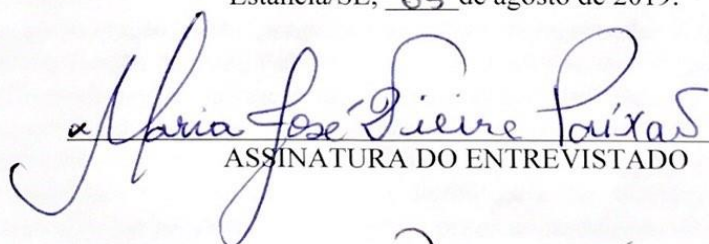
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.



ASSINATURA DO ENTREVISTADO



ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

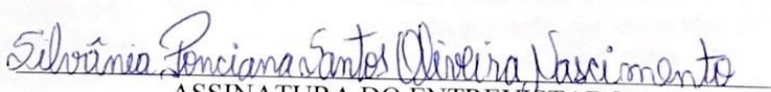
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

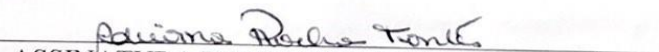
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunica-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

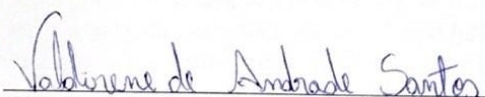
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

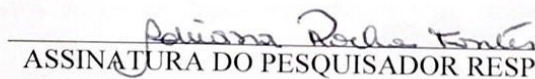
Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.



ASSINATURA DO ENTREVISTADO



ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

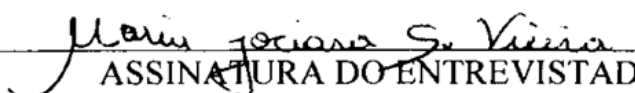
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

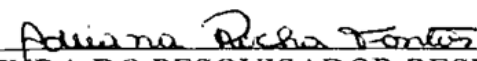
CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, ____ de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, 05 de agosto de 2019.

Rita de Cássia Dória Andrade Lima
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Adriana Rocha Fontes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“INCLUIR E NÃO APENAS INTEGRAR: Análise do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no município de Estância/SE.”** Esta pesquisa compreende um estudo para produção de Tese de Doutorado em Educação da acadêmica Adriana Rocha Fontes, da Universidade Tiradentes e é orientada pela Prof. PhD. Ronaldo Nunes Linhares.

2-Objetivos da Pesquisa: A pesquisa objetiva compreender o processo de disseminação da proposta das políticas educacionais inclusivas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação verificando como ocorreu a implantação do programa no território nacional, em Sergipe e na cidade de Estância; examinar se a rede educacional pública do município de Estância, sendo um dos Polos do Programa, contempla a educação inclusiva identificando as unidades escolares que aderiram ao programa e as legislações implantadas; observar a composição das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, identificando os tipos de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede; verificar os tipos de tecnologias assistivas existentes e quais foram disponibilizadas pelo programa; descrever como se deu a formação dos professores para a educação inclusiva e se essas formações contemplaram a proposta e, avaliar os resultados obtidos com a implantação do programa na rede pública municipal de ensino da cidade de Estância

3-Descrição de procedimentos: A pesquisa é empírica, de caráter qualitativo e descritivo, do tipo Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados compreendem a aplicação de questionários que serão analisadas para produção de relatório da pesquisa.

a. Você foi selecionado para ser entrevistado (a) uma vez que você trabalhou na Gestão da Rede Pública Municipal de Estância - SE, podendo ter atuado na Gestão da unidade escolar, como Professor da sala regular ou Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncionais, dentro do recorte temporal de 2008 a 2019.

b. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário sobre sua atuação na Gestão da Rede Pública municipal de ensino de Estância - SE.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: A tese aqui defendida é de que em relação ao Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, no município de Estância/Se, a descontinuidade das políticas públicas causara prejuízos aos investimentos governamentais e contribuíram para a ineficiência das estratégias de implantação de uma educação inclusiva no médio e longo prazo no município de Estância/SE.

5-Desconfortos e riscos esperados: desconforto, esquecimento, constrangimento, emoção, ao revisitar suas memórias individuais ou coletivas de sua experiência na rede pública municipal de ensino de Estância - SE. Para minimizar tais riscos, você pode optar por não responder a todas as perguntas desta entrevista, sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

6-Benefícios esperados: Um dos benefícios que você poderá obter é ter a oportunidade de contribuir para a composição de uma base de dados a respeito da Gestão Pedagógica da rede pública municipal de ensino de Estância - SE, destacando suas vivências e possíveis contribuições durante sua experiência profissional no período em estudo.

7-Retirada do consentimento: Caso você tenha interesse, a qualquer momento, você poderá procurar para tirar dúvidas, caso existam, com a pesquisadora responsável por essa pesquisa, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, cujo endereço encontra-se abaixo. Assim, como, você é livre para retirar seu consentimento, mesmo após o encerramento desta entrevista, basta procurar a pesquisadora responsável e comunicá-la do seu interesse em encerrar ou interromper sua participação na pesquisa. Você tem a livre escolha em recusar a participar desta pesquisa e sua decisão não lhe acarretará nenhum prejuízo ou dano. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Pela própria natureza da pesquisa, acredita-se que a mesma não causará nenhum dano ao (a) entrevistado (a), portanto não está previsto nenhum tipo de indenização.

8-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

9-Dados do pesquisador responsável:

Nome: ADRIANA ROCHA FONTES

Endereço profissional/telefone/e-mail: Rua Helvécio Araújo, 190 – centro - Estância/SE – CEP 49.200.000 /79-99951 - 9701/ adrianarochafontes@bol.com.br

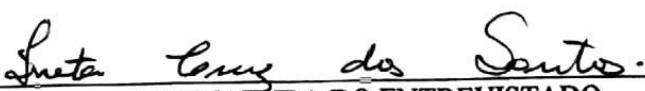
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit – DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Estância/SE, ____ de agosto de 2019.


ASSINATURA DO ENTREVISTADO

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL